

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 00001/2026
LEI Nº 14.133/21

O Município de Maturéia torna público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, na execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 46, inciso II da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e as exigências estabelecidas neste Edital. A presente licitação será processada e julgada pelo Agente de Contratação da Prefeitura Municipal, nomeado através da Portaria nº 001/2026, de 05 de janeiro de 2026.

ÓRGÃO INTERESSADO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08:29HS/MIM DO DIA 05/02/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	08:30HS/MIM DO DIA 05/02/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO
EMAIL:	licitacao@matureia.pb.gov.br
REFERÊNCIA DE TEMPO	(HORÁRIO DE BRASÍLIA).
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES:	R\$ 1,00 (Hum real).

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Contratação de empresa especializada para construção de um Ginásio Poliesportivo no Município de Maturéia – PB, conforme Convenio Estadual nº 0069/2025**, consoante condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O Valor Global estimado em planilhas em anexo é **R\$ 851.160,80** (oitocentos e cinquenta e um mil, cento e sessenta reais e oitenta centavos). **O critério de julgamento adotado será o menor preço global**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, prevista na classificação abaixo:

CONVÊNIO Nº 0069/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E A PREFEITURA DE MATUREIA - 22101.12.361.5006.2769.00000000287.44405100.50000.0.1.1001, RO 3908, que serão repassados à parte CONVENIENTE. E O MUNICÍPIO DE MATUREIA - 02.030 - Secretaria Municipal de Educação 12 361 1002 1024 – Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Obras de

Infra Estrutura em Educação – FUNDAMENTAL / Tempo Integral Proporcionar condições adequadas de ensino e aprendizagem na rede de educação fundamental, por meio da construção, ampliação, reforma e equipagem de obras de infraestruturas escolar, visando atender à demanda de alunos, melhorar a qualidade dos espaços educacionais e garantir ambientes seguros, acessíveis e funcionais 1.500.0000 Recursos não vinculados de Impostos 0081 4490.5100 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.571.0000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Educação 0090 4490.5100 OBRAS E INSTALAÇÕES.

3.0. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.

4.1. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. A obtenção de benefícios a que se refere o item 4.2 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado

contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.4. As licitantes enquadradas como Microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar declaração de que preenche os requisitos estabelecidos na LC 123/2006 e que no ano-calendário da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.5.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.5.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

4.5.3. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.5.4. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.5.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.5.6. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5.7. Impedidos de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.5.8. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.5.9. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.5.10. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

4.6. Como condição para participação na concorrência, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.6.1.1. Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;

4.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA GARANTIA.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhado da garantia da proposta por meio de chave de acesso e senha, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. A garantia da proposta, exigida neste Edital, ocorrerá, conforme instruções a seguir:

5.2.1. A Licitante deverá enviar, juntamente com o cadastro da proposta, comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré habilitação. O prazo máximo para a "EMISSÃO" da referida garantia é até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação.

5.2.2. A garantia de proposta será de R\$ 8.511,61 (oito mil, quinhentos e onze reais e sessenta e um centavos), 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, cujo valor é referente ao(s) lote(s) que deseja participar.

Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse licitante no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação ou se anexado no momento de cadastramento da proposta, será dispensada a solicitação.

5.2.3. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

5.2.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia. Caso a caução do valor referente à garantia da proposta, seja em dinheiro, deverá ser transferido à conta: Agência nº 1156-8 - Conta Corrente nº 14.223-9, Banco do Brasil, em nome da Prefeitura Municipal de Matureia - CNPJ nº 01.612.689/0001-78.

5.2.3.2. Seguro-garantia;

5.2.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

5.2.4. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.2.5. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

5.2.6. O não atendimento do disposto no item 8.1 ensejará a desclassificação do licitante.

5.2.7. Caso seja fornecido seguro garantia ou fiança bancária para garantia de participação na licitação, qualquer um deles deverá ser válido por pelo menos 30 (trinta) dias além da validade da proposta e revalidado na mesma condição pelas prorrogações que porventura houver.

5.2.8. Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU n.º 498/2011 - plenário.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

5.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após fase do envio dos lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, com os seguintes campos:

6.1.1. Valor total da obra/serviço.

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de contratação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR GLOBAL.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1,00 (um) real**.

7.9. Será adotado para o envio de lances na Concorrência eletrônica o modo de disputa "aberto". Os licitantes apresentarão lances públicos e com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances eivados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.1. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.3. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Operador do Sistema aos participantes, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.18.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo não inferior a 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.18.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto na regulamentação municipal. 10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

8.2.1. Contiverem vícios insanáveis;

8.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

8.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

8.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

8.2.6. Que identifique o licitante.

8.3. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

8.4. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.4, só será considerada após emissão de parecer técnico de análise da proposta apresentada.

8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.7. O Agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no prazo de 02 (DUAS) HORAS sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1. É facultado ao Agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Agente de contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1. Também nas hipóteses em que o Agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final readequada ao último lance do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 24 (VINTE E QUATRO) HORAS a contar da solicitação do Agente de contratação no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser escrita em língua portuguesa, com data e local de sua realização, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. A proposta deverá ser identificada e assinada por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante, no mínimo, assinatura eletrônica avançada.

9.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final readequada ao último lance do licitante vencedor deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

9.2.1. Planilha de Quantitativos e Preços global, preenchida com seus respectivos custos unitários e globais, como a totalização por item e geral, conforme orçamento base fornecido neste edital;

9.2.2. Composição de preços unitários de todos os itens das planilhas de orçamento;

9.2.3. Detalhamento dos encargos sociais e BDI das propostas comerciais;

9.2.4. Composição detalhada da taxa de B.D.I.- Benefício de Despesas Indiretas;

9.2.5. A licitante também deverá encaminhar, no prazo estipulado no item 9.1, os documentos mencionados nos itens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4 em formato Excel via sistema ou, caso o formato do documento não seja compatível, para o endereço de e-mail: licitacao@matureia.pb.gov.br.

9.3. Na Planilha de Quantitativos e Preços preenchida pelo licitante NÃO deverá constar preço unitário para os itens com quantitativo igual a zero, nem tampouco deverá deixar de ser apresentada composição de preços unitários para os referidos itens.

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.3.2. A proposta será analisada pelo setor de engenharia do município, que emitirá parecer técnico de classificação ou desclassificação.

9.4. Havendo erros, falhas ou omissões na proposta de preço, o Agente de contratação poderá sanar através da abertura de diligência, desde que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

9.5. A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de contratação (Acórdão 1211/2021-Plenário TCU).

10. DA HABILITAÇÃO.

10.1. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 02 (DUAS) horas, os quais deverão ser enviados via sistema Compras Públicas.

10.2. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

10.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

10.2.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

10.2.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.2.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2.7. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.2.8. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2.10. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.2.11. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.

10.2.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.2.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.2.17. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.3. Das Declarações:

10.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

10.3.2. Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;

10.3.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

10.3.4. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

10.3.5. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

10.3.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.7. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

10.3.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.9. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

10.4. As declarações acima mencionadas serão apresentadas através do sistema Compras Públicas, devendo as licitantes assinalarem os campos respectivos no sistema.

10.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - LTDA: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.5.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.5.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.5.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.5.9. Documento de identificação do (s) sócio responsável, através de Cédula de Identidade ou outro equivalente.

10.6. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.6.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.6.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.6.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.6.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.6.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.8. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

10.8.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.8.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.8.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.8.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.8.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.8.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.8.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação a comprovação de capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou dos itens pertinentes.

10.8.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.8.7. O Agente de Contratação poderá durante a sessão pública realizar diligência para sanear dúvidas referentes ao Balanço Patrimonial.

10.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

10.9.1. Certidão de Registro do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU, conforme Inciso I e V do Art. 67 da Lei 14.133/2021 c/c com o Art. 69 da Lei 5.194/66, da sede da licitante, da empresa e seu responsável técnico.

10.9.2. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

10.9.2.1. Comprovação de que possui em seu quadro, até a data da abertura da sessão, Profissional, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica acompanhado de CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitida pelo CREA ou outro conselho competente, de execução de obra ou serviço com características semelhantes ao objeto deste certame licitatório.

10.9.3. A comprovação exigida acima dar-se-á através da apresentação de cópia de carteira de trabalho do profissional que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante, de contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, contrato de prestação de serviços ou, ainda, da declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada da anuência deste profissional.

10.9.4. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

10.9.4.1. Apresentação de certidões ou atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante conforme preceitua o inciso II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021, acompanhado da CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitida pelo CREA ou outro conselho competente, em nome do responsável técnico, por execução de obra ou serviço com características semelhantes ao objeto deste certame licitatório.

10.9.4.2. Declaração com indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

10.9.4.3. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.9.4.4. A Documentação Técnica da licitante será analisada pelo setor de engenharia do município, que emitirá parecer técnico a respeito da mesma.

10.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.12. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.16. Havendo erros, falhas ou omissões dos documentos de habilitação, o Agente de contratação poderá sanar através da abertura de diligência, desde que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.17. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei 14.133/2022, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de contratação (Acórdão 1211/2021-Plenário TCU).

10.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.DOS RECURSOS.

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de

preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases.

11.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. A licitante deverá apresentar garantia contratual exigida no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

14.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

14.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

14.2.2. seguro-garantia;

14.2.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

14.3. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

14.4. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

14.5. Quando o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

14.6. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

14.7. Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU n.º 498/2011 - plenário.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.5. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

15.6. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.7. Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16. DOS PRAZOS

16.1. O prazo de execução das obras/serviços objeto desta Concorrência será de: **08 (oito) meses**, contados a partir do primeiro dia útil após a expedição da ordem de serviços.

16.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.1.2. Após a comunicação da Ordem de Serviço, será dado um prazo de 72 (setenta e duas) horas para o contratado recebê-la.

Caso o mesmo não a tenha recebido neste período será dado início à contagem do prazo para entrega dos trabalhos.

16.2. O prazo do (s) contrato (s) oriundo (s) do presente processo licitatório será de: **12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil após a expedição da ordem de serviços;

16.2.1. O prazo do subitem anterior será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

16.2.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

17.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC/FGV, tomando-se por base a data do orçamento, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

17.2. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do orçamento e de acordo com a vigência do contrato.

17.3. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

17.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.6. O reajuste será realizado por apostilamento e deverá ser requerido pelo contratado.

17.7. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

17.8. Para fins do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do insumo, fazendo uma comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.

17.9. O reequilíbrio econômico do contrato será realizado por meio de termo aditivo.

17.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, desde que seja requerido durante a vigência do contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

18.1. As obras e serviços serão recebidas provisoriamente, em até 15 (quinze) dias após a entrega da obra pela contratada, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

18.2. Definitivamente, pelo gestor da obra, em até 30 (trinta) dias após entrega definitiva da obra, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

18.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

18.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato.

20. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

20.1. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela firma e aceitos pela fiscalização serão objeto de lançamentos no Boletim de Medição, que depois de conferido, será assinado pelo Engenheiro da Prefeitura e pelo responsável da contratada;

20.2. Os autos do processo de pagamento deverão ser encaminhados para a Prefeitura CONTRATANTE para providenciar, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica a Ordem de Pagamento.

20.3. As medições serão mensais com intervalo nunca inferior a 30 (trinta) dias corridos, excetuando-se as medições inicial e final. Os boletins de medições deverão ser realizados entre os dias 25 e 30 de cada mês, sendo os pagamentos efetuados num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento de cada parcela;

20.4. Ao requerer o pagamento da primeira medição, a contratada deverá apresentar o comprovante de que o contrato teve sua Anotação de Responsabilidade Técnica - ART efetuada no CREA ou CAU-PB, nos termos da Resolução nº 257 de 19/09/78 do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição requerida;

20.5. A contratada fica obrigada a apresentar cópia autenticada da Guia de Recolhimento Prévio, das Contribuições Previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, quando da quitação da referida Nota Fiscal ou

Fatura, na forma prevista da Lei n.º 8.212/91, alterada pela Lei n.º 9.032/95 de 28.04.95, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, bem como as Certidões Negativas de Débitos com a RECEITA FEDERAL, com a RECEITA ESTADUAL, com a DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO e com a RECEITA MUNICIPAL;

20.6. A contratada fica obrigada a apresentar no encerramento do contrato, quando da expedição do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra, CND - Certidão Negativa de Débito da respectiva obra;

20.7. A contratada fica obrigada a apresentar para liberação da última medição o "AS BUILT" da obra, ou seja, a contratada deverá apresentar o cadastro técnico e/ou projetos executivos que foram executados na obra.

20.8. Deverá ser mantido o programa de desembolso geral da obra, conforme cronograma específico apresentado pelo CONTRATADO quando do processo de Licitação que deu origem ao presente CONTRATO.

20.9. Se, com aprovação prévia, o cronograma de construção for modificado, excepcionalmente e nas hipóteses em que a lei assim permitir, a previsão de desembolso será revisada.

20.10. As medições e pagamentos também se encontram regulados no Termo Contratual.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A sanção prevista no inciso I do item 21.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção prevista no inciso II do item 21.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

21.6. A sanção prevista no inciso III do item 21.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Manturéia, pelo prazo de 3 (três) anos.

21.7. A sanção prevista no inciso IV do item 21.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 21.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.8. A sanção estabelecida no inciso IV do item 21.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

21.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

21.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.11. A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 21.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 21.2, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2.A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.3. Caberá ao Agente de contratação, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Agente de contratação, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.6. O Agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

22.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23.DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1. Não será permitida a subcontratação.

24.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

24.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10.O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.11.A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.13. A Administração, poderá revogar este Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

24.14.A anulação da Concorrência induz à do contrato.

24.15. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

24.16.É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.17.O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Praça José Alves da Costa Neto, 75, Bairro Centro, Manturéia - PB - CEP Nº 58.737-000, nos dias úteis, no horário das 07hs às 13hs, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

24.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III– MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO IV – PROJETO BÁSICO;

Maturéia - PB, 06 de Janeiro de 2026.

Paulo Sérgio de Oliveira
Agente de Contratação

Raphael Costa Azevedo
Assessor Técnico

ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar regulamenta a fase preparatória para Ginásio Poliesportivo no município de Maturéia/PB objetivando o atendimento da necessidade que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo, nos termos a seguir expostos.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município de Maturéia, com uma população de 6.433 habitantes (IBGE/2022), enfrenta atualmente um déficit de infraestrutura adequada para a prática de atividades esportivas, educacionais e de integração comunitária. A inexistência de um ginásio poliesportivo devidamente equipado impõe uma série de limitações e prejuízos diretos à população, especialmente às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino.

Atualmente, a carência de um espaço apropriado resulta nos seguintes problemas:

- Insegurança e Improvisação: As atividades são realizadas em locais improvisados, como pátios abertos ou quadras descobertas, que não oferecem a segurança necessária;
- Limitação do Desenvolvimento Esportivo e Social: A falta de uma estrutura adequada impede a diversificação das modalidades esportivas ofertadas, a organização de torneios interescolares e a criação de projetos sociais, que são ferramentas essenciais para promover a saúde, a disciplina, o trabalho em equipe e para manter os jovens engajados em atividades construtivas.

Portanto, a construção de um ginásio poliesportivo não se configura como uma mera obra, mas como a implementação de uma ferramenta estratégica e essencial para garantir a regularidade e a qualidade das atividades educacionais, promover a saúde e a integração social, e oferecer um espaço digno e seguro para o desenvolvimento integral dos cidadãos de Maturéia. A não resolução desta necessidade perpetua a precariedade e limita o potencial de desenvolvimento humano no município.

II. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A Construção de um Ginásio Poliesportivo, está alinhada com os objetivos estratégicos do planejamento da administração municipal, especialmente no tocante à promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da educação.

A intervenção atende a diretrizes contidas no Plano Plurianual Municipal (PPA) e demais instrumentos de planejamento, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A proposta reforça, portanto, o comprometimento da administração com a eficiência na alocação dos recursos públicos e com a execução de políticas públicas estruturantes, em consonância com as demandas sociais identificadas nas comunidades locais.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de uma contratação de obra de engenharia, a ser contratado mediante licitação na modalidade Concorrência, no formato Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá planejar, desenvolver, implantar e executar os serviços e obras objeto do contrato de acordo com os requisitos e exigências estabelecidos no projeto básico, suas especificações técnicas e descritivas, além do que estabelece a licença ambiental e tudo o que mais contém o edital da licitação.

A contratada se responsabilizará pelo recolhimento de todos os tributos Federais, Estaduais e Municipais, presente ou futuros que, direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o serviço/obra relacionado ao objeto contratual.

A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme preceitua o inciso XVI do art. 92 da lei nº 14.133/2021.

Ficará a contratada com a responsabilidade de comunicar, imediatamente e por escrito, a Contratante, tão logo sejam do seu conhecimento, os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato.

Manter sempre à frente dos serviços, profissional devidamente habilitado na entidade profissional competente e pessoal adequado e disponível na quantidade necessária para execução das obras e serviços.

A mão-de-obra empregada pela contratada, na execução dos serviços, objeto do contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com a Contratante, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta, observando-se o disposto no art. 121, da lei nº 14.133/2021. Todas as obrigações tributárias, fiscais, previdenciárias e/ ou sociais, bem como os danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante e/ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Dentro do prazo de prescrição estabelecido pela lei civil ou administrativa, a CONTRATADA deverá se responsabilizar e arcar com ônus de todas as reclamações e/ ou ações jurídicas decorrentes de ofensas ou danos causados ao direito de propriedade de terceiros, resultante da execução dos serviços. Ao longo do desenvolvimento da obra, a contratante poderá alterar, reduzir e/ ou suprimir serviços, em comum acordo com a CONTRATADA, ou unilateralmente, obedecendo ao que dispõe no art. 124 e seguintes, da Lei 14.133/2021.

Obedecer a todas as Normas Técnicas da ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução os serviços, e fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela contratante, sobre o objeto do contrato a ser firmado.

A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, na forma do art. 120, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

Manter permanentemente no escritório da obra LIVRO DE OCORRÊNCIA, autenticado pela contratante, no qual a fiscalização e a licitante contratada anotarão todas e quaisquer ocorrências que mereçam registro, devendo ser entregue a contratante quando da medição final e entrega da obra.

Permitir e facilitar à fiscalização, a inspeção ao local das obras, em qualquer dia e hora devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

A contratada deverá manter placas de sinalização e segurança em toda a obra, de acordo com os modelos disponíveis pela contratante. A contratada deverá providenciar a inscrição da obra no cadastro nacional de obras, tendo em vista a instrução normativa RFB 2061, de 2021 e os Acórdãos 368/2010 – Segunda Câmara do TCU, Acórdão 758/2015 – Plenário do TCU e Acórdão 2044/2016 – Primeira Câmara do TCU.

Fica a contratada obrigada a providenciar a emissão das licenças ambientais de instalação e operação, nos termos do Inciso I, § 5º, art. 25 da lei nº 14.133/2021 c/c Resoluções Conama nº 237/1997, art.

52 e seguintes do Código Municipal do Meio Ambiente (LC nº 29/2002) e Manual de Obras do TCU, página 16.

A CONTRATADA deverá obter os alvarás de construção e demolição necessários à execução da obra licitada devendo agendar junto a Prefeitura Municipal de Manturéia vistoria com vistas à obtenção de habite-se para as obras em que tal licença seja exigível, conforme Manual TCU Obras Públicas – Recomendações Básicas para a contratação e fiscalização de obras e edificações públicas, p. 45. Elaborar o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil e demolição – PGRDC – Resolução CONAMA nº 307/2002. A contratada será responsável durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, nos termos da Orientação técnica – IBR 003/2011 e do art. 618 do Código Civil.

Os serviços deverão ser executados com utilização de materiais de primeira qualidade e mão-de-obra qualificada, devendo o contratado dispor de equipamentos, ferramental e todos os acessórios indispensáveis para cumprimento dos projetos, memoriais, planilhas e demais documentos que integram o presente expediente.

DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Deverão ser observadas pela CONTRATADA, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessárias a preservação da integridade física e Educação de seus colaboradores, do patrimônio da CONTRATANTE e ao público afeto e dos materiais envolvidos no serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas da CONTRATANTE.

A CONTRATADA se responsabilizará ainda por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

DA GARANTIA DA PROPOSTA

A Licitante deverá enviar, juntamente com a proposta, comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta. A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação. Caso a licitante não apresente a garantia da proposta, a mesma deverá ser desclassificada do certame. A garantia da proposta se justifica em face da necessidade de os licitantes demonstrarem que possuem lastro econômico-financeiro para participar do certame e executar o objeto licitado.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

A licitante deverá apresentar garantia contratual exigida no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas. Quando o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a

prestação da garantia. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU n.º 498/2011 - plenário.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A licitação deverá ser realizada com o critério de julgamento será o de menor preço global pela vantagem técnica e econômica existente.

IV. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

Os quantitativos foram extraídos da memória de cálculo dos quantitativos e da planilha de serviços e necessidades para Construção de Ginásio Poliesportivo no município de Maturéia/PB, conforme memória de cálculo e planilha de serviços que compõem o presente estudo.

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A execução da construção de Ginásio Poliesportivo é uma obra que demanda quantidade considerável de mão-de-obra e equipamentos para a execução.

Dentre as alternativas para a realização do serviço está - 1) Execução com a utilização de equipes próprias do município; 2) Execução por empresa contratada para execução do serviço juntamente com o fornecimento de materiais.

A escolha da melhor solução que atende as necessidades do município é a contratação de empresa especializada para a execução do serviço.

A escolha foi feita considerando que a execução do serviço demanda equipamentos bastante específicos para execução do serviço e também ferramentas específicas para a execução do serviço. Por se tratar de quantidade expressiva de serviço a opção de execução por equipes próprias se torna inviável tendo em vista que seria necessário o destacamento de equipes e maquinários dos serviços e contratados que executam serviços e isso impactaria de forma significativa nos prazos e na execução dos serviços corriqueiros. Além disso, a execução do serviço com equipes próprias demandaria a compra de todos os materiais necessários para construção do Ginásio Poliesportivo, para a realização do serviço e ainda, que seria necessário a contratação de equipamentos específicos para execução, tendo em vista a quantidade demandada, gerando assim a necessidade de lançamento de editais distintos, aumentando também os serviços administrativos e de compras. A contratação de empresa especializada na execução dos serviços, com fornecimento de mão-de-obra e material, simplifica consideravelmente o processo de compras.

VI. ESTIMATIVA DE VALOR

O custo foi obtido através de Projeto Básico, onde a equipe técnica, em respeito ao interesse público, elabora um orçamento para a obra com a descrição dos serviços a serem executados através da tabela SINAPI, e outras fontes quando não for possível utilizar SINAPI, para melhor atender aos importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua precificação devidamente

justificada na Memória de Cálculo, concluindo ser tecnicamente e economicamente viável a execução indireta dos serviços.

Para tanto segue em anexo planilha orçamentária com estimativa de custos.

O valor estimado da obra é de R\$ 851.160,80 (oitocentos e cinquenta e um mil, cento e sessenta reais e oitenta centavos).

O procedimento de estimativa do preço obedeceu aos requisitos do art. 23, da Lei 14.133/2021.

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Foi realizado o levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para o problema existente. Dentre as possibilidades existentes, temos a seguinte solução:

1) Contratação de empresa especializada para construção de Ginásio Poliesportivo para o município de Maturéia/PB.

A construção de Ginásio Poliesportivo se dará em conformidade com o previsto no projeto básico, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro. A definição da metodologia executiva é adotada, obrigatoriamente, de acordo com as normas técnicas vigentes. Para cada serviço, existe uma metodologia especial. Portanto, essas definições estarão pormenorizadas no Projeto Básico elaborado pela equipe técnica.

VIII. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O estudo técnico foi desenvolvido para que possamos fazer uma contratação seguindo todos os critérios exigidos por lei, para que haja seleção de empresa da área da construção civil, especializada em obra equivalente ao objeto deste pedido, e que tenha capacidade e competência capaz de atender as necessidades da instituição com eficiência, e economicidade, fazendo uma obra de qualidade para evitar danos ao erário e a população que utilizará o espaço. O estudo técnico preliminar demonstra que o objeto está enquadrado como obra, e deverá ser licitada **por preço global**, incluindo várias etapas, devendo ser avaliado os preços unitários das planilhas orçamentária.

IX. JUSTIFICATIVA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio, devendo justificar a vedação, nos termos do art. 15 da Lei 14.133/2021. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública devidamente motivada, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Com base nas informações técnicas citadas no ETP e Projeto Básico constante aos autos, a OBRA é comum e a adjudicação do objeto é por preço global, a fim de justificar a participação de consórcio. A vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituída sob forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações para obras e serviços comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum à participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante a qualificação técnica-operacional e econômico financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021, que em seu artigo 15 que atribui à Administração a prerrogativa de não permitir a participação de consórcios em licitações por elas promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o

interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Ressalte-se que a decisão com relação à vedação à participação de consórcio, considerando que se trata de uma obra comum e de baixa complexidade técnica e financeira, levando-se em conta que existem várias empresas que sozinhas podem executar o objeto da licitação ampliando a competitividade, proporcionando assim a seleção de uma proposta mais vantajosa para Administração.

X. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A construção do ginásio poliesportivo no Município de Matureia visa transformar a realidade educacional, esportiva e social da comunidade. Com a efetivação desta contratação, a Administração Pública almeja alcançar os seguintes resultados estratégicos:

1. Cumprimento integral do cronograma de atividades esportivas do currículo escolar.
2. Fomento ao Desenvolvimento Esportivo - Aumento de novas modalidades esportivas oferecidas na rede de ensino.
3. Criação e execução de um calendário anual de competições e festivais interescolares.

XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para assegurar a eficiência e a correta execução do objeto, a Administração Municipal deverá adotar as seguintes providências indispensáveis antes da formalização do contrato com a empresa vencedora do certame:

1. Documentação Técnica e de Engenharia

Disponibilização dos Documentos: Assegurar que a versão final de todos os documentos técnicos que nortearão a obra — incluindo o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária detalhada e o Cronograma Físico-Financeiro — esteja consolidada e anexada ao processo administrativo.

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/RRT): Providenciar e juntar aos autos a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) referente à fiscalização da obra, a ser emitida pelo servidor ou profissional designado.

2. Gestão Administrativa e Financeira

Designação do Fiscal e do Gestor do Contrato: Publicar portaria designando, formalmente, o(s) servidor(es) que atuarão como Gestor(es) e Fiscal(is) do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, preferencialmente com qualificação técnica compatível com a complexidade da obra.

3. Formalização Contratual

Convocação da Vencedora: Convocar formalmente a empresa vencedora da licitação para a assinatura do contrato, estabelecendo prazo para o seu comparecimento.

Verificação da Habilitação: Realizar consulta aos cadastros de sanções e exigir a comprovação de que a empresa mantém todas as condições de habilitação fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no edital.

Recebimento da Garantia: Receber e analisar a Garantia de Execução Contratual, no percentual definido no edital, verificando a validade e a conformidade da modalidade apresentada (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária).

Preparação da Ordem de Serviço: Elaborar a minuta da Ordem de Início dos Serviços, a qual somente deverá ser emitida e entregue à contratada após a assinatura do contrato e o cumprimento de todas as providências anteriores.

O cumprimento rigoroso destas providências é condição indispensável para a assinatura do contrato e o início da obra, assegurando a legalidade, a segurança jurídica e a boa gestão do projeto desde sua fase inicial.

XII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XIII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente. A contratada será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.

Portanto, a obra deverá ser projetada de forma a causar baixo impacto no ecossistema, bem como executada de forma a favorecer a economia local e priorizar o bem estar social, executando os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, em observância ao direito administrativo, à legislação ambiental e trabalhista, e aos regulamentos infra legais aplicáveis ao setor da construção civil, assim como às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), às posturas e boas práticas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, difundidas no mercado, mantendo, ademais, sua área de trabalho continuamente limpa e desimpedida.

XIV - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A viabilidade deste ETP verifica-se visto que a necessidade da contratação atende adequadamente as demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracteriza uma economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

Taciana Wanderley Guedes
Secretária de Educação

VALERIA BARBOSA SILVA WANDERLEY

Sec. de Administração

Comissão de Planejamento
Responsável pela Elaboração

AUGUSTO MARCIO GOMES DA GAMA

Sec. de Finanças

Comissão de Planejamento
Responsável pela Elaboração

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00001/2026

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
INSC. EST.:					
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:			CIDADE:		
CEP:			E-MAIL:		
TELEFONE:			FAX:		
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:		
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		
Nº DA AGÊNCIA:					
ITE NS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.					
TOTAL POR EXTENSO:					

A EMPRESA: DECLARA QUE:

1. ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
2. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
CONCORRÊNCIA Nº 00001/2026**

**TERMO DE CONTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTURÉIA/PB E A
EMPRESA *****

Pelo presente instrumento particular, de um lado a O MUNICÍPIO DE, entidade de Direito Público Interno, Órgão de Regime Jurídico Único, sediada á, – Prédio da Prefeitura Municipal de- Estado da Paraíba, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº ;....., neste ato representada pelo Prefeito Municipal,, brasileiro, casado, residente na - PB, portador do RG nº SSP/PB e CPF nº, infra-assinados doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no **CNPJ/MF sob o nº**, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decretos Municipais, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Concorrência nº 00001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1.O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de empresa especializada para construção de um Ginásio Poliesportivo no Município de Maturéia – PB, conforme Convenio Estadual nº 0069/2025**, consoante especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. **Aplica-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento:**

- a) Processo Administrativo nº xxxxx/2026;
- b) Concorrência Eletrônica nº 00001/2026;

c) Proposta do contratado, nos termos aceitos pela CONTRATANTE.

1.3. A partir da assinatura do presente contrato, a este, passarão a ser aplicáveis tudo que resultem em termos aditivos que vierem a ser realizados e que importem em alteração de condições contratuais, desde que assinados pelos representantes credenciados das partes.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

contado da data do orçamento estimado da contratação, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC/FGV, tomando-se por base a data do orçamento, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.

6.2. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do orçamento e de acordo com a vigência do contrato.

6.3. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

6.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento e deverá ser requerido pelo contratado.

6.7. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

6.8. Para fins do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do insumo, fazendo uma comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.

6.9. O reequilíbrio econômico do contrato será realizado por meio de termo aditivo.

6.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, desde que seja requerido durante a vigência do contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

7.1. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela firma e aceitos pela fiscalização serão objeto de lançamentos no Boletim de Medição, que depois de conferido, será assinado pelo Engenheiro da Prefeitura e pelo responsável da contratada;

7.2. Os autos do processo de pagamento deverão ser encaminhados para a Prefeitura CONTRATANTE para providenciar, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica a Ordem de Pagamento.

7.3. As medições serão mensais com intervalo nunca inferior a 30 (trinta) dias corridos, excetuando-se as medições inicial e final. Os boletins de medições deverão ser realizados entre os dias 25 e 30 de cada mês, sendo os pagamentos efetuados num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento de cada parcela;

7.4. Ao requerer o pagamento da primeira medição, a contratada deverá apresentar o comprovante de que o contrato teve sua Anotação de Responsabilidade Técnica -ART efetuada no CREA ou CAU-PB, nos termos da Resolução nº 257 de 19/09/78 do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição requerida;

7.5. A contratada fica obrigada a apresentar cópia autenticada da Guia de Recolhimento Prévio, das Contribuições Previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, quando da quitação da referida Nota Fiscal ou Fatura, na forma prevista da Lei n.º 8.212/91, alterada pela Lei n.º 9.032/95 de 28.04.95, e

regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, bem como as Certidões Negativas de Débitos com a RECEITA FEDERAL, com a RECEITA ESTADUAL, com a DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO e com a RECEITA MUNICIPAL;

7.6. A contratada fica obrigada a apresentar no encerramento do contrato, quando da expedição do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra, CND – Certidão Negativa de Débito da respectiva obra;

7.7. A contratada fica obrigada a apresentar para liberação da última medição o “AS BUILT” da obra, ou seja, a contratada deverá apresentar o cadastro técnico e/ou projetos executivos que foram executados na obra.

7.8. Deverá ser mantido o programa de desembolso geral da obra, conforme cronograma específico apresentado pelo CONTRATADO quando do processo de Licitação que deu origem ao presente CONTRATO.

7.9. Se, com aprovação prévia, o cronograma de construção for modificado, excepcionalmente e nas hipóteses em que a lei assim permitir, a previsão de desembolso será revisada.

7.10. Para recebimento das obras e serviços deverá ser observado o seguinte:

7.10.1. As obras e serviços serão recebidas provisoriamente, em até 15 (quinze) dias após a entrega da obra pela contratada, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.10.2. Definitivamente, pelo gestor da obra, em até 30 (trinta) dias após entrega definitiva da obra, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.11. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

8.1. A licitante deverá apresentar garantia contratual exigida no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

8.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

8.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

8.2.2. Seguro-garantia;

8.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

8.3. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.4. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

8.5. Quando o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

8.6. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

8.7. Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU n.º 498/2011 - plenário.

9. CLÁUSULA NONA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. As obras e serviços serão recebidas provisoriamente, em até 15 (quinze) dias após a entrega da obra pela contratada, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.2. Definitivamente, pelo gestor da obra, em até 30 (trinta) dias após entrega definitiva da obra, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

9.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO.

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

10.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

10.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa quando for o caso

10.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

10.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou equivalente.

11.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

11.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

11.4. Designar representante(s), denominado (s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;

11.5. Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer serviço/compra prestado, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a CONTRATANTE obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela CONTRATADA.

11.6. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do FISCAL DO CONTRATO, ao qual competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;

11.7. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelo equipamento ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;

11.8. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;

11.9. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços/fornecimento do bem e o atendimento das exigências contratuais;

11.10. A Prefeitura, através da autoridade competente ou por pessoa por ela designada, será o Gestor da Execução do contrato firmado com a licitante ganhadora, sendo de sua responsabilidade todos os atos decorrentes da execução do mesmo.

11.11. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado fiscal e Gestor do Contrato;

11.12. Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como consulta online às certidões respectivas ao Cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de improbidade Administrativa disponível no CNJ, Certidão Negativa de Inidôneos do TCU.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A contratada deverá planejar, desenvolver, implantar e executar os serviços e obras objeto desse contrato de acordo com os requisitos e exigências estabelecidos no projeto básico, suas especificações técnicas e descritivas, além do que estabelece a licença ambiental e tudo o que mais contém o edital da licitação.

12.2. A contratada se responsabilizará pelo recolhimento de todos os tributos Federais, Estaduais e Municipais, presente ou futuros que, direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o serviço/obra relacionado ao objeto contratual.

12.3. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme preceitua o inciso XVI do art. 92 da lei nº 14.133/2021.

12.4. Ficará a contratada com a responsabilidade de comunicar, imediatamente e por escrito, a Contratante, tão logo sejam do seu conhecimento, os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato.

12.5. Manter sempre à frente dos serviços, profissional devidamente habilitado na entidade profissional competente e pessoal adequado e disponível na quantidade necessária para execução das obras e serviços.

12.6. A mão-de-obra empregada pela contratada, na execução dos serviços, objeto do contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com a Contratante, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta, observando-se o disposto no art. 121, da lei nº 14.133/2021.

12.7. Todas as obrigações tributárias, fiscais, previdenciárias e/ ou sociais, bem como os danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante e/ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

12.8. Dentro do prazo de prescrição estabelecido pela lei civil ou administrativa, a CONTRATADA deverá se responsabilizar e arcar com ônus de todas as reclamações e/ ou ações jurídicas decorrentes de ofensas ou danos causados ao direito de propriedade de terceiros, resultante da execução dos serviços.

12.9. Ao longo do desenvolvimento da obra, a contratante poderá alterar, reduzir e/ ou suprimir serviços, em comum acordo com a CONTRATADA, ou unilateralmente, obedecendo ao que dispõe no art. 124 e seguintes, da Lei 14.133/2021.

12.10. Obedecer a todas as Normas Técnicas da ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução os serviços, e fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela contratante, sobre o objeto do contrato a ser firmado.

12.11. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

12.12. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, na forma do art. 120, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

12.13. Manter permanentemente no escritório da obra LIVRO DE OCORRÊNCIA, autenticado pela contratante, no qual a fiscalização e a licitante contratada anotarão todas e quaisquer ocorrências que mereçam registro, devendo ser entregue a contratante quando da medição final e entrega da obra.

12.14. Permitir e facilitar à fiscalização, a inspeção ao local das obras, em qualquer dia e hora devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

12.15. A contratada deverá manter placas de sinalização e segurança em toda a obra, de acordo com os modelos disponíveis pela contratante.

12.16. A contratada deverá providenciar a inscrição da obra no cadastro nacional de obras, tendo em vista a instrução normativa RFB 2061, de 2021 e os Acórdãos 368/2010 – Segunda Câmara do TCU, Acórdão 758/2015 – Plenário do TCU e Acórdão 2044/2016 – Primeira Câmara do TCU.

12.17. Fica a contratada obrigada a providenciar a emissão das licenças ambientais de instalação e operação, nos termos do Inciso I, § 5º, art. 25 da lei nº 14.133/2021 c/c Resoluções Conama nº

237/1997, art. 52 e seguintes do Código Municipal do Meio Ambiente (LC nº 29/2002) e Manual de Obras do TCU, página 16.

12.18. A CONTRATADA deverá obter os alvarás de construção e demolição necessários à execução da obra licitada devendo agendar junto a Prefeitura Municipal vistoria com vistas à obtenção de habite-se para as obras em que tal licença seja exigível, conforme Manual TCU Obras Públicas – Recomendações Básicas para a contratação e fiscalização de obras e edificações públicas, p. 45.

12.19. Elaborar o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil e demolição – PGRDC – Resolução CONAMA nº 307/2002.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A sanção prevista no inciso I do item 13.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.5. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

13.6. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Maturéia, pelo prazo de 3 (três) anos.

13.7. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 13.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.8. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

13.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

13.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.11. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.12. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.13. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO.

14.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

14.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 14.2 observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

14.3. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

14.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do produtos e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 14.4.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste item ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- 14.4.2. Na hipótese do inciso II deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

- 15.1. Eventuais alterações no contrato devem ser realizadas através de termo aditivo nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021 e serão regulados pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, aplicando-se aos preços base da CONTRATANTE, um redutor, no mesmo percentual encontrado entre o valor global da proposta vencedora e o preço base incluso neste edital.
- 15.2. A CONTRATANTE, como parte contratante, gestora e fiscalizadora deste contrato, também ficará responsável pela abertura dos processos de aditivos e solicitações de acréscimos e supressões, se houver, do instrumento contratual, inserindo todos os elementos técnicos e jurídicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para a secretaria CONTRATANTE para análise, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, dos TERMOS ADITIVOS, sendo posteriormente, conforme o caso, assinado por ambas as contratantes, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VEDAÇÕES.

- 17.1. É VEDADO À CONTRATADA:

- 17.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

- 17.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO.

- 18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO.

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Teixeira/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., DE DE 2026.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

Testemunhas

ANEXO IV – PROJETO BÁSICO



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATREIA**

OBRA: CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO POLIESPORTIVO

**LOCAL: AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA, BAIRRO CENTRO CIDADE DE
MATURÉIA-PB**

MEMORIAL DESCRITIVO

MATURÉIA – PB, OUTUBRO DE 2025



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA

A) CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este memorial tem por objetivo descrever e especificar atividades assistenciais, serviços e ambientes, além dos materiais e equipamentos a serem empregados na **CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO POLIESPORTIVO**, em observância às indicações constantes no projeto arquitetônico.

B) NORMAS TÉCNICAS E RESPONSABILIDADES

A execução da obra deverá atender a Legislação Municipal, Estadual e normas da ABNT. Na ocorrência de comprovada impossibilidade de adquirir ou empregar materiais especificados neste memorial, sua substituição deverá ser solicitada ao autor do projeto ou responsável técnico pela execução da obra.

C) ENDEREÇO DA OBRA UF -PB

Município: Maturéia

CEP 58737-000

Logradouro: Av. José Jerônimo da Silva

Bairro: Centro

DESCRIÇÃO DA OBRA

1.1. A obra em questão consiste na construção de um Ginásio, situada no município de Maturéia-PB.

1.2. O espaço será construído em uma área de 495,50 m² e terá uma área construída de 432,86 m² e compreenderá os seguintes ambientes:

• **GINÁSIO**

D) ESPECIFICAÇÕES GERAIS DE REVISTIMENTO E ACABAMENTO

1. ÁREAS

1.1. GINÁSIO

1.1.1 Piso: Concreto Polido com pintura;

1.1.2 Parede: Revestimento pintura PVA acrílica sobre massa corrida;

1.1.3 Teto: Telha metálica.

E) SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

A construção contará com abastecimento de água disponibilizado pela CAGEPA, com vazão adequada e condições de manutenção para uso contínuo e sistema de rede de esgoto da CAGEPA.

NUNES SILVA
NUNES:04312675457

Assinado digitalmente por NUNES SILVA
NUNES:04312675457
DN: cn=NUNES SILVA NUNES:04312675457,
c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=AC-Singulardi Múltipla,
email=nunesengenhariacivil@gmail.com
Motivo: Sou o autor deste documento
Local: Maturéia-PB, CREA/PB 161.420.664-3
Data: 2025.11.03 17:25:09 -03'00'

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA -PB

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBRA: CONSTRUÇÃO DE UM GINÁSIO NO MUNICÍPIO DE MATURÉIA– PB;
LOCAL: AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA BAIRRO CENTRO, CIDADE DE
MATURÉIA-PB, CEP 58737-000.

DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - A prefeitura entregará antes da emissão da ordem o espaço físico condições para execução do objeto.

1.2 – Os serviços contratados serão executados rigorosamente de acordo com as normas a seguir:

1.2.1 – Serão impugnados, pela fiscalização, todos os trabalhos que não satisfaçam as condições contratuais.

1.2.2 – Ficará o Construtor obrigado a demolir e refazer os trabalhos rejeitados, logo após o recebimento da ordem de serviços correspondente, ficando por sua exclusiva conta, as despesas decorrentes desses serviços.

1.2.3 – Deve ficar perfeitamente claro que, em todos os casos de materiais especificados que tenham necessidades de ser substituído por outro equivalente, só será feito com a autorização da fiscalização.

1.2.4 – A empreiteira é responsável pela retirada do local no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da notificação oficial, dos operários e ao todo e qualquer material empregado e rejeitado pela fiscalização.

1.2.5 – A empreiteira deverá facilitar os trabalhos da fiscalização, mantendo o local da obra em perfeita ordem uma cópia completa de todos os desenhos, detalhes, especificações e o livro de ocorrência.

1.2.6 – A fiscalização poderá determinar a paralisação total ou parcial de todos os trabalhos julgados defeituosos, implicando na correção dos mesmos que obrigatoriamente serão refeitos pela empreiteira.

1.2.7 - Do mesmo modo a empreiteira será responsável pela retirada dos materiais restantes das demolições e daqueles que não atendem aos padrões de aceitação estabelecidos.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E MATERIAIS.

1.0 ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

Consiste no profissional responsável pelo controle e coordenação da obra in-loco

2.0 – SERVIÇOS PRELIMINARES

A PLACA DA OBRA seguirá o desenho, tipo de tinta, cores e tipologia (fonte) e tamanho da letra (altura), será fornecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA PB. Deverá ser confeccionada em chapa de aço galvanizado e estruturada em madeira de lei serrada, nas dimensões indicadas no projeto. A mesma deverá ser afixada na entrada da comunidade ou localidade onde será executada a obra, ou em local preestabelecido pelo representante legal da Prefeitura Municipal. A altura em relação ao terreno deverá ser de 1,50 m, no mínimo.

A obra será locada de forma convencional, através de gabarito de tábuas corridas pontaleadas, com reaproveitamento de 3 vezes.

3.0 – MOVIMENTO DE TERRA

Antes de ser iniciada a escavação, deverá ser feita a pesquisa das interferências existentes no trecho a ser escavado, para que não sejam danificados quaisquer tubos, caixas, postes, ou outra estrutura que esteja na zona atingida pela escavação ou e suas proximidades.

A adoção da escavação manual dependerá da natureza do solo, das características do local (topografia, espaço livre, interferências) e do volume a ser escavado.

Deverão ser seguidos os projetos e especificações no que se refere a locação, profundidade e declividade da escavação. Entretanto, em alguns casos, as escavações poderão ser levadas até uma profundidade superior à projetada, até que se encontrem as condições necessárias de suporte para apoio das estruturas, a critério da Fiscalização.

Quando necessário, os locais escavados deverão ser isolados, escorados e esgotas por processos que assegure proteção adequada.

As escavações com mais de 1,25m de profundidade deverão dispor de escadas ou rampas, colocados próximas aos postos de trabalho, a fim de permitir, em caso de emergência, a saída rápida dos trabalhadores, independentemente da adoção de escoramento.

Em casos de valas deverão ser observadas as imposições do local, do trabalho, principalmente as concernentes ao trânsito de veículos e pedestres.

Quando o material for considerado, a critério da Fiscalização, apropriado para utilização no reaterro, será ele, a princípio, estocado ao longo da escavação, a uma distância equivalente a profundidade escavada, medida a partir da borda do talude.

Materiais não reutilizáveis serão encaminhados aos locais de “bota-fora”. Ao se atingir a cota de projeto, o fundo da escavação será regularizado e limpo.

Atingida a cota, se for constatada a existência de material com capacidade de suporte insuficiente para receber a peça ou estrutura projetada, a escavação deverá prosseguir até que se possa executar um “colchão” de material de base, a ser determinado de acordo com a situação.

Reaterro manual apiloado com soquete

O reaterro será com material colhido da escavação manual de boa qualidade isento de detritos vegetais, entulhos ou resíduos orgânicos.

O lançamento do material deverá ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu umedecimento e compactação, quando especificada. A espessura da camada solta (não compactada) não deverá ultrapassar 0,30m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,20m. Insumos e características

Servente: profissional que lança o material, de forma manual, para o interior da vala e manipula o soquete de apiloamento de solos.

Volume de reaterro geométrico, definido em projeto e executado de forma manual com soquete. Descontar eventual volume de tubo, sem substituição de solo. A geometria do furo ou vala deve atender aos valores definidos pela norma NBR 12266. Lançamento manual do material de reaterro em camadas seguidas de compactação manual com soquete.

4.0 e 5.0 – INFRAESTRUTURA /SUPERESTRUTURA

4.1 – ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA

Após a escavação, o fundo das cavas deverá ser apiloado com soquete de 30 a 50 kg. Deverão ser selecionadas as pedras de boa qualidade, não se admitindo o uso de material em estado de decomposição ou proveniente de capa de pedreira. O assentamento será feito, preferencialmente, com argamassa no traço 1:4 (cimento e areia grossa).

As pedras serão colocadas lado a lado formando uma camada horizontal, em seguida a superfície formada será umedecida em toda sua extensão. Será, então, lançada uma camada de argamassa, de modo a possibilitar aderência com a camada de pedras subsequente. Os espaços maiores entre as pedras serão preenchidos com pedras menores, permitindo um melhor preenchimento dos vazios entre elas, aumentando assim, a segurança da estrutura. Desse modo, as camadas sucessivas, o maciço será executado até atingir a altura indicada no projeto.

4.2 – EMBASAMENTO DE 1 VEZ

Sobre o respaldo das fundações será construído o embasamento em alvenaria com tijolo de 8 furos de dimensões de 0,19x0,19x0,39m, som metálico, nivelado, assentado com argamassa no traço 1: 4 (cal e areia fina sem material orgânico) dosado com 15% de cimento em volume, sem rebarbo, o tijolo é molhado antes do seu assentamento para melhor aderência com argamassa devendo ter altura suficiente para conter o aterro do caixão.

Quando for aconselhável a adição de impermeabilizante serão adotadas as dosagens indicadas pelos fabricantes.

Ficará por conta da Empreiteira o projeto estrutural, que será aprovado pela fiscalização, bem como qualquer concretagem só deverá ser realizada com a presença do Fiscal.

4.3 – CONCRETO SIMPLES E ESTRUTURAL

Os materiais a empregar deverão obedecer ao disposto na EB-1 e EB-4 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A dosagem do concreto dependerá do fim a que se destina, obedecendo-se o que se segue salvo indicação específica em contrário:

- a) traço: 1:4:8 – concreto simples
- b) traço: 1:2:4 – concreto estrutural

A dosagem será feita medindo-se o cimento em peso e os agregados em volume, com fator água/cimento adequado.

4.4 – CONCRETO ARMADO

Formas

Serão obedecidas as prescrições da EB-1/60.

Serão confeccionadas com folhas de compensado com espessura de 10mm.

Devem se adaptar as dimensões das peças da estrutura projetada e construída de modo a não se deformar sensivelmente sob ação das cargas e pressões internas do concreto fresco.

A construção das formas e escoramento deve ser feita de modo a haver facilidade na retirada dos seus diversos elementos.

As escoras serão em peças de madeira 3”x3” e escoramento com mais de 3m de altura, deverão ser contraventadas.

Antes do lançamento do concreto, será procedida a limpeza, molhando-se as mesmas até a saturação.

Os prazos mínimos admitidos para a retirada das formas serão os seguintes:

- a) Faces laterais: 3 dias
- b) Faces inferiores, deixando-se as escoras devidamente espaçadas; 14 dias
- c) Faces inferiores, sem pontaletes: 21 dias.

Armadura

Serão obedecidas as prescrições da EB-3/67 e do projeto estrutural.

Antes de serem introduzidas nas formas, as barras de aço deverão ser convenientemente limpas, não se admitindo a presença de graxas, tintas ou acentuadas oxidação.

As barras da armadura devem ser dobradas rigorosamente de acordo com os detalhes do cálculo estrutural colocados nas formas nas posições indicadas e amarradas com auxílio de arame recozido número 18.

Durante o lançamento do concreto, serão observados e mantidos as posições e afastamento das barras.

Concretagem

Serão obedecidas a EB-1, EB-4, com relação ao cimento e agregados que serão utilizados e a NB 1/60 relativamente à execução das obras.

O diâmetro máximo do agregado graúdo deve ser menor $\frac{1}{4}$ da menor dimensão da peça.

Não será permitido o emprego de areia com teor de argila, devendo ser precedido da lavagem da mesma, caso haja dificuldade na obtenção de um agregado miúdo de boa qualidade. A dosagem do concreto será feita com utilização de padiolas previamente dimensionadas para atender o traço e resistência desejada, medindo-se cimento em peso e os agregados em volume.

Em qualquer caso, o consumo mínimo de cimento será de 300kg/m³ de concreto.

A percentagem de agregado miúdo no volume total do agregado, antes da mistura, deverá estar compreendida entre 30% e 50%.

O FCK mínimo será 250kg/cm² para estruturas e 300kg/cm² para concreto aparente.

O amassamento será mecânico, só se admitindo amassamento manual para obras de pequeno porte e a critério da Fiscalização.

Deverão ser empregadas betoneiras com capacidade para o traço de um saco de cimento, que será introduzido da sua embalagem original.

Serão sempre empregados vibradores por emersão, evitando-se o engaiolamento do agregado graúdo, falhas ou vazios nas peças.

Após a concretagem, a estrutura deverá ser protegida da secagem prematura, regando-a periodicamente a mesma durante 5 (cinco) dias.

Nos vestiários masculino e feminino, as divisórias internas serão em placas de concreto armado com espessuras de 5cm, revestidas com cimento e pintadas com revestimento de uso interno apropriado para substituir azulejo.

6.0 – ALVENARIA

6.1 – ELEVAÇÕES

Os tijolos serão molhados antes da sua aplicação para melhor aderência a argamassa, bem nivelado, som metálico e alinhados com dimensão de 0,19m x 0,19m x 0,39m para espessura de 19cm e 0,09m x 0,19m x 0,19m para espessura de 9cm, argamassa no traço 1:4 (cal e areia fina sem material orgânico), dosado com 15% em volume, os cutelos recheados com respectiva argamassa para evitar percolação de água, sem rebarbo, as juntas terão espessuras máximas de 15mm e deverão ser rebaixados a ponta de colher para que o reboco adere fortemente e aceite pela fiscalização.

7.0 ESQUADRIAS

Os serviços de serralheira serão executados de acordo com as normas indicadas para esse tipo de serviço e conforme detalhes definidos pelo projeto de arquitetura, os quais constam desenhos básicos, dimensões, materiais e as especificações particulares das esquadrias e similares. As medidas indicadas nos projetos deverão ser conferidas nos locais de assentamento de cada esquadria ou similar, depois de concluídas as estruturas, alvenarias, arremates e enchimentos diversos, e antes do início da fabricação das esquadrias.

Todos os materiais utilizados na confecção das esquadrias deverão ser de procedência idônea, e acabados de maneira que não apresentem rebarbas ou saliências capazes de obstar o funcionamento da abertura ou causar danos físicos ao usuário. Ver locais de instalação, quantidade e dimensões na tabela de esquadrias.

Para instalação da janela, verifique se o vão possui folga de 5cm na largura e altura. Os chumbadores devem ser enrolados para fixação. Após apoiada, os enchimentos devem começar pelas laterais. O nível e o prumo devem ser conferidos com exatidão.

Durante seu percurso abrir e fechar a janela não deve apresentar nenhum tipo de atrito.

Para instalação da porta, verifique se o vão livre possui folga mínima de 2cm na altura, tendo como base as dimensões da esquadria. No caso de utilização de guarnição, instalar a esquadria faceando pelo lado interno considerando a parede acabada (reboco, cerâmica, pré-moldado ou pedras).

Durante o serviço, proteja as superfícies expostas da esquadria com material plástico a fim de evitar danos à superfície. Colocar calços de madeira para apoio da esquadria e papelão entre estes para evitar danos ao produto. A esquadria deve ser instalada aprumada e nivelada (alinhamento uniforme horizontal, vertical e em profundidade). Preencher com massa reforçada de areia e cimento (traço 3:1) no local de todos os chumbadores.

8.0 COBERTURA

GIINÁSIO

Estrutura metálica e trama de aço para telhado

Consiste na parte estrutural pré-moldadas conforme projeto, inclusive terças e telhamento metálico, e no içamento e assentamento das telhas metálicas sobre trama de aço para telhado com até 2 águas. O serviço será procedido mediante a utilização racional de equipamentos e ferramentas adequados, compatíveis com as condições locais e as produtividades exigidas para o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Serão utilizados: EPIs, Furadeira/Parafusadeira, guincho para içamento, linha e equipamentos de medição.

Os serviços serão medidos pela área de projeção metros quadrados (m²) de telha instalada, correspondentes às áreas calculadas nos projetos.

Na execução dos serviços os trabalhadores deverão estar munidos dos EPI's necessários, sendo que os cintos de segurança trava-quedas deverão estar acoplados, através de cordas, a terças ou ganchos vinculados à estrutura. Os montadores deverão caminhar sobre tábuas apoiadas sobre as terças, sendo as tábuas providas de dispositivos que impeçam seu escorregamento.

Antes do início dos serviços de colocação das telhas devem ser conferidas as disposições de tesouras, meia-tesouras, terças, elementos de contraventamento e outros. Deve ainda ser verificado o distanciamento entre terças, de forma a se atender ao recobrimento transversal especificado no projeto e/ou ao recobrimento mínimo estabelecido pelo fabricante das telhas.

A colocação deve ser feita por fiadas, com as telhas sempre alinhadas na horizontal (fiadas) e na vertical (faixas). A montagem deve ser iniciada do beiral para a cumeeira, sendo as águas opostas montadas simultaneamente no sentido contrário aos ventos (telhas a barlavento recobrem telhas a sotavento).

O primeiro passo é posicionar o objeto em uma das extremidades do telhado. Após, estica-se uma linha pela borda da mesma até a outra extremidade. É importante verificar se a distância da linha até a parede do lado oposto ao que a telha se encontra seja exatamente igual à margem da telha posicionada até a parede.

Depois do alinhamento, você deve marcar a posição dos furos por onde os parafusos ou grampos de fixação vão passar. A telha, então, necessita ser retirada para você fazer a furação nos pontos marcados. Fixe a primeira telha e encaixe a segunda, seguindo a linha de orientação. É preciso que esse procedimento seja realizado até o final. É fundamental destacar que as telhas termoacústicas devem ser fixadas sempre pela bica alta, ou seja, pela parte onde a extremidade é voltada para cima e não corre água da chuva. Além disso, os parafusos precisam ter vedação para evitar possíveis goteiras. Outro lembrete é ter cuidado com os tamanhos e modelos de parafusos, pois cada um é apto para um tipo de peça na fixação da estrutura.

Por fim, são necessários os arremates, os quais vão garantir uma excelente vedação e maior durabilidade. Eles preenchem os espaços entre uma telha sanduíche e outra ou ainda, entre uma telha e as demais partes da estrutura.

Forro em régua de PVC

Forro instalado em régua de PVC com estrutura de fixação. Cabe ao construtor mediante à fiscalização a instalação do mesmo, que deve atender aos critérios de alinhamento e estabilidade. É cabível de reprovação a ocorrência de rebaixos e locais onde o forro ceda de alguma forma, se for reprovado o construtor deve remover e refazer o serviço de instalação do forro PVC.

9.0 - REVESTIMENTO

9.1 - CHAPISCO

Toda alvenaria, peças em concreto armado que fiquem aparentes e laje pré-moldadas levarão chapisco no traço 1:3 (cimento e areia grossa).

9.2 – MASSA ÚNICA E EMBOÇO

O emboço e massa única, deverá ser regularizada e desempenada a régua de alumínio nova, camurçado com espessura máxima de 2cm com parâmetro perfeitamente plano, não sendo tolerada quaisquer ondulação ou desigualdade de alinhamento da superfície, o traço será para emboço de 1:4:8 (cimento, saibro e areia fina isenta de material orgânico) e para reboco de 1:2:8 (cimento, cal e areia fina isenta de material orgânico).

9.3 – REVESTIMENTO CERÂMICO

Deve-se definir o nível da primeira fiada de cerâmica, para que o posicionamento das peças fique de acordo com o projeto de paginação. Para o assentamento em parede deve ser utilizada argamassa do tipo AC-II e rejunte epóxi conforme especificação do orçamento.

Para recortes, recomenda-se que seja utilizada serra copo para que o acabamento fique a contento. Após 72 horas do término do assentamento, pode-se iniciar o rejuntamento das peças.

A limpeza final do revestimento poderá ser feita 14 dias após a aplicação do rejunte. Não deve ser permitido o uso de ácido ou palha de aço para a limpeza do revestimento, pois poderão riscar ou manchar as peças.

As especificações de materiais devem seguir a determinada no orçamento e conforme fiscalização.

10.0 PINTURA

Fundo selador acrílico para paredes

Insumos e características

Selador acrílico paredes internas e externas – resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico utilizado para uniformizar a absorção e selar as superfícies internas como alvenaria, reboco, concreto e gesso.

Para a medição, utilizar a área de parede efetivamente executada, excetuadas as áreas de requadro.

Observar a superfície: deve estar limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou bolorantes de qualquer aplicação;

Diluir o selador em água potável, conforme fabricante;

Aplicar uma demão de fundo selador com rolo ou trincha.

Pintura látex acrílica para paredes

Insumos e características

Tinta acrílica premium, cor branco fosco – tinta à base de dispersão aquosa decopolímero estireno acrílico, fosca, linha Premium.

Para a medição, utilizar a área de parede efetivamente executada, excetuadas as áreas de requadro.

Todos os vãos devem ser descontados (portas, janelas etc.)

Observar a superfície: deve estar limpa, seca, sem poeira, gordura, graxa, sabão ou bolorantes de qualquer aplicação;

Diluir a tinta em água potável, conforme fabricante;

Aplicar duas demãos de tinta com rolo ou trincha. Respeitar o intervalo de tempo entre as duas aplicações.

11.0 - PISO

LASTRO DE PISO

Será em concreto simples, no traço 1:4:8 (cimento, areia grossa lavada sem material orgânico e brita 25 sem pó), com espessura de 0,08m na presença da fiscalização, sendo engrossada onde for necessário.

O lastro de impermeabilização será lançado sobre o aterro e o radeir, sendo o aterro devidamente apiloado e nivelado (com a presença da fiscalização), depois de colocadas as canalizações que devem passar pôr baixo do piso e se for o caso, de executado o sistema de drenagem.

REVESTIMENTO CERÂMICO

Deve-se definir o nível da primeira fiada de cerâmica, para que o posicionamento das peças fique de acordo com o projeto de paginação. Para o assentamento em piso deve ser utilizada argamassa do tipo AC-II ou AC-III e rejunte epóxi conforme especificação do orçamento.

Para recortes, recomenda-se que seja utilizada serra copo para que o acabamento fique a contento. Após 72 horas do término do assentamento, pode-se iniciar o rejuntamento das peças.

A limpeza final do revestimento poderá ser feita 14 dias após a aplicação do rejunte. Não deve ser permitido o uso de ácido ou palha de aço para a limpeza do revestimento, pois poderão riscar ou manchar as peças.

As especificações de materiais devem seguir a determinada no orçamento e conforme fiscalização.

Piso em concreto com tela soldada

Insumos e características

Concreto fck = 25mpa, traço 1:2,3:2,7 (cimento/ areia média/ brita 1) preparo mecânico com betoneira 400 l.

Tela de aço soldada nervurada, ca-60, q-196, (3,11 kg/m²), diâmetro do fio = 5,0 mm, largura = 2,45 m, espaçamento da malha = 10 x 10 cm

Lona plástica preta, e= 150mm micra

Para medição utilizar a área de piso efetivamente executada, descontar a área de projeção das paredes e todos os vazios no piso.

Para medição utilizar a área de contrapiso efetivamente executada, em ambientes secos e descontar a área de projeção das paredes e todos os vazios no piso.

Assentar a lona impermeabilizante

Definir os níveis do piso.

Lançar primeira camada de concreto com 2,5cm.

Assentar a malha de aço.

Lançar segunda camada de concreto com 2,5cm.

Nivelar e regularizar.

Passeio em concreto desempenado

Insumos e características

Concreto fck = 25mpa, traço 1:2,3:2,7 (cimento/ areia média/ brita 1) preparo mecânico com betoneira 400l.

Para medição utilizar a área de passeio efetivamente executada, descontar a área de projeção das paredes e todos os vazios no piso.

Regularizar a base.

Definir os níveis do passeio.

Lançar camada de concreto com 6 cm de espessura.

Nivelar e regularizar.

Desempenar o concreto.

12.0 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

As instalações hidráulicas deverão obedecer rigorosamente ao projeto.

Será toda embutida em tubos e conexões de PVC nas dimensões do projeto.

Na entrega da obra será testada pela fiscalização, devendo as mesmas apresentarem-se em perfeitas condições de uso e funcionamento.

As torneiras das bancadas serão do tipo braço longo móvel.

A fonte de água contará com bicos para chafariz alimentados por bomba centrífuga conforme especificado em orçamento, devendo atender ao funcionamento determinado pela fiscalização.

13.0 – INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As instalações elétricas deverão satisfazer as prescrições da NB –3 e demais recomendações da Concessionária local.

É obrigatório o emprego de eletrodutos de PVC em todas as instalações e todos os condutores correrão embutidos no piso ou em alvenaria dos canteiros.

Todas as luminárias deverão obedecer a projeto específico apresentado pela fiscalização, comandada por chave FOTOCELI automática.

A iluminação com fitas de led será com Perfil De Embutir Slim C/ Fita 240 Led E Fonte F4736 para as áreas secas e Fita Mangueira Led Branco Quente 110v 12m + Adaptador para a fonte de água que será área molhada.

15.0 – DIVERSOS

As demais peças, como pergolado de peça retangular de concreto pré-moldado, bancadas de granito com cuba de louça e bancada de inox com cuba de aço inox, divisórias e tapa vista de granito, barra de apoio, entre outros são realizados de acordo com o orçamento e projeto.

Maturéia - PB, outubro de 2025.

NUNES SILVA
NUNES:04312675457

Assinado digitalmente por NUNES SILVA
NUNES:04312675457
DN: cn=NUNES SILVA NUNES:04312675457,
c=BR, ou=NCP-Brasil, ou=AC-SingularID Múltipla,
email=nunesengenheirocivil@gmail.com
Motivo: Sou o autor deste documento
Local: MATUREIA-PB, CREA-PB 161.420.664-3
Data: 2025.11.03 15:16:28 -03'00'

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA
OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO NA EMEF JOSE RAMALHO XAVIER NO MUNICIPIO DE MATUREIA PB
LOCAL: AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA, SN - CENTRO DE MATUREIA - PB



ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO NA EMEF JOSE RAMALHO XAVIER NO MUNICIPIO DE MATUREIA PB

LOCAL: AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA, SN - CENTRO DE MATUREIA - PB

BDI SERVIÇO

22,47%

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: Horista: 91,01% Mensalista: 51,84%

DATA BASE: 08/2025

Item	CÓDIGO	REFERÊNCIA	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Com BDI	Total
1.7.1	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COMCOLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRACO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400	M2	459,6500	4,83	R\$ 2.220,11
1.7.2	87529	SINAPI	MASSA UNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8, PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUCAO DE TALISCAS. AF 06/2014	M2	459,6500	40,06	R\$ 18.413,58
1.8 PAVIMENTACAO							R\$ 52.991,51
1.8.1	94994	SINAPI	EXECUCAO DE PASSEIO (CALCADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO	M2	311,1100	106,25	R\$ 33.055,44
1.8.2	02187/ORS	ORSE	POLIMENTO MECANICO DE PISO DE ALTA RESISTENCIA,	M2	311,1100	33,34	R\$ 10.372,41
1.8.3	94992	SINAPI	CALCADA DE CONTORNO EM ALVENARIA DE 1 VEZ, LARGURA 60CM, COM ALTURA EXPOSTA DE 20CM, INCLUSIVE, ESCAVACAO, LASTRO, CHAPISCO, REBOCO, ATERRO E PISO CIMENTADO, TRATAMENTO COM ARGAMASSA POLIMERICA E JUNTAS SECAS, FORNECIMENTO E CONSTRUCAO	M	82,0000	116,63	R\$ 9.563,66
1.9 PINTURA							R\$ 75.225,78
1.9.1	2296	ORSE	PINTURA ABSTRATA COMPUTADORIZADA (TINTA/COLORIDA), ACRILICA (SEMI-BRILHO/FOSCO/ACETINADO) DUAS DEMAOS	M2	96,3200	51,89	R\$ 4.998,04
1.9.2	2296	ORSE	PINTURA COMPUTADORIZADA DE TINTA ACRILICA (SEMI-BRILHO/FOSCO/ACETINADO) PARA PAREDES (INTERNAS/EXTERNAS), CORES ESPECIAIS MISTURADAS EM MAQUINA, TONS DIVERSOS, COM APLICACAO DE 02 DEMAOS, EXCLUSIVE EMASSAMENTO - FORNECIMENTO E APLICACAO	M2	574,9900	51,89	R\$ 29.836,23
1.9.3	2296	ORSE	PINTURA ACRILICA DUAS DEMAOS, EM ELEMENTO VAZADO INCLUSIVE SELADOR ACRILICO	M2	214,9300	51,89	R\$ 11.152,72
1.9.4	88489	SINAPI	APLICACAO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LATEX ACRILICA EM PAREDES, DUAS DEMAOS.	M2	459,6500	14,51	R\$ 6.669,52
1.9.5	88485	SINAPI	APLICACAO DE FUNDO SELADOR ACRILICO EM PAREDES, UMA DEMA. AF 06/2014	M2	1.130,9600	4,36	R\$ 4.930,99
1.9.6	102506	SINAPI	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPOXI, E = 10 CM, APLICACAO MANUAL	M	81,6000	23,05	R\$ 1.880,88
1.9.7	102506	SINAPI	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPOXI, E = 5 CM, APLICACAO MANUAL. AF 05/2021	M	78,8000	11,52	R\$ 907,78
1.9.8	2200	ORSE	PINTURA EM RESINA ACRILICA PARA SINALIZACAO DE PISO COM A LOGOMARCA DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE) / INDICACAO DE CADEIRANTE - DIMENSÕES 0,80X0,80M - DESONERADO	UN	6,0000	27,48	R\$ 164,88
1.9.9	102494	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA EPOXI, APLICACAO MANUAL, 2 DEMAOS, INCLUSO PRIMER EPOXI. AF 05/2021*	M2	211,2000	69,53	R\$ 14.684,74
1.10 INSTALACAO DE COMBATE A INCENDIO							R\$ 5.265,16
1.10.1	101909	SINAPI	EXTINTOR DE INCENDIO DE PO QUIMICO SECO (PQS) DE 6KG, CLASSE ABC-FORNECIMENTO E INSTALACAO*	UN	4,0000	391,93	R\$ 1.567,72
1.10.2	101905	SINAPI	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE AGUA PRESSURIZADA DE 10 L,	UN	4,0000	346,00	R\$ 1.384,00
1.10.3	37539	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA / ORIENTACAO, INDICACAO / SALVAMENTO E AFINS, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *12 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434), INSTALADA EM PARDE / PILAR / TETO - FORNECIMENTO E INSTALACAO*	UN	4,0000	34,74	R\$ 138,96
1.10.4	37539	SINAPI	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434), FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,0000	28,33	R\$ 113,32
1.10.5	11866	ORSE	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, DE SOBREPOR, TIPO BALIZAMENTO COM BLOCO AUTÔNOMO, COM AUTONOMIA DE 3H, MODELO LLE 1106-1DFB, DA KBR OU SIMILAR	UN	4,0000	284,14	R\$ 1.136,56
1.10.6	93141	SINAPI	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 10A/250V, CAIXA ELETRICA,ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF 01/2016	UN	4,0000	231,15	R\$ 924,60
1.11 INSTALACOES ELETRICAS							R\$ 11.874,70
1.11.1	91931	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 6 MM, ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 12/2015	M	45,0000	13,42	R\$ 603,90
1.11.2	96985	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO/COPPERWELD EM ACO DE 5/8" COM 3,0M REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR	UN	1,0000	105,15	R\$ 105,15
1.11.3	12370	ORSE	CABO DE COBRE NU 10MM2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO*	M	2,0000	23,17	R\$ 46,34
1.11.4	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 10/2020	UN	2,0000	12,36	R\$ 24,72
1.11.5	93653	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 10/2020	UN	4,0000	12,36	R\$ 49,44
1.11.6	93663	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 10/2020	UN	1,0000	63,40	R\$ 63,40
1.11.7	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 2,5 MM, ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 12/2015	M	320,0000	5,58	R\$ 1.785,60
1.11.8	91929	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 4 MM, ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 12/2015	M	270,0000	9,44	R\$ 2.548,80
1.11.9	91940	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MEDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 12/2015	UN	8,0000	17,75	R\$ 142,00
1.11.10	355	ORSE	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL (1 1/4") INCLUSIVE CONEXOES, FORNECIMENTO E INSTALACAO...	M	12,0000	26,48	R\$ 317,76
1.11.11	353	ORSE	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL, PVC, DN 20 MM (3/4"), INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO*	M	180,00	16,52	R\$ 2.973,60
1.11.12	12915/ORS	ORSE	CAIXA DE ATERRAMENTO EM CONCRETO PRE- MOLDADO, DIAMETRO DE 0,30 M E ALTURA DE 0,35 M, SEM FUNDO E COM TAMPA	UN	2,0000	179,71	R\$ 359,42
1.11.13	101875	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 07/2025	UN	1,0000	118,09	R\$ 118,09
1.11.14	105921	SINAPI	REFLETOR LED 100W BRANCO FRIO, TENSÃO: BIVOLT (100 V - 240 V),TEMPERATURA DE COR: 6000K BRANCO FRIO, FLUXO LUMINOSO: 9.500 LUMENS 10%, ÂNGULO DE ILUMINACAO: 100, GRAU DE PROTECAO:IP65 / IP66 (APROVADO PARA USO EXTERNO), VIDA UTIL:40.000 HORAS, GARANTIA: 1 ANO - FORNECIMENTO E INSTALACAO*	UN	12,0000	228,04	R\$ 2.736,48
1.13 DIVERSOS							R\$ 24.340,39
1.13.1	161857	SINCO/262	ABERTURA DE LETREIROS COM TINTA ACRILICA- CONJUNTO DE TRAVE PARA FUTSAL OFICIAL DE 3,00 X 2,00 M EM TUBO DE ACO GALVANIZADO 3" COM REQUADRO EM TUBO DE 1", PINTURA EM PRIMER COM TINTA ESMALTE SINTETICO E REDES DE POLIETILENO FIO 4 MM" - FORNECIMENTO E INSTALACAO.**	UN	12,0000	29,36	R\$ 352,32
1.13.2	25398	SINAPI		UN	1,0000	4.469,05	R\$ 4.469,05

ESTADO DA PARAIBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO NA EMEF JOSE RAMALHO XAVIER NO MUNICÍPIO DE MATUREIA PB

LOCAL: AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA, SN - CENTRO DE MATUREIA - PB

BDI SERVICO

22.47%

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: Horista: 91.01% Mensalista: 51.84%

DATA BASE: 08/2025

Item	CÓDIGO	REFERÊNCIA	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Com BDI	Total
1.13.3	43681	SINAPI	TABELAS DE BASQUETE EM COMPENSADO NAVAL DE *1,80 X 1,20* M COM ARO DE METAL E REDE, ESTRUTURA /SUPORTE OFICIAL PARA TABELA DE BASQUETE EM TUBO DE ACO GALVANIZADO, D=5", H=3,05M, PISO/ ARO, INCLUSIVE PINTURA EM ESMALTE SINTETICO**	UN	1,0000	2.074,87	R\$ 2.074,87
1.13.4	6028	ORSE	LOGOTIPO DO GOVERNO DO ESTADO.	UN	1,0000	1.635,13	R\$ 1.635,13
1.13.5	6387	ORSE	CAIXA ENTERRADA DE INSPECAO/GORDURA/ MATUREIA RETANGULAR, 60X60X60CM, EM ALVENARIA DE 1/2 VEZ COM TAMPA DE CONCRETO E CANTONEIRA NA CAIXA E TAMPA (ESCAVACAO, CONCRETO MAGRO, ALVENARIA DE 1/2 VEZ, CHAPISCO, REBOCO, TAMPA E CANTONEIRA).".	UN	6,0000	683,84	R\$ 4.103,04
1.13.6	2432	ORSE	CONJUNTO PARA QUADRA DE VOLEI COM POSTES EM TUBO DE ACO GALVANIZADO 3", H =*255* CM, PINTURA EM TINTA ESMALTE SINTETICO, REDE DE NYLON COM 2 MM, MALHA 10 X10 CM E ANTENAS OFICIAIS EM FIBRA DE VIDRO.**	UN	1,0000	1.534,95	R\$ 1.534,95
1.13.7	12038	ORSE	PORTAO DE ABRIR EM CHAPA GALVANIZADA N 20 (1,40X2,50)M, COM VENEZIANA FIXA E MOLDURA EM TUBO GALVANIZADO DE 1 1/2", DE ACORDO COM PROJETO, FORNECIMENTO E INSTALACAO*	UN	4,0000	1.805,95	R\$ 7.223,80
1.13.8	2450	ORSE	LIMPEZA FINAL DA OBRA*	M2	420,0000	3,09	R\$ 1.297,80
1.13.9	161691	S73982	LOGOTIPO	UN	1,0000	1.649,43	R\$ 1.649,43
2 CONSTRUCAO DE VESTIARIO							R\$ 172.522,95
2.1 SERVICOS PRELIMINARES							R\$ 377,24
2.1.1	4176	ORSE	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVES DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALETADAS, COM REAPROVEITAMENTO DE 3 VEZES.	M2	42,53	8,14	R\$ 346,19
2.1.2	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO O MOTONIVELADORA	M2	42,53	0,73	R\$ 31,05
2.2 MOVIMENTO DE TERRA							R\$ 5.166,03
2.2.1	93358	SINAPI	ESCAVACAO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3	18,00	90,44	R\$ 1.627,92
2.2.2	94319	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILLO-ARENOSO. AF_08/2023	M3	17,61	93,20	R\$ 1.641,25
2.2.3	93382	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTACAO MECANIZADA. AF_04/2016	M3	4,23	27,27	R\$ 115,35
2.2.4	204170	SINAPI	BOTA FORA (CARGA MANUAL DE CAMINHAO DE 10M3, TRANSPORTE E DESCARGA MECANICA) - ATE 10,00KM	M3	27,81	64,06	R\$ 1.781,51
2.3 INFRAESTRUTURA							R\$ 13.342,46
2.3.1	102487	SINAPI	ALVENARIA/FUNDACAO C/PEDRA ARGAMASSADA UTILIZANDO ARG.CIM/AREIA 1:4.	M3	5,35	680,05	R\$ 3.638,27
2.3.2	103327	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 19X19X39 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	16,71	108,53	R\$ 1.813,54
2.3.3	94968	SINAPI	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRACO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/AREIA MEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2	M3	0,56	485,32	R\$ 271,78
2.3.4	94972	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPA, TRACO 1:2:1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	2,52	616,55	R\$ 1.553,71
2.3.5	103670	SINAPI	LANCAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M3	2,52	308,65	R\$ 777,80
2.3.6	96538	SINAPI	FABRICACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA SAPATA, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 2 UTILIZACOES. AF_06/2017	M2	4,20	264,99	R\$ 1.112,96
2.3.7	96539	SINAPI	FABRICACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 2 UTILIZACOES. AF_06/2017	M2	14,00	136,68	R\$ 1.913,52
2.3.8	96544	SINAPI	ARMACAO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO ACO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	32,31	19,67	R\$ 635,54
2.3.9	96543	SINAPI	ARMACAO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO ACO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	24,20	21,65	R\$ 523,93
2.3.10	96545	SINAPI	ARMACAO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO ACO CA-50 DE 8 MM- MONTAGEM. AF_06/2017	KG	61,60	17,88	R\$ 1.101,41
2.4 SUPERESTRUTURA							R\$ 12.100,39
2.4.1	94972	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPA, TRACO 1:2:1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIAMEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	M3	1,69	616,55	R\$ 1.041,97
2.4.2	103670	SINAPI	LANCAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	M3	1,69	308,65	R\$ 521,62
2.4.3	92415	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PE-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA,2 UTILIZACOES. AF_09/2020	M2	20,72	147,58	R\$ 3.057,86
2.4.4	92451	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PE-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 2 UTILIZACOES.	M2	14,00	209,40	R\$ 2.931,60
2.4.5	92759	SINAPI	ARMACAO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICACAO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO ACO CA-60 DE 5,0 MM- MONTAGEM. AF_12/2015	KG	65,00	15,69	R\$ 1.019,85
2.4.6	92762	SINAPI	ARMACAO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICACAO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO ACO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	183,35	12,66	R\$ 2.321,21
2.4.7	92761	SINAPI	ARMACAO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICACAO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO ACO CA-50 DE 8,0 MM- MONTAGEM. AF_12/2015	KG	61,50	14,13	R\$ 869,00
2.4.8	93187	SINAPI	VERGA MOLDADA EM LOCO EM CONCRETO PARA PORTAS COM ATE 1,5 M DE VAO. AF_03/2016	M	4,00	84,32	R\$ 337,28
2.5 PAREDES E PAINES							R\$ 25.635,02
2.5.1	103328	SINAPI	ALVENARIA DE VEDACAO DE BLOCOS CERAMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	94,75	102,08	R\$ 9.672,08
2.5.2	102253	SINAPI	DIVISORIA SANITARIA, TIPO CABINE, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E, EXCLUSIVE FERRAGENS. AF_01/2021	M2	18,00	886,83	R\$ 15.962,94
2.6 COBERTA							R\$ 18.349,77
2.6.1	96113	SINAPI	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_P	M2	39,75	51,25	R\$ 2.037,19
2.6.2	94231	SINAPI	RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	15,00	54,88	R\$ 823,20
2.6.3	07795/ORS	ORSE	CANTONEIRA 2 X 1/8 ASTM-A36, FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	15,00	49,29	R\$ 739,35
2.6.4	101964/SI	SINAPI	LAJE PRE-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, PARA FORRO, ENCHIMENTO EM CERAMICA, VIGOTA CONVENCIONAL, ALTURA TOTAL DA LAJE (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+4). AF_11/2020.	M2	39,75	215,84	R\$ 8.579,64
2.6.5	12720	ORSE	TELHAMENTO COM TELHA EM AÇO GALVALUME, SIMPLES, ONDULADA, NÃO PINTADA, OND17 - 0,50MM, KINGSPAN- ISOESTE OU SIMILAR	M2	39,75	155,23	R\$ 6.170,39
2.7 ESQUADRIAS							R\$ 13.870,11



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO NA EMEF JOSE RAMALHO XAVIER NO MUNICÍPIO DE MATUREIA PB

LOCAL: AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA, SN - CENTRO DE MATUREIA - PB

BDI SERVIÇO

22,47%

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: Horista: 91,01% Mensalista: 51,84%

DATA BASE: 08/2025

Item	CÓDIGO	REFERÊNCIA	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Com BDI	Total
2.7.1	100689	SINAPI	KIT DE PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2019	UN	4,00	1.287,86	R\$ 5.151,44
2.7.2	90830	SINAPI	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRAO MEDIO, INCLUSO EXECUCAO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 12/2019	UN	4,00	191,33	R\$ 765,32
2.7.3	91336SINA	SINAPI	FORRA EM MADEIRA (0,80 X 2,10)M, FIXADO COM ARGAMASSA, INCLUSIVE ALIZAR (NOS DOIS LADOS) - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,00	734,86	R\$ 2.939,44
2.7.4	91341	SINAPI	PORTA EM ALUMINIO, COR N/P/B, TIPO VENEZIANA, DE ABRIR, COMPLETA INCLUSIVE GUARNICAO, FIXACAO COM PARAFUSOS, DOBRADICAS E FECHADURA OCUPADO LIVRE	M2	5,76	870,47	R\$ 5.013,91
2.8 REVESTIMENTO							R\$ 28.271,54
2.8.1	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COMCOLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRACO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400	M2	232,10	4,83	R\$ 1.121,04
2.8.2	87529	SINAPI	MASSA UNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8, PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUCAO DE TALISCAS. AF 06/2014	M2	68,34	40,06	R\$ 2.737,70
2.8.3	87531	SINAPI	EMBOCO, PARA RECEBIMENTO DE CERAMICA, EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8, PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO MANUALMENTE EM FACES INTERNAS	M2	163,76	38,77	R\$ 6.348,98
2.8.4	87275	SINAPI	REVESTIMENTO CERAMICO PARA PAREDE COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE PEI MAIOR OU IGUAL A 4, DIMENSOES MINIMAS 30X30 CM, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANTE AC II E REJUNTAMENTO COM EPOXI*	M2	163,76	93,91	R\$ 15.378,70
2.8.5	87886	SINAPI	CHAPISCO TETO/HORIZONTAL APLICADO COM COLHER DE PEDREIRO, COM ARGAMASSA TRACO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L	M2	39,75	20,53	R\$ 816,07
2.8.6	90406	SINAPI	MASSA UNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8, PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM TETO, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUCAO DE TALISCAS. AF 03/2015	M2	39,75	47,02	R\$ 1.869,05
2.9 PINTURA							R\$ 5.504,71
2.9.1	88488	SINAPI	APLICACAO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LATEX ACRILICA EM TETO, DUAS DEMAOS. AF 06/2014	M2	39,75	16,91	R\$ 672,17
2.9.2	88496	SINAPI	APLICACAO E LIXAMENTO DE MASSA LATEX EM TETO, DUAS DEMAOS. AF_06/2014	M2	39,75	32,12	R\$ 1.276,77
2.9.3	88484	SINAPI	APLICACAO DE FUNDO SELADOR ACRILICO EM TETO, UMA DEMAOS. AF_06/2014	M2	39,75	5,34	R\$ 212,27
2.9.4	88485	SINAPI	APLICACAO DE FUNDO SELADOR ACRILICO EM PAREDES, UMA DEMAOS. AF_06/2014	M2	68,34	4,36	R\$ 297,96
2.9.5	96135	SINAPI	APLICACAO MANUAL DE MASSA ACRILICA EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMAOS	M2	70,34	29,20	R\$ 2.053,93
2.9.6	88489SINA	SINAPI	APLICACAO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LATEX ACRILICA EM PAREDES, DUAS DEMAOS.	M2	68,34	14,51	R\$ 991,61
2.10 PAVIMENTACAO							R\$ 10.814,86
2.10.1	94994	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF 08/2022	M2	39,75	108,45	R\$ 4.310,89
2.10.2	94992	SINAPI	CALCADA DE CONTORNO EM ALVENARIA DE 1 VEZ, LARGURA 60CM, COM ALTURA EXPOSTA DE 20CM, INCLUSIVE, ESCAVACAO, LASTRO, CHAPISCO, REBOCO, ATERRO E PISO CIMENTADO, TRATAMENTO COM ARGAMASSA POLIMERICA E JUNTAS SECAS, FORNECIMENTO E CONSTRUCAO	M	20,95	89,37	R\$ 1.872,30
2.10.3	02180/ORS	ORSE	REGULARIZACAO DE BASE PARA REVESTIMENTO DE PISO, COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:5, COM ESPESSURA DE 2CM.	M2	39,75	24,64	R\$ 979,44
2.10.4	87246SINA	SINAPI	REVESTIMENTO CERAMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE PEI MAIOR OU IGUAL A 4, DIMENSOES MINIMAS 30X30 CM, ASSENTADA COM ARGAMASSA COLANT E AC II E REJUNTAMENTO EPOXI	M2	39,75	91,88	R\$ 3.652,23
2.11 LOUCAS E METAIS							R\$ 19.149,28
2.11.1	203962		CHUVEIRO PLASTICO BRANCO COM CANOPLA - FORNECIMENTO E INSTALACAO*	UN	6,0000	69,04	R\$ 414,24
2.11.2	86938	SINAPI	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUCA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE, INCLUSO VALVULA E SIFAO TIPO GARRAFA EM METAL CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 01/2020	UN	4,0000	506,56	R\$ 2.026,24
2.11.3	100858	SINAPI	MICTORIO SIFONADO LOUCA BRANCA PADRAO MEDIO FORNECIMENTO E INSTALA	UN	1,0000	860,16	R\$ 860,16
2.11.4	86932	SINAPI	VASO SANITARIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUCA BRANCA - PADRAO MEDIO, INCLUSO ENGATE FLEXIVEL EM METAL CROMADO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 01/2020	UN	2,0000	682,97	R\$ 1.365,94
2.11.5	100849	SINAPI	ASSENTO SANITARIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	4,0000	56,69	R\$ 226,76
2.11.6	100868	SINAPI	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 01/2020	UN	6,0000	406,16	R\$ 2.436,96
2.11.7			ESPELHO CRISTAL ESPESSURA 4MM, COM MOLDURA DE ALUMINIO	M2	3,2800	782,46	R\$ 2.566,47
2.11.8	95547	SINAPI	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXACAO. AF 01/2020	UN	6,0000	114,93	R\$ 689,58
2.11.9	11757	SINAPI	CABIDE/GANCHO DE BANHEIRO SIMPLES EM METAL CROMADO, INCLUSO FIXACAO	UN	8,0000	20,80	R\$ 166,40
2.11.10	209070		BANCO DE BANHO ARTICULADO EM POLIPROPILENO SUPORTA ATE 130 KG, MEDIDAS: 30,7CM X 23,5CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,0000	677,48	R\$ 1.354,96
2.11.11	95472	SINAPI	VASO SANITARIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA PARA PCD / PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, SEM FURO FRONTAL, EM LOUCA BRANCA, INCLUSO CONJUNTO DE LIGACAO PARA BACIA SANITARIA AJUSTAVEL E ASSENTO PLASTICO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,0000	989,69	R\$ 1.979,38
2.11.12	86904/SIN	SINAPI	LAVATORIO / CUBA DE CANTO LOUCA BRANCA SUSPENSO *40 X 30* CM OU EQUIVALENTE, VALVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2", SIFAO DO TIPO GARRAFA EM PVC 1 X 1.1/2 E ENGATE FLEXIVEL EM PVC, 1/2 X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	2,0000	183,34	R\$ 366,68
2.11.13	86915	SINAPI	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2 OU 3/4, PARA LAVATORIO, PADRAO MEDIO -	UN	6,0000	185,27	R\$ 1.111,62
2.11.14	12511/ORS	ORSE	PAPELEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO ROLAO, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	4,0000	195,34	R\$ 781,36
2.11.15	04287/ORS	ORSE	TOALHEIRO PLASTICO TIPO DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	6,0000	196,26	R\$ 1.177,56
2.11.16	86889	SINAPI	BANCADA EM GRANITO CINZA POLIDO, E = 2,5CM A SER EXECUTADA CONFORME PROJETO - FORNECIMENTO E INSTALACAO.	M2	2,0500	792,67	R\$ 1.624,97
2.12 INSTALACOES SANITARIAS							R\$ 12.960,89
2.12.1	89707	SINAPI	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELASTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITARIO. AF 12	UN	11,0000	48,38	R\$ 532,18



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO NA EMEF JOSE RAMALHO XAVIER NO MUNICIPIO DE MATUREIA PB

LOCAL: AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA, SN - CENTRO DE MATUREIA - PB

BDI SERVIÇO

22,47%

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS: Horista: 91,01% Mensalista: 51,84%

DATA BASE: 08/2025

Item	CÓDIGO	REFERÊNCIA	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Com BDI	Total
2.12.2	6387	ORSE	CAIXA ENTERRADA DE INSPECAO/ GORDURA, (0,60X0,60X0,60)M, EM ALVENARIA DE 1/2 VEZ, CHAPISCADA E REBOCADA, COM TAMPA DE CONCRETO E CANTONEIRA EM FERRO GALVANIZADO, 25,4 MM X 3,17 MM (L X E), 1,27KG/M, NA CAIXA E NA TAMPA, COM FUNDO EM PISO CIMENTADO, FORNECIMENTO E CONSTRUCAO	UN	11,0000	683,84	R\$ 7.522,24
2.12.3	91792	SINAPI	(COMPOSICAO REPRESENTATIVA) DO SERVICO DE INSTALACAO DE TUBO DE PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITARIO), INCLUSIVE CONEXOES, CORTES E FIXACOES, PARA PREDIOS. AF 10/2015	M	11,1600	76,98	R\$ 859,10
2.12.4	91793	SINAPI	(COMPOSICAO REPRESENTATIVA) DO SERVICO DE INSTALACAO DE TUBO DE PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA	M	22,5100	123,29	R\$ 2.775,26
2.12.5	91795	SINAPI	(COMPOSICAO REPRESENTATIVA) DO SERVICO DE INST. TUBO PVC, SERIE N, ESGOTO PREDIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRUMADA ESG. SANIT., VENTILACAO OU SUB-COLETOR AEREO), INCL. CONEXOES E CORTES, FIXACOES, P/ PREDIOS. AF 10/2015	M	12,8900	98,69	R\$ 1.272,11
2.13 INSTALACOES HIDRAULICAS							R\$ 3.090,80
2.13.1	91785	SINAPI	(COMPOSICAO REPRESENTATIVA) DO SERVICO DE INSTALACAO DE TUBOS DE PVC, SOLDAVEL, AGUA FRIA, DN 25 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUICAO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXOES, CORTES E FIXACOES, PARA PREDIOS. AF 10/2015	M	23,1600	56,37	R\$ 1.305,53
2.13.2	91786	SINAPI	(COMPOSICAO REPRESENTATIVA) DO SERVICO DE INSTALACAO TUBOS DE PVC, SOLDAVEL, AGUA FRIA, DN 32 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUICAO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXOES, CORTES E FIXACOES, PARA PREDIOS. AF 10/2015	M	14,9500	46,98	R\$ 702,35
2.13.3	89985	SINAPI	REGISTRO DE PRESSAO BRUTO, LATAO, ROSCAVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS. FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE AGUA. AF 12/2014	UN	6,0000	114,55	R\$ 687,30
2.13.4	94792	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATAO, ROSCAVEL, 1", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 08/2021	UN	2,0000	147,29	R\$ 294,58
2.13.5	89353	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATAO, ROSCAVEL, 3/4", FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE AGUA. AF 12/2014*	UN	2,0000	50,52	R\$ 101,04
2.14 INSTALACOES ELETRICAS							R\$ 2.166,03
2.14.1	91924	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 1,5 MM2, ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 12/2015	M	105,0000	3,77	R\$ 395,85
2.14.2	97589	SINAPI	LUMINARIA TIPO PLAFON EM PLASTICO, DE SOBREPOR, COM 1 LAMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 02/2020	UN	10,0000	57,92	R\$ 579,20
2.14.3	91981	SINAPI	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MODULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA -	UN	4,0000	52,44	R\$ 209,76
2.14.4	91961	SINAPI	INTERRUPTOR PARALELO (2 MODULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	UN	2,0000	61,53	R\$ 123,06
2.14.5	91940	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MEDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF 12/2015	UN	6,0000	17,75	R\$ 106,50
2.14.6	91863	SINAPI	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL, PVC, DN 20 MM (3/4"), INCLUSIVE CONEXOES - FORNECIMENTO E INSTALACAO*	M	59,0000	12,74	R\$ 751,66
2.15 DIVERSOS							R\$ 1.723,82
2.15.1	8464	ORSE	BANCO EM PLACA DE CONCRETO ARMADO SEM ENCOSTO, VAZADO, ESPESSURA DE 0,10M, LARGURA DE 0,60M, COMPRIMENTO DE 2,0M, COM 3 APOIOS EM PLACAS DE CONCRETO ARMADO DE ESPESSURA DE 0,10M.	UN	2,0000	796,20	R\$ 1.592,40
2.15.2	2450	ORSE	LIMPEZA FINAL DA OBRA*	M2	42,53	3,09	R\$ 131,42
VALOR TOTAL GERAL:						R\$ 851.160,80	

NUNES SILVA
NUNES:04312675457

Assinado digitalmente por NUNES SILVA
NUNES:04312675457
DN: cn=NUNES SILVA NUNES:04312675457,
o=BR, ou=CP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,
email=nunesengenhariocivil@gmail.com
Motivo: Sou o autor deste documento
Local: MATUREIA-PB, CREA/PB 61.420.864-3
Data: 2025.10.15 15:41:59 -03'00'



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO																	
OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO NA EMEF JOSE RAMALHO XAVIER - NO MUNICÍPIO DE MATUREIA - PB																	
LOCAL: AV. JOSE JERÔNIMO DA SILVA, SN - CENTRO DE MATUREIA - PB																	

	SERVIÇOS	VALOR DO ITEM	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		Mês 05		Mês 06		Mês 07		Mês 08	
			VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%
1.1	SERVICOS PRELIMINARES	4.102,64	4.102,64	100,00														
1.2	MOVIMENTO DE TERRA	35.524,02	35.524,02	100,00														
1.3	INFRAESTRUTURA	53.452,27	21.380,91	40,00	21.380,91	40,00	10.690,45	20,00										
1.4	SUPER-ESTRUTURA	241.147,48			96.458,99	40,00	96.458,99	40,00	48.229,50	20,00								
1.5	PAREDES E PAINEIS	146.233,73			58.493,49	40,00	58.493,49	40,00	29.246,75	20,00								
1.6	ESQUADRIAS, FERRAGENS E VIDROS	13.870,11							13.870,11	100,00								
1.7	COBERTA	82.817,39									82.817,39	100,00						
1.8	REVESTIMENTO	48.905,23									24.452,62	50,00	24.452,62	50,00				
1.9	PINTURA	80.730,49											40.365,25	50,00	40.365,25	50,00		
1.10	PAVIMENTACAO	63.806,37											31.903,19	50,00	31.903,19	50,00		
1.11	INSTALACAO HIDRAULICAS - LOUCAS E METAIS	22.240,08													11.120,04	50,00	11.120,04	50,00
1.12	INSTALACAO SANITARIAS	12.960,89													6.480,45	50,00	6.480,45	50,00
1.13	INSTALACOES ELETRICAS	14.040,73											5.616,29	40,00	5.616,29	40,00	2.808,15	20,00
1.14	DIVERSOS	24.340,39															24.340,39	100,00
1.15	INSTALACAO DE COMBATE A INCENDIO	5.265,16															5.265,16	100,00
1.16	LIMPEZA, ENTREGA DA OBRA	1.723,82															1.723,82	100,00
	Total com BDI	851.160,80																
	Total no periodo		61.007,57	7,17	176.333,39	20,72	165.642,94	19,46	91.346,35	10,73	107.270,01	12,60	102.337,34	12,02	95.485,21	11,22	51.738,00	6,08
	Total Acumulado		61.007,57	7,17	237.340,96	27,88	402.983,90	47,35	494.330,25	58,08	601.600,26	70,68	703.937,59	82,70	799.422,80	93,92	851.160,80	100,00

NUNES SILVA
NUNES:04312675457

Assinado digitalmente por NUNES SILVA
NUNES:04312675457
DN: cn=NUNES SILVA, ou=NUNES:04312675457,
c=BR, o=CP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,
email=nunesengenheirocivil@gmail.com
Motivo: Sou o autor deste documento
Local: MATUREIA-PB, CREA/PB 61.420.664-3
Data: 2025.10.15 15:33:33 -03'00'

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO
ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO										UNID.	QUANT.
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES											
1.1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPADA DE AÇO GALVANIZADO										M2	12,00
	L1		L2		TOTAL							
	4,00	x	3,00	=	12,00	local indicado pela fiscalização						
1.1.2	LOCAÇÃO DA OBRA										M2	420,00
	L1		L2		TOTAL							
	24,00	x	17,50		420,00							
1.1.3	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO										M2	420,00
	L1		L2		TOTAL							
	24,00	x	17,50		420,00							
1.2	MOVIMENTO DE TERRA											
1.2.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,30M										M3	82,56
	L1	X	L2	X	H	X	QUANT.	=	TOTAL			
	17,78		0,40		1,00		2,00		14,22	PAREDESLATERAISQUADRA		
	12,02		0,40		1,00		2,00		9,62	PAREDESDEFUNDOQUADRA		
	8,40		1,25		0,30		2,00		6,30	ARQUIBANCADA		
	A	B	H		QUANT	=	Volume(m³)					
	1,20	1,20	1,30		1,00		1,87	SP8				
	1,20	1,20	1,30		1,00		1,87	SP9				
	1,20	1,20	1,30		1,00		1,87	SP10				
	1,20	1,20	1,30		1,00		1,87	SP11				
	1,20	1,20	1,30		1,00		1,87	SP12				
	1,20	1,20	1,30		1,00		1,87	SP13				
	1,20	1,20	1,30		1,00		1,87	SP14				
	1,20	1,20	1,30		1,00		1,87	SP15				
	1,20	1,20	1,30		1,00		1,87	SP16				
	1,20	1,20	1,30		1,00		1,87	SP17				

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO
ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
	1,20	1,20	1,30	1,00	1,87	SP18		
	1,20	1,20	1,30	1,00	1,87	SP19		
	1,20	1,20	1,30	1,00	1,87	SP20		
	1,20	1,20	1,30	1,00	1,87	SP21		
	1,20	1,20	1,30	1,00	1,87	SP22		
	1,20	1,20	1,30	1,00	1,87	SP23		
	1,20	1,20	1,30	1,00	1,87	SP24		
	1,20	1,20	1,30	1,00	1,87	SP25		
	A	B	H	QUANT	=	Volume(m³)		
	1,20	1,20	1,30	10,00		18,72	fundação para estrutura pré-moldada	
obs:	A altura da escavação das sapatas é variável de acordo com o terreno							
1.2.2	ATERRO MANUAL DE CAIXÃO A PILOADO, COM MATERIAL DE EMPRÉSTIMO EM CAMADAS DE 20CM, INCLUSIVE ESPALHAMENTO						M3	99,94
	L1	X	L2	X	H	X	QUANT.	= TOTAL
	14,42		21,60		0,30		1,00	93,44 QUADRA
	0,35		8,40		0,74		2,00	4,35 ARQUIBANCADA
	0,40		8,40		0,32		2,00	2,15 ARQUIBANCADA
1.2.3	REATERRO MANUAL DE VALA						M3	25,55
	escavação sapata	-	concreto das sapatas	-	concreto tronco de pilar		= total	= total
	33,70		7,65		0,50		25,55	25,55
1.2.4	BOTA FORA						M3	123,76
					V	EMP.	TOTAL	
	escavação 1ª categoria + limpeza do terreno - reaterro				= 99,01	x 1,25	= 123,76	

ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULOCONSTRUÇÃODEGINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO										UNID.	QUANT.
1.3	INFRAESTRUTURA											
1.3.1	EMBASAMENTOC/PEDRAARGAMASSADAUTILIZANDOARG.CIM/AREIA1:4										M3	13,53
	L1	X	L2	X	H	X	QUANT.	=	TOTAL			
	20,50		0,40		0,40		2,00		6,56	PAREDESLATERAISQUADRA		
	13,38		0,40		0,40		2,00		4,28	PAREDESDEFUNDOQUADRA		
	8,40		0,40		0,40		2,00		2,69	ARQUIBANCADA		
1.3.2	ALVENARIADEEMBASAMENTO1VEZCOMTIJOLOSCERAMICOSDE8FUROSASSENTADOSCOMARGAMASSANOTRAÇO1:2:8(CIMENTO										M2	20,33
	L1	X	H	X	QUANT.	=	TOTAL					
	20,50		0,30		2,00		12,30			PAREDESLATERAISQUADRA		
	13,38		0,30		2,00		8,03			PAREDESDEFUNDOQUADRA		
1.3.3	CONCRETOMAGROPARALASTRO,TRACO1:4,5:4,5(CIMENTO/AREIAMEDIA/BRITA1)-PREPAROMECHANICOCOMBETONEIRA400L.AF_07/2016										M3	2,07
1.3.4	CONCRETOFCK>25MPA,TRAÇO1:2,1:2,5(CIMENTO/AREIAMEDIA/BRITA1)-PREPAROMECHANICOCOMBETONEIRA400L										M3	7,65
	CONCRETORADIER								=	0,90		
	CONCRETODESAPATAS								=	6,75		
	TOTAL								=	7,65		
1.3.5	92873-LANÇAMENTOCOMUSODEBALDES,ADENSAMENTOEACABAMENTODECONCRETOEMESTRUTURAS.AF_12/2015										M3	7,65
	CONCRETORADIER								=	0,90		
	CONCRETODESAPATAS								=	6,75		
	TOTAL								=	7,65		
1.3.6	CONCRETOCICLÓPICO30%PEDRADEMAOINCLUSIVELANÇAMENTO										M3	17,82
			1,20	x	1,20	x	1,20	x	10,00	=	17,28	pilaresdosporticos
			0,15	x	0,30	x	1,20	x	10,00	=	0,54	Diminuir

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.3.7	96538-FABRICAÇÃO, MONTAGEM DE MONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	14,40
1.3.8	96539-FABRICAÇÃO, MONTAGEM DE MONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGAS BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	8,80
1.3.9	96545-ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGAS BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6.3MM-MONTAGEM. AF_06/2017	KG	124,00
1.3.10	96543-ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGAS BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5MM-MONTAGEM. AF_06/2017	KG	16,00
1.3.11	96543-ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGAS BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8MM-MONTAGEM. AF_06/2017	KG	39,00
1.4	SUPRAESTRUTURA		
1.4.1	94966-CONCRETO FCK > 25MPa, TRAÇO 1:2,1:2,5 (CIMENTO/AREIA MÉDIA/BRITA 1)-PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L. AF_07/2016	M3	10,10
	VIGA = 1,70		
	PILARES = 6,80		
	CINTA = 1,60		
	TOTAL = 10,10		
1.4.2	LANÇAMENTO COMUSO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	M3	10,10
	VIGA = 1,70		
	PILARES = 6,80		
	CINTA = 1,60		
	TOTAL = 10,10		
1.4.3	SAPATAS PREMOLDADAS (1,05X1,30)M, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	PÇ	10,00
1.4.4	PILAR PREMOLDADO ROTULADO COM MISULA POSSUINDO SECAOMINIMADE (0,20X0,40X8,50)M-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	PÇ	10,00
1.4.5	VIGAS MV2A COM SECAOMINIMADE (0,20)H=0,65C/17M DE EIXO-A-EIXO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	PÇ	5,00
1.4.6	VIGAS DIAPHRAGMADAS TESTADAS COM SECAOMINIMADE (0,12X0,40X4,65)M-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	PÇ	8,00

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO
ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.4.7	CONTRAVENTAMENTO COM SECAO MINIMA DE (0,12X0,35X4,80)M, FORNECIMENTO E INSTALACAO	PÇ	8,00
1.4.8	VIGA CINTA COM SECAO MINIMA DE (0,10X0,30X4,80)-FORNECIMENTO E INSTALACAO	PÇ	8,00
1.4.9	VIGA STERCAS VT-18-FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	336,00
1.4.10	MONTAGEM DE MONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PE-DIREITOS SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA	M2	48,75
	VIGA = 22,55		
	CINTA = 26,20		
	TOTAL = 48,75		
1.4.11	MONTAGEM DE MONTAGEM DE FORMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PE-DIREITOS SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA	M2	121,50
1.4.12	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0MM-MONTAGEM.	KG	276,00
1.4.13	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0MM-MONTAGEM.	KG	249,00
1.4.14	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5MM-MONTAGEM.	KG	1251,00
1.4.15	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA PORTAS COM ATÉ 1,5M DE VÃO	M	6,00
	L X QTD = TOTAL		
	1,50 X 4,00 = 6,00		
1.4.16	CONCRETO ARMADO PARA PATAMAR DE ARQUIBANCADA, COM FCK >= 25MPa, PREPARO E BETONEIRA 400L, LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, FORMA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	2,30
1.5	PAREDE SEPAINEIS		
1.5.1	ALVENARIA DE 1/2 VEZ VEDAÇÃO COM BLOCOS CERÂMICO FURADOS 9X19X19 CM FUROS HORIZONTAIS, ESPESSURA DE PAREDE 9CM, JUNTAS DE 10 MM COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA)	M2	229,82
	L1 X H X QUANT = TOTAL		
	5,43 X 3,20 X 2,00 = 34,75 Fachada lateral		

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO
ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO							UNID.	QUANT.
	5,00	3,20	2,00	32,00	Fachada lateral				
	5,43	3,20	2,00	34,75	Fachada lateral				
	5,00	3,20	2,00	32,00	Fachada lateral				
	15,05	3,20	2,00	96,32	Fachada frontal				
1.5.2	ALVENARIA DE 1 VEZ VEDAÇÃO COM BLOCOS CERÂMICO FURADOS 9 X 19 X 19 CM FUROS HORIZONTAIS, ESPESSURA DA PAREDE 19 CM, JUNTAS DE COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA)							M2 21,17	10 MM
	L1	X	H	X	QUANT	=	TOTAL		
	16,80		0,84		1,00		14,11	Arquibancada	
	16,80		0,42		1,00		7,06	Arquibancada	
1.5.3	ELEMENTO VAZADO DE CONCRETO, VENEZIANA 39 X 29 X 10 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO							M2	215,32
	L1	X	H	X	QUANT	=	TOTAL		
	20,74		1,45		2,00		60,15	Fachada lateral	
	19,76		1,55		2,00		61,26	Fachada lateral	
	15,05		1,60		2,00		48,16	Fachada frontal	
	14,30		1,60		2,00		45,76	Fachada frontal	
1.6	COBERTA								
1.6.1	TELHAMENTO COM TELHA EM AÇO GALVALUME, SIMPLES, TRAPEZOIDAL, PRE-PINTADA, TP40-0,65MM, KINGSPAN-ISOESTE OU SIMILAR-							M2	400,08
	L1	X	L2	X	QUANT.	=	TOTAL		
	24,00		16,67		1,00		400,08	QUADRA	
1.6.2	CUMEEIRA PARA TELHA DE AÇO GALVALUME E=0,65MM							M	24,00
	L1	=	TOTAL						
	24,00		24,00						
1.7	REVESTIMENTO								
1.7.1	CHAPISCO							M2	459,65
	L1	X	H	X	QUANT	X	LADO PAREDE	=	TOTAL

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO
ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE
CÁLCULO DE CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO							UNID.	QUANT.
	5,00	3,20	4,00	2,00	128,00	Fachada lateral			
	5,43	3,20	4,00	2,00	139,01	Fachada lateral			
	15,05	3,20	2,00	2,00	192,64	Fachada frontal			
1.7.2	REBOCO VERTICAL							M2	459,65
	L1	X	H	X	QUANT	X	LADO SPAREDE =	TOTAL	
	5,43		3,20		4,00		2,00	139,01	Fachada lateral
	5,00		3,20		4,00		2,00	128,00	Fachada lateral
	15,05		3,20		2,00		2,00	192,64	Fachada frontal
1.8	PAVIMENTAÇÃO								
1.8.1	PISO EM CONCRETO DE SEMPOLADO H=8CM							M2	311,11
	L1	X	L2	X	QUANT.	=	TOTAL		
	21,50		14,47		1,00		311,11		QUADRA
1.8.2	POLIMENTO MECÂNICO DE PISO DE ALTA RESISTÊNCIA							M2	311,11
	L1	X	L2	X	QUANT.	=	TOTAL		QUADRA
	21,50		14,47		1,00		311,11		
1.8.3	CALÇADA DE CONTO RNO COM L=60CM							M	82,00
	L1	=	TOTAL						
	82,00		82,00						
1.9	PINTURA								
1.9.1	PINTURA ARTÍSTICA							M2	96,32
	L1	X	H	X	QUANT	=	TOTAL		
	15,05		3,20		2,00		96,32		Fachadas frontais
1.9.2	PINTURA COM TINTA COMPUTADORIZADA							M2	574,99
	L1	X	H	X	QTDE	=	TOTAL		
	21,50		3,20		2,00		137,60		Fachadas laterais

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM		DESCRIÇÃO				UNID.	QUANT.
	1,20	7,40	10,00	88,80	Pilares		
	14,05	0,20	4,00	11,24	Vigas		
	21,50	0,35	4,00	30,10	Vigas		
	20,75	0,85	4,00	70,55	Contraventamento		
	15,05	0,80	4,00	48,16	Contraventamento		
	1,55	0,25	8,00	3,10	Contraventamento		
	1,60	0,25	6,00	2,40	Contraventamento		
	16,64	1,10	10,00	183,04	Tesouras de concreto		
1.9.3	PINTURA DE ELEMENTO VAZADO					M2	214,93
	L1	X	H	X	QUANT = TOTAL		
	20,74		1,45		2,00 60,15	Fachada lateral	
	19,76		1,54		2,00 60,86	Fachada lateral	
	15,05		1,60		2,00 48,16	Fachada frontal	
	14,30		1,60		2,00 45,76	Fachada frontal	
1.9.4	PINTURA ACRILICA INTERNA/EXTERNA					M2	459,65
	L1	X	H	X	QUANT XLADO SPARE DE = TOTAL		
	5,43		3,20		4,00 2,00 139,01	Fachada lateral	
	5,00		3,20		4,00 2,00 128,00	Fachada lateral	
	15,05		3,20		2,00 2,00 192,64	Fachada frontal	
						M2	1130,96
1.9.5	SELADOR ACRILICO					M2	1130,96
					TOTAL		
					96,32	Pintura em Mondrian	
					459,65	Pintura acrílica interna/externa	
					574,99	Pintura computadorizada	

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO
ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.9.6	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPOXI, E=10CM, APLICAÇÃO MANUAL	M	81,60
	TOTAL		
	19,00 Quadra		
	19,00 Quadra		
	11,00 Quadra		
	11,00 Quadra		
	2,28 Quadra		
	27,95 Quadra		
	3,20 Quadra		
1.9.7	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPOXI, E=5CM, APLICAÇÃO MANUAL.	M	78,80
	TOTAL		
	4,80 Quadra		
	16,40 Quadra		
	16,40 Quadra		
	7,50 Quadra		
	7,50 Quadra		
1.9.8	PINTURA EM RESINA ACRÍLICA PARA SINALIZAÇÃO DE PISO COM LOGOMARCA DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE)/INDICAÇÃO	UN	6,00
1.9.10	PINTURA DE PISO COM TINTA EPOXI, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMAS, INCLUSIVE PRIMEIRO EPOXI.	M2	211,20
1.10	INSTALAÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO		
1.10.1	EXTINTOR DE INCÊNDIO DE PO QUÍMICO SECO (PQS) DE 6KG, CLASSE ABC	UND	4,00
1.10.2	EXTINTOR DE INCÊNDIO DE ÁGUA PRESSURIZADA 10L	UND	4,00
1.10.3	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, FOTO LUMINESCENTE, RETANGULAR, 12X40CM, EM PVC 2MM ANTI-CHAMAS (SÍMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434), AFIXADA EM PAREDE, OU PILAR	UND	4,00

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.10.4	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, 20X20CM, EMPVC 2MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 13434), AFIxada EM PAREDE, OU PILAR	UND	4,00
1.10.5	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, TIPO BLOCO AUTÔNOMO, WETZEL 2X55WX12VCCX40AH, OU SIMILAR, INSTALADA A ALTURA DE 2,50M.	UND	4,00
1.10.6	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO.	UND	4,00
1.11	INSTALAÇÃO ELÉTRICAS		
1.11.1	CABO DE COBRE ISOLADO HEPR (XLPE) RÍGIDO, 6,0MM ² , 1KV/90C-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	45,00
1.11.2	HASTE DE ATERRAMENTO/COPPER WELDE MACOM 3,00M DE COMPRIMENTO EDN=5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, COM CONECTOR TIPO GRAMPO C	UND	1,00
1.11.3	CABO DE COBRE NU 10MM ² -FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	2,00
1.11.4	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.AF_04/2016	UN	2,00
1.11.5	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.AF_04/2016	UN	4,00
1.11.6	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.AF_04/2016	UN	1,00
1.11.7	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5MM ² , ANTI-CHAMA 450/750V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.AF_12/2015	M	320,00
1.11.8	CABO DE COBRE ISOLADO FLEXÍVEL HEPR (XLPE), 4,0MM, 1KV/90C, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	270,00
1.11.9	CAIXA RETANGULAR 4"X2" MÉDIA (1,30M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.AF_12/2015	UN	8,00
1.11.10	ELETRODUTO RÍGIDO, PVC, DN 32MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.AF_12/2015	M	12,00
1.11.11	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, 25MM 3/4", INCLUSIVE CONEXÃO-FORNECIMENTO E	M	180,00

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.11.12	CAIXA INSPEÇÃO EM CONCRETO COM TAMPÃO PARA ATERRAMENTO E PARARAIOS DIÂMETRO=300MM	UND	2,00
1.11.13	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE EMBUTIR, PARA 08 DISJUNTORES DIN.	UND	1,00
1.11.14	REFLETOR LED 100W BRANCO Frio, Tensão: BIVOLT (100V-240V), Temperatura de Cor: 6000K BRANCO Frio, Fluxo Luminoso: 9.500 LUMENS 10%, Ângulo de Iluminação: 100°, Grau de Proteção: IP65/IP66 (Aprovado para uso externo), Vida útil: 40.000 horas, Garantia: 1 ano.	UND	12,00
1.12	INSTALAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS		
1.12.1	TUBO PVC ÁGUAS PLUVIAIS 100MM	M	68,65
1.12.2	JOELHO 45°, 100MM	PC	20,00
1.12.3	LUVA 100MM	PC	10,00
1.12.4	GRELHA HEMISFÉRICA - TIPO ABACAXI, 100MM	PC	10,00
1.12.5	CABECEIRA DIREITA 170MM X 100MM	PC	2,00
1.12.6	CABECEIRA ESQUERDA 170MM X 100MM	PC	2,00
1.12.7	BOCA EM PVC 170 X DN 100, 170MM X 100MM	PC	10,00
1.12.8	CALHA EM PVC 170 X DN 100, 170MM X 100MM	PC	75,80
1.13	DIVERSOS		
1.13.1	ABERTURA DE LETREIROS COM TINTA ACRÍLICA -	UND	12,00
1.13.2	CONJUNTO DE TRAVE PARA FUTSAL OFICIAL DE 3,00 X 2,00M EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3" COM REQUADRO EM TUBO DE 1", PINTURA EM PRIMER COM TINTA ESMALTE SINTÉTICO E REDES DE POLIETILENO FIO 4 MM" - FORNECIMENTO E	PAR	1,00

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO
ETAPA: CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.13.3	TABELAS DE BASQUETE EM COMPENSADO NAVAL DE *1,80X1,20*M, COM ARDO DE METAL REDE, INCLUSIVE SUPORTE/ESTRUTURA OFICIAL PARA TABELA EMACO, D=5", H=3,05M PISO E PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO	PAR	1,00
1.13.4	LOGOTIPO DO GOVERNO DO ESTADO.	UND	1,00
1.13.5	CAIXA ENTERRADA DE INSPEÇÃO/GORDURA/ PASSAGEM RETANGULAR, 60X60X60CM, EM ALVENARIA DE 1/2 VEZ COM TAMPA DE CONCRETO E CANTONEIRA NA CAIXA E TAMPA (ESCOVAÇÃO, CONCRETO MAGRO, ALVENARIA DE 1/2 VEZ, CHAPISCO, REBOCO, TAMPA E CANTONEIRA)	UND	6,00
1.13.6	CONJUNTO PARA QUADRA DE VOLEI COM POSTE SEM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3", H=*255*CM, PINTURA EM TINTA ESMALTE SINTÉTICO, REDE DE NYLON COM 2 MM, MALHA 10 X 10 CM E ANTENAS OFICIAIS EM FIBRA DE VIDRO	UND	1,00
1.13.7	PORTA DE ABRIR EM CHAPA GALVANIZADA N20 (1,40X2,50)M, COM VENEZIANA FIXA EM MOLDURA EM TUBO GALVANIZADO DE 1 1/2", DE ACORDO COM PROJETO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00
1.13.8	LOGOTIPO	UND	1,00
1.13.9	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	420,00
OBS:			

NUNES SILVA
NUNES:04312675457

Assinado digitalmente por NUNES SILVA
NUNES:04312675457
DN: cn=NUNES SILVA NUNES:04312675457,
c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,
email=nunesengenh@icp.gov.br, o=gov.br,
Motivo: Sou o autor deste documento
Local: MATUREIA-PB, CREA/PB 61.420.664-3
Data: 2025.10.15 15:37:36 -03'00'

ETAPA **CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO**

CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO										UNID.	QUANT.	
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES												
1.1.1	LOCAÇÃO DA OBRA										M2	42,53	
	L1		L2	TOTAL									
	3,15	x	13,50	42,53									
1.1.2	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO										M2	42,53	
	L1		L2	TOTAL									
	3,15	x	13,50	42,53									
1.2	MOVIMENTO DE TERRA												
1.2.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,50M										M3	18,00	
	L1	X	L2	X	H	X	QUANT.	=	TOTAL				
	13,25		0,40		1,00		1,00		5,30	PAREDES EXTERNAS VESTIARIOS			
	14,24		0,40		1,00		1,00		5,70	PAREDES INTERNAS VESTIARIOS			
	A	B	H	QUANT		=	Volume (m³)						
	1,00	1,00	1,00	1,00			1,00	SP1					
	1,00	1,00	1,00	1,00			1,00	SP2					
	1,00	1,00	1,00	1,00			1,00	SP3					
	1,00	1,00	1,00	1,00			1,00	SP4					
	1,00	1,00	1,00	1,00			1,00	SP5					
	1,00	1,00	1,00	1,00			1,00	SP6					
	1,00	1,00	1,00	1,00			1,00	SP7					
obs:	A altura da escavação das sapatas é variável de acordo com o terreno												
1.2.2	ATERRO MANUAL DE CAIXAO APOLOADO, COM MATERIAL DE EMPRESTIMO EM CAMADAS DE 20 CM, INCLUSIVE ESPALHAMENTO										M3	17,61	

ETAPA **CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO**

CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO								UNID.	QUANT.
	L1	X	L2	X	H	X	QUANT.	=	TOTAL	
	1,55		2,97		0,50		2,00		4,60	VESTIARIO
	1,17		1,45		0,50		2,00		1,70	VESTIARIO
	1,60		1,65		0,50		2,00		2,64	VESTIARIO
	2,92		2,97		0,50		2,00		8,67	VESTIARIO
1.2.3	REATERRO MANUAL DE VALA								M3	4,23
	escavação sapata	-	concreto das sapatas	-	concreto tronco de pilar			=	total	
	7,00		2,52				0,25		4,23	
1.2.4	BOTA FORA								M3	27,81
						V	EMP.	TOTAL		
	escavação 1º categoria + limpeza do terreno					=	22,25	x	1,25	= 27,81
1.3	INFRAESTRUTURA									
1.3.1	EMBASAMENTO C/PEDRA ARGAMASSADA UTILIZANDO ARG.CIM/AREIA 1:4								M3	5,35
	L1	X	L2	X	H	X	QUANT.	=	TOTAL	
	18,74		0,40		0,40		1,00		3,00	PAREDES EXTERNAS VESTIARIOS
	14,67		0,40		0,40		1,00		2,35	PAREDES INTERNAS VESTIARIOS
1.3.2	ALVENARIA DE EMBASAMENTO 1 VEZ COM TIJOLOS CERAMICOS DE 8 FUROS ASSENTADOS COM ARGAMASSA NO TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO								M2	16,71
	L1	X	H	X	QUANT.	=	TOTAL			
	18,74		0,50		1,00		9,37	PAREDES EXTERNAS VESTIARIOS		
	14,67		0,50		1,00		7,34	PAREDES INTERNAS VESTIARIOS		
1.3.3	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRACO 1:4,5:4,5 (CIMENTO/ AREIA MEDIA/ BRI TA 1) - PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 400 L.								M3	0,56
1.3.4	CONCRETO FCK > 25MPA , TRAÇO 1:2,1:2,5 (CIMENTO/ AREIA MEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 400 L								M3	2,52

OBRA: CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO PADRÃO REDUZIDO

ETAPA CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	CONCRETO RADIER = 1,40		
	CONCRETO DE SAPATAS = 1,12		
	TOTAL = 2,52		
1.3.5	92873- LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	M3	2,52
	CONCRETO RADIER = 1,40		
	CONCRETO DE SAPATAS = 1,12		
	TOTAL = 2,52		
1.3.6	96538 - FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	4,20
1.3.7	96539 - FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	14,00
1.3.8	96545- ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6.3 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	32,31
1.3.9	96543-ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	24,20
1.3.10	96543-ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	61,60
1.4	SUPRAESTRUTURA		
1.4.1	94966- CONCRETO FCK >25MPA, TRAÇO 1:2,1:2,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	1,69
	PILARES = 0,85		
	CINTA = 0,84		
	TOTAL = 1,69		
1.4.2	92873- LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	M3	1,69
	PILARES = 0,85		
	CINTA = 0,84		

OBRA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO
ETAPA CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
TOTAL		= 1,69						
1.4.3	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PE-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA,						M2	20,72
1.4.4	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM PONTALETE DE MADEIRA, PE-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA,						M2	14,00
1.4.5	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM.						KG	65,00
1.4.6	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM.						KG	183,35
1.4.7	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM.						KG	61,50
1.4.8	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA PORTAS COM ATÉ 1,5M DE VÃO						M	4,00
L		X	QTD	=	TOTAL			
1,00		X	4,00	=	4,00			
1.5	PAREDES E PAINEIS							
1.5.1	ALVENARIA DE 1/2 VEZ VEDAÇÃO COM BLOCOS CERAMICO FURADOS 9 X 19 X 19 CM FUIROS HORIZONTAIS, ESPESSURA DA PAREDE 9 CM,						M2	94,75
L1		X	H	X	QUANT	=	TOTAL	
1,17			3,55		2,00		8,31	Vestiário
2,10			3,55		2,00		14,91	Vestiário
3,00			3,55		1,00		10,65	Vestiário
1,65			3,55		2,00		11,72	Vestiário
0,30			3,55		2,00		2,13	Vestiário
13,25			3,55		1,00		47,04	Vestiário
1.5.2	DIVISORIAS EM GRANITO CINZA ANDORINHA						M2	18,00
1.6	COBERTA							
1.6.1	FORRO DE GESSO						M2	39,75
L1		X	L2	X	QUANT.	=	TOTAL	
13,25			3,00		1,00		39,75	VESTIÁRIO

OBRA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO
ETAPA CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO										UNID.	QUANT.
1.6.2	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NUMERO 24, CORTE DE 25 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL										M	15,00
1.6.3	CANTONEIRA 2 X 1/8 ASTM - A36										M	15,00
1.6.4	LAJE PRE MOLDADA PARA FORRO										M2	39,75
	L1	X	L2	X	QUANT.	=	TOTAL					
	13,25		3,00		1,00		39,75	VESTIÁRIO				
1.6.5	COBERTA COM TELHA DE AÇO GALVALUME, ESPESSURA 0,65MM, INCLUSO JUNTAS DE VEDACAO E ACESSORIOS DE FIXACAO										M2	39,75
	L1	X	L2	X	QUANT.	=	TOTAL					
	13,25		3,00		1,00		39,75	VESTIÁRIO				
1.7	ESQUADRIAS COM FERRAGENS											
1.7.1	PORTA EM MADEIRA EMBUIA SEMI-OCA FORMICADA NA COR BRANCA										UND	4,00
	L1	X	H	X	QUANT.	=	TOTAL					
	0,82		2,10		4,00		6,89	P1				
1.7.2	FECHADURA CILINDRO EM METAL CROMADO										UND	4,00
1.7.3	FORRA EM MADEIRA 0,82 X 2,10, INCLUSIVE ALIZAR E PINTURA EM VERNIZ										UND	4,00
1.7.4	PORTA DE ALUMINIO										M2	5,76
	L1		H	X	QTD							
	0,60	x	1,60	X	6,00		5,76					
1.7.5	TARJETA TIPO LIVRE/OCUPADO										UND	6,00
1.8	REVESTIMENTO											
1.8.1	CHAPISCO VERTICAL										M2	232,10
	L1	X	H	X	QUANT	X	ADOS PAREDE	=	TOTAL			
	1,17		3,55		2,00		2,00		16,61	Vestário		

ETAPA *CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO*

CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM		DESCRIÇÃO								UNID.	QUANT.
	2,10	3,55	2,00	2,00	29,82	Vestíário					
	3,00	3,55	3,00	2,00	63,90	Vestíário					
	1,65	3,55	2,00	2,00	23,43	Vestíário					
	0,30	3,55	2,00	2,00	4,26	Vestíário					
	13,25	3,55	1,00	2,00	94,08	Vestíário					
1.8.2	REBOCO VERTICAL									M2	68,34
	L1	X	H	X	QUANT	X	ADOS PAREDE	=	TOTAL		
	3,00		3,55		2,00		1,00		21,30	Vestíário	
	13,25		3,55		1,00		1,00		47,04	Vestíário	
1.8.3	EMBOÇO									M2	163,76
	L1	X	H	X	QUANT	X	ADOS PAREDE	=	TOTAL		
	1,17		3,55		2,00		2,00		16,61	Vestíário	
	2,10		3,55		2,00		2,00		29,82	Vestíário	
	3,00		3,55		1,00		2,00		21,30	Vestíário	
	3,00		3,55		2,00		1,00		21,30	Vestíário	
	1,65		3,55		2,00		2,00		23,43	Vestíário	
	0,30		3,55		2,00		2,00		4,26	Vestíário	
	13,25		3,55		1,00		1,00		47,04	Vestíário	
1.8.4	REVESTIMENTO CERAMICO PEI-04 COR BRANCA DIMENSAO MINIMA 30X30CM REJUNTE EPOX CINZA CLARO									M2	163,76
	L1	X	H	X	QUANT	X	ADOS PAREDE	=	TOTAL		
	1,17		3,55		2,00		2,00		16,61	Vestíário	
	2,10		3,55		2,00		2,00		29,82	Vestíário	
	3,00		3,55		1,00		2,00		21,30	Vestíário	
	3,00		3,55		2,00		1,00		21,30	Vestíário	
	1,65		3,55		2,00		2,00		23,43	Vestíário	
	0,30		3,55		2,00		2,00		4,26	Vestíário	
	13,25		3,55		1,00		1,00		47,04	Vestíário	
1.8.5	CHAPISCO HORIZONTAL									M2	39,75
	L1	X	L2	X	QUANT	=	TOTAL				
	13,25		3,00		1,00		39,75			vestiário	

OBRA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO
ETAPA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO										UNID.	QUANT.
1.8.6	REBOCO HORIZONTAL										M2	39,75
	L1	X	L2	X	QUANT	=	TOTAL					
	13,25		3,00		1,00		39,75			vestiário		
1.9	PINTURA											
1.9.1	PINTURA COM TINTA LATEX PVA EM TETO, DUAS DEMÃO										M2	39,75
	L1	X	L2	X	QUANT	=	TOTAL					
	13,25		3,00		1,00		39,75			vestiário		
1.9.2	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LATEX EM TETO, UMA DEMAO										M2	39,75
	L1	X	L2	X	QUANT	=	TOTAL					
	13,25		3,00		1,00		39,75			vestiário		
1.9.3	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR LATEX PVA EM TETO, UMA DEMAO										M2	39,75
	L1	X	L2	X	QUANT	=	TOTAL					
	13,25		3,00		1,00		39,75			vestiário		
1.9.4	SELADOR ACRILICO										M2	68,34
	TOTAL											
	68,34											
	Pintura acrilica interna/externa											
1.9.5	EMASSAMENTO ACRILICO										M2	70,34
	TOTAL											
	68,34											
	Pintura acrilica interna/externa											
1.9.6	PINTURA ACRILICA INTERNA/EXTERNA										M2	68,34
	L1	X	H	X	QUANT	X	ADOS PAREDE	=	TOTAL			
	3,00		3,55		2,00		1,00		21,30	Vestiário		

OBRA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ETAPA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO						UNID.	QUANT.
	13,25	3,55	1,00	1,00	47,04	Vestiário		
1.10	PAVIMENTAÇÃO							
1.10.1	LAJE DE IMPERMEABILIZACAO DE CONCRETO, ESP.0,08M, PREPARO MECANICO, PREPARO MECANICO COM BETONEIRA 600 L						M2	39,75
	L1	X	L2	X	QUANT.	= TOTAL		
	13,25		3,00		1,00	39,75	VESTIARIO	
1.10.2	CALÇADA DE CONTORNO COM L=60CM						M	20,95
	L1	=	TOTAL					
	20,95		20,95					
1.10.3	REGULARIZACAO DE BASE PARA REVESTIMENTO DE PISO, COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRACO 1:5, COM ESPESSURA DE 2CM						M2	39,75
	L1	X	L2	X	QUANT.	= TOTAL		
	13,25		3,00		1,00	39,75	VESTIARIO	
1.10.4	REVESTIMENTO CERAMICO ANTEDERRAPANTE PARA PISO COR BRANCA DIMENSAO MINIMA 30X30CM						M2	39,75
	L1	X	L2	X	QUANT.	= TOTAL		
	13,25		3,00		1,00	39,75	VESTIARIO	
1.11	LOUÇAS E METAIS							
1.11.1	CHUVEIRO PLASTICO						UND	6,00
1.11.2	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA						UND	4,00
1.11.3	MICTORIO SIFONADO DE LOUÇA BRANCA						UND	1,00
1.11.4	VASO SANITARIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA						UND	2,00
1.11.5	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX						UND	6,00
1.11.6	ASSENTO PLASTICO PARA VASO						UND	2,00

OBRA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ETAPA CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.11.7	ESPELHO CRISTAL	M2	3,28
1.11.8	SABONETEIRA PLASTICA	UND	12,00
1.11.9	CABIDE/GANCHO DE BANHEIRO	UND	8,00
1.11.10	BANCO DE BANHO ARTICULADO EM PROLIPROPILENO	UND	2,00
1.11.11	VASO SANITARIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA PARA PCD	UND	2,00
1.11.12	CUBA/LAVATORIO DE CANTO	UND	2,00
1.11.13	TORNEIRA CROMADA DE MESA	UND	6,00
1.11.14	PAPELEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER	UND	8,00
1.11.15	PORTA TOALHA	UND	2,00
1.11.16	BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA/CORUMBA, ESP 2,5CM	M2	2,05
1.12	INSTALAÇÕES SANITARIAS		
1.12.1	CAIXA SIFONADA PVC 100X100X50MM	PC	11,00
1.12.2	CAIXA ENTERRADA DE INSPEÇÃO/GORDURA/PASSAGEM RETANGULAR, 60X60X60CM, EM ALVENARIA DE 1/2 VEZ COM TAMPA DE CONCRETO E	PC	11,00
1.12.3	TUBO PVC SOLDAVEL BRANCO 40MM	M	11,16
1.12.4	TUBO PVC SOLDAVEL BRANCO 50MM	M	22,51
1.12.5	TUBO PVC SOLDAVEL BRANCO 100MM	M	12,89
1.12.6	JOELHO 45 SECUNDARIO 40MM	PC	6,00

OBRA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ETAPA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.12.7	JOELHO 45, 100MM	PC	3,00
1.12.8	JOELHO 45, 50MM	PC	7,00
1.12.9	JOELHO 90 SECUNDARIO 40MM	PC	13,00
1.12.10	JOELHO 90, 100MM	PC	4,00
1.12.11	JOELHO 90, 50MM	PC	3,00
1.12.12	LUVA 100MM	PC	7,00
1.12.13	LUVA 50MM	PC	10,00
1.12.14	REDUÇÃO 50MMX40MM	PC	4,00
1.12.15	SIFAO DE COPO 1"	PC	6,00
1.12.16	VALVULA CROMADA P/ LAVATORIO 7/8"	PC	6,00
1.12.17	SIFAO MICTORIO	PC	1,00
1.12.18	CARENAGEM P/ TUBO DE ESGOTO	PC	1,00
1.13	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS		
1.13.1	REGISTRO DE GAVETA BASE 3/4"	PÇ	2,00
1.13.2	REGISTRO DE PRESSAO 3/4"	PÇ	6,00
1.13.3	REGISTRO DE GAVETA BASE 1"	PÇ	2,00
1.13.4	TUBO DE PVC SOLDAVEL MARROM 25MM	M	23,16

OBRA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ETAPA CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.13.5	TUBO PVC SOLDAVEL MARROM 32MM	M	14,95
1.13.6	CURVA 90, 25MM	PÇ	4,00
1.13.7	JOELHO 90, 25MM	PÇ	4,00
1.13.8	JOELHO 90, 32MM	PÇ	2,00
1.13.9	JOELHO 90 COM BUCHA DE LATAO 25MM X 1/2"	PÇ	17,00
1.13.10	JOELHO DE REDUÇÃO 32MMX25MM	PÇ	4,00
1.13.11	TE 25MM	PÇ	4,00
1.13.12	TE 32MM	PÇ	2,00
1.13.13	TE C/ BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL 25MM X 1/2"	PÇ	8,00
1.13.14	TE DE REDUÇÃO 32MM X 25MM	PÇ	5,00
1.14	INSTALAÇÕES ELETRICAS		
1.14.1	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO, 1,5MM2, ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	85,00
1.14.2	LUMINARIA TIPO PLAFON EM PLASTICO DE SOBREPOR, COM 1 LAMPADA DE 15 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	8,00
1.14.3	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MODULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00
1.14.4	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MODULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	2,00
1.14.5	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MEDIA (1,30M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00
1.14.6	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO SOLDAVEL, 25MM 3/4", COM RASGO E CHUMBAMENTO EM ALVENARIA	M	33,00

OBRA: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO
ETAPA CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

MEMÓRIA DE CÁLCULO
CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.15	DIVERSOS		
1.15.1	BANCO EM PLACA DE CONCRETO ARMADO	UND	2,00
1.15.2	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	42,53
	AREA		
	42,53		
OBS:			

NUNES SILVA
NUNES:04312675457

Assinado digitalmente por NUNES SILVA
NUNES:04312675457
DN: cn=NUNES SILVA NUNES:04312675457,
c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,
email=nunesengenhariacivil@gmail.com
Motivo: Sou o autor deste documento
Local: MATURÉIA-PB, CREA/PB 61.420.664-3
Data: 2025.10.15 15:37:11 -03'00'



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA
COMPOSIÇÃO DE B.D.I. - DESONERAÇÃO -SERVIÇO

OBRA: CONSTRUCAO DE GINASIO NA EMEF JOSE RAMALHO XAVIER NO MUNICIPIO DE MATUREIA

MUNICÍPIO: MATUREIA

LOCAL: AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA, SN - CENTRO DE MATUREIA - PB

CÁLCULO DE BDI		Construção de Edifícios			Rodovias e Ferrovias - Infra Urbana, praças, calçadas, etc.			Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto			Fornecimento de materiais e equipamentos			Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica			Portuárias, Marítimas e Fluviais		
Item componente do BDI	% Informado	1ºQ	Médio	3º Q	1ºQ	Médio	3º Q	1ºQ	Médio	3º Q	1ºQ	Médio	3º Q	1ºQ	Médio	3º Q	1ºQ	Médio	3º Q
Administração Central (AC)	3,00	3,00	4,00	5,50	3,80	4,01	4,67	3,43	4,93	6,71	1,50	3,45	4,49	5,29	5,92	7,93	4,00	5,52	7,85
Seguro (S) e Garantia (G)	0,80	0,80	0,80	1,00	0,32	0,40	0,74	0,28	0,49	0,75	0,30	0,48	0,82	0,25	0,51	0,56	0,81	1,22	1,99
Risco (R)	0,97	0,97	1,27	1,27	0,50	0,56	0,97	1,00	1,39	1,74	0,56	0,85	0,89	1,00	1,48	1,97	1,46	2,32	3,16
Despesas Financeiras (DF)	0,59	0,59	1,23	1,39	1,02	1,11	1,21	0,94	0,99	1,17	0,85	0,85	1,11	1,01	1,07	1,11	0,94	1,02	1,33
Lucro (L)	6,16	6,16	7,40	8,96	6,64	7,30	8,69	6,74	8,04	9,40	3,50	5,11	6,22	8,00	8,31	9,51	7,14	8,40	10,43
Impostos (I) - PIS, COFINS, ISSQN	8,65	Conforme Legislação Específica																	

Observações

- 1) Preencher apenas a coluna % Informado (Coluna B)
- 2) Os Tributos normalmente aplicáveis são: PIS (0,65%), COFINS (3,00%), ISS (2,00% conforme o município) e CPRB (0,0 %)
- 3) O cálculo do BDI se baseia na fórmula abaixo utilizada pelo Acórdão 2622/13 do TCU,

$$B.D.I = 22,47\%$$

Fórmula Utilizada:

$$BDI = \left\{ \left[\frac{(1 + AC + G + R) * (1 + DF) * (1 + L)}{1 - I} \right] - 1 \right\} * 100$$

Observações sobre os % informados no cálculo do BDI, neste caso:

OBRAS DE RODOVIAS

OS VALORES % INFORMADO ENQUADRAM-SE NOS LIMITES DO ACÓRDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO

OS VALORES % INFORMADO DE AC,DF E L ESTÃO NOS VALORES MÁXIMOS DOS LIMITES DO ACÓRDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO

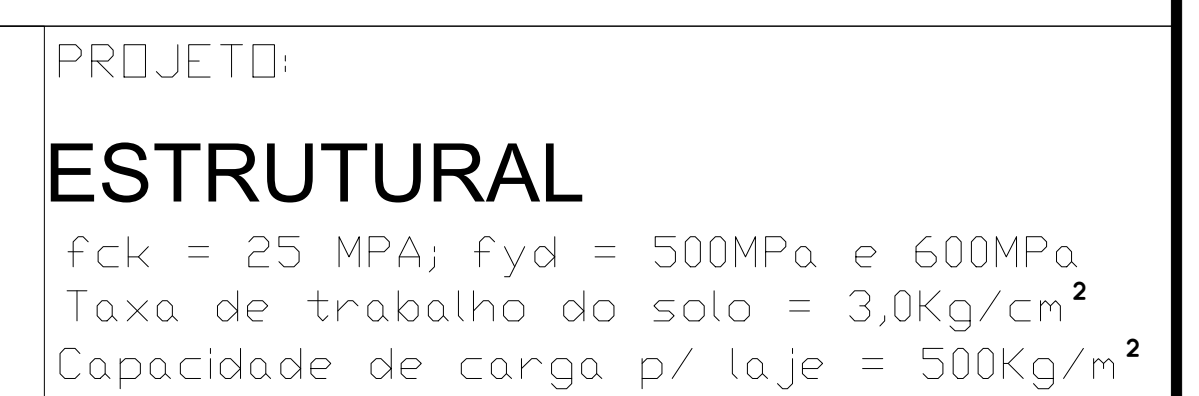
OS VALORES % INFORMADO DE S+G E R FORAM CONSIDERADOS ZERADOS OU SEJA, ABAIXO DO MÍNIMO DOS LIMITES DO ACÓRDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA

Tipo de Obra	1ºQ	Médio	3º Q
Construção de Edifícios	20,34	22,12	25,00
Construção de Rodovias e Ferrovias - Infra Urbana, praças, etc.	19,60	20,97	24,23
Rede de Abastecimento de Água, Coleta de Esgotos	20,76	24,18	26,44
Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica	24,00	25,84	27,86
Obras Portuárias, Marítimas e Fluviais	22,80	27,48	30,95
Fornecimento de Materiais e Equipamentos	11,10	14,02	16,80

NUNES SILVA
NUNES:04312675457

Assinado digitalmente por NUNES SILVA
NUNES:04312675457
DN: cn=NUNES SILVA NUNES:04312675457, o=BR, ou=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipia, email=nunesengenhetrociv@gmail.com
Motivo: Sou o autor deste documento
Local: MATUREIA-PB, CREA/PB 61.420.664-3
Data: 2025.10.15 15:33:08 -03'00'



PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA PB

Proprietário

NUNES SILVA
NUNES-04312675457

Assinatura eletrônica por NUNES-04312675457
Data: 2015.10.16 15:36:36 -0100
Assinatura eletrônica por NUNES-04312675457
Data: 2015.10.16 15:36:36 -0100
Assinatura eletrônica por NUNES-04312675457
Data: 2015.10.16 15:36:36 -0100
Assinatura eletrônica por NUNES-04312675457
Data: 2015.10.16 15:36:36 -0100

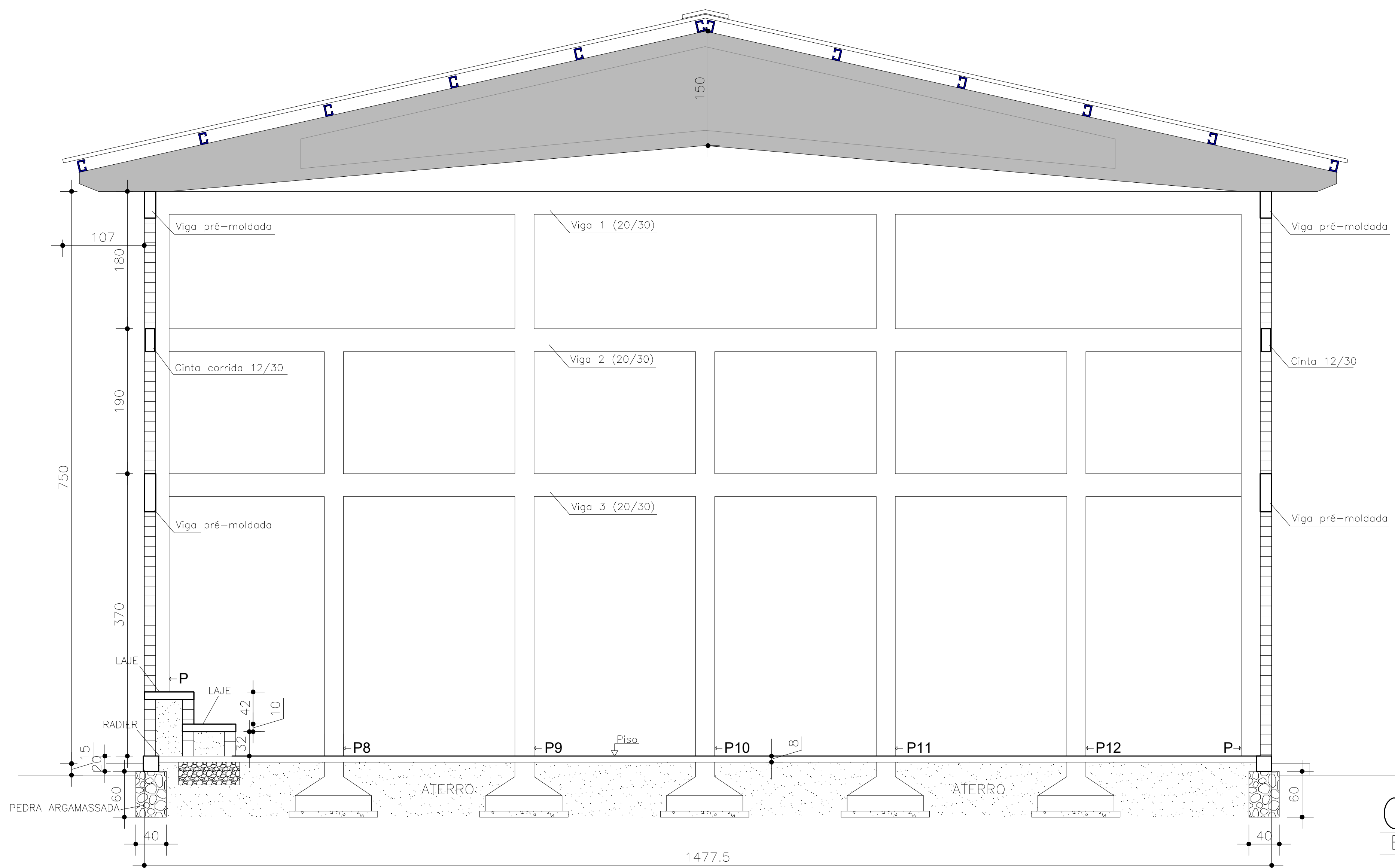
Responsável Técnico

ÁREAS:

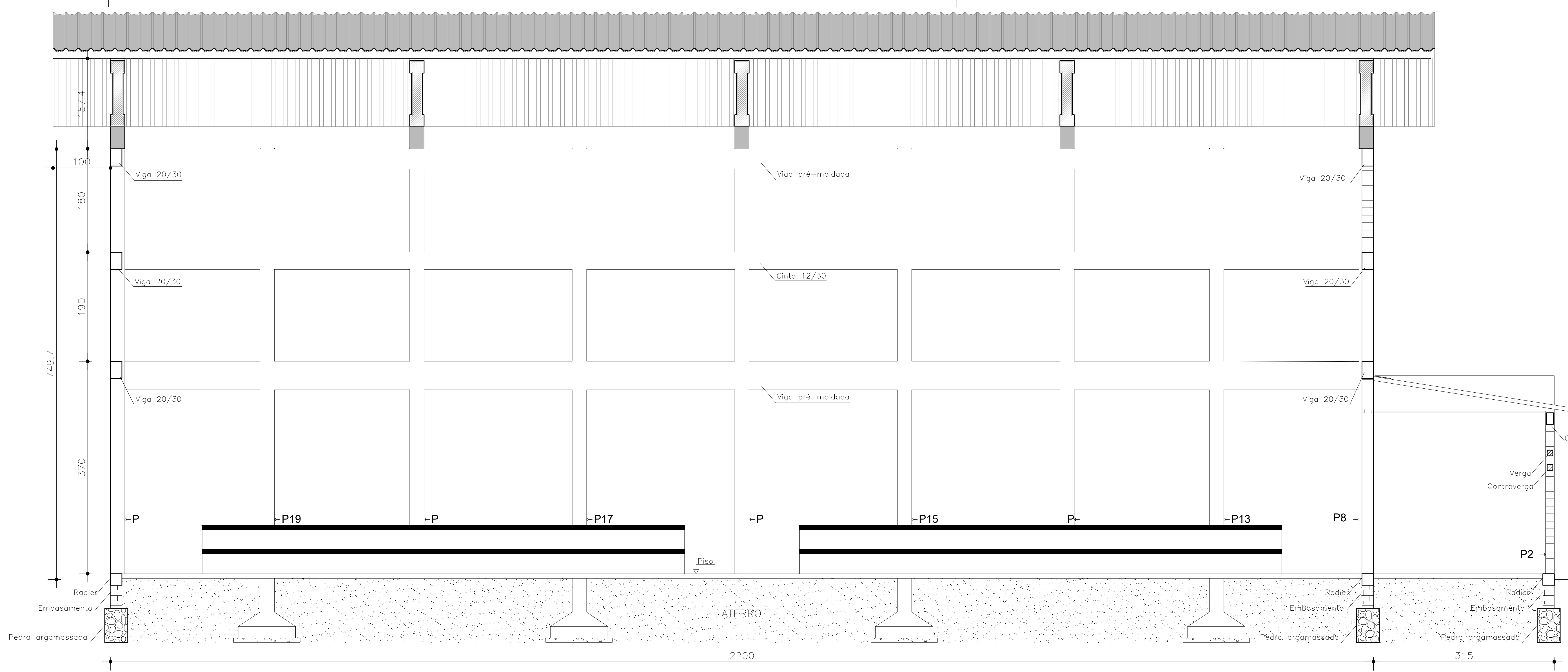
PRANCHA 01/03

FORMA DE NÍVEL VIGAS

FORMA DO NÍVEL FUNDAÇÃO



CORTE AA
ESC. 1:50



CORTE BB
ESC. 1:50



PROJETO:
ESTRUTURAL
fck = 25 MPa; fyd = 500MPa e 600MPa
Taxa de trabalho do solo = 3,0Kg/cm²
Capacidade de carga p/ laje = 500Kg/m²

ENDEREÇO DA OBRA:
AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA, BAIRRO CENTRO NA CIDADE DE MATUREIA PB.

PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA PB

VISTOS:

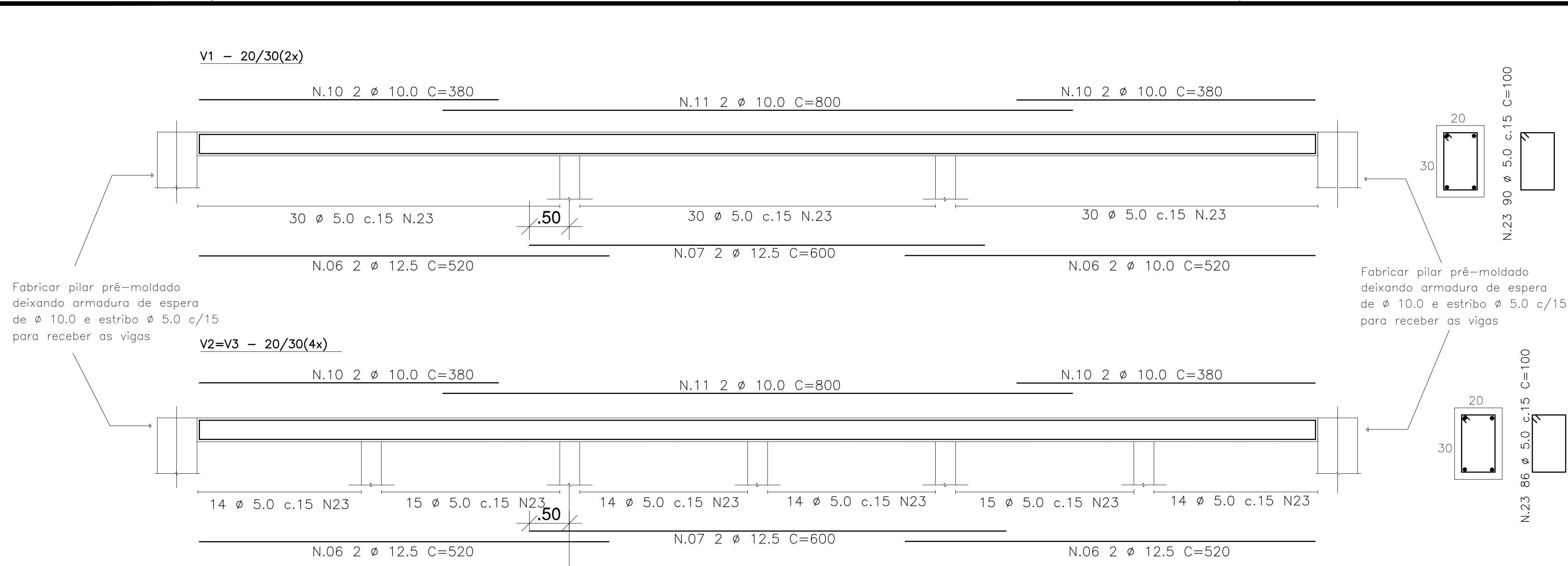
Secretário SEINFRA

Proprietário

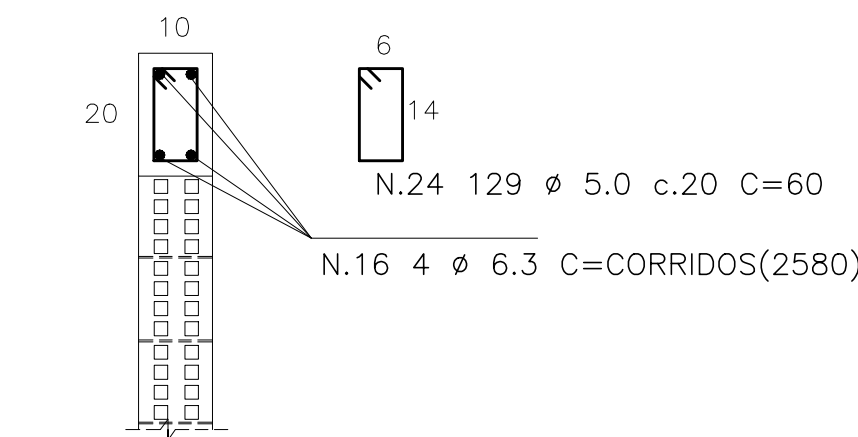
Responsável Técnico

ESCALAS:
Indicadas
DATA:
OUTUBRO/2025
ÁREAS:

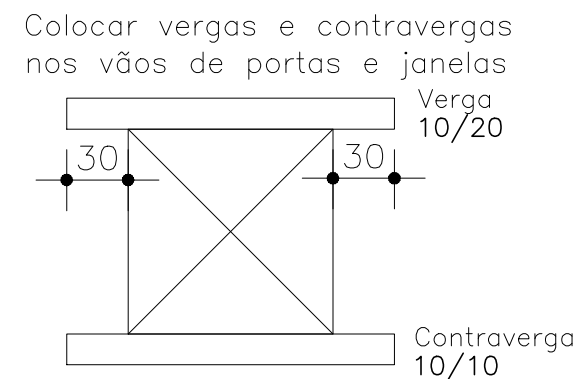
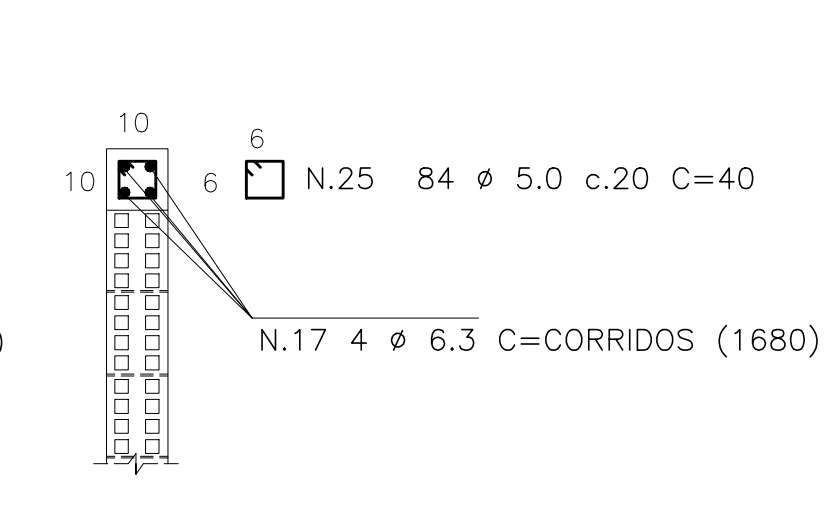
PRANCHA 02/03
CORTE A-A
CORTE B-B



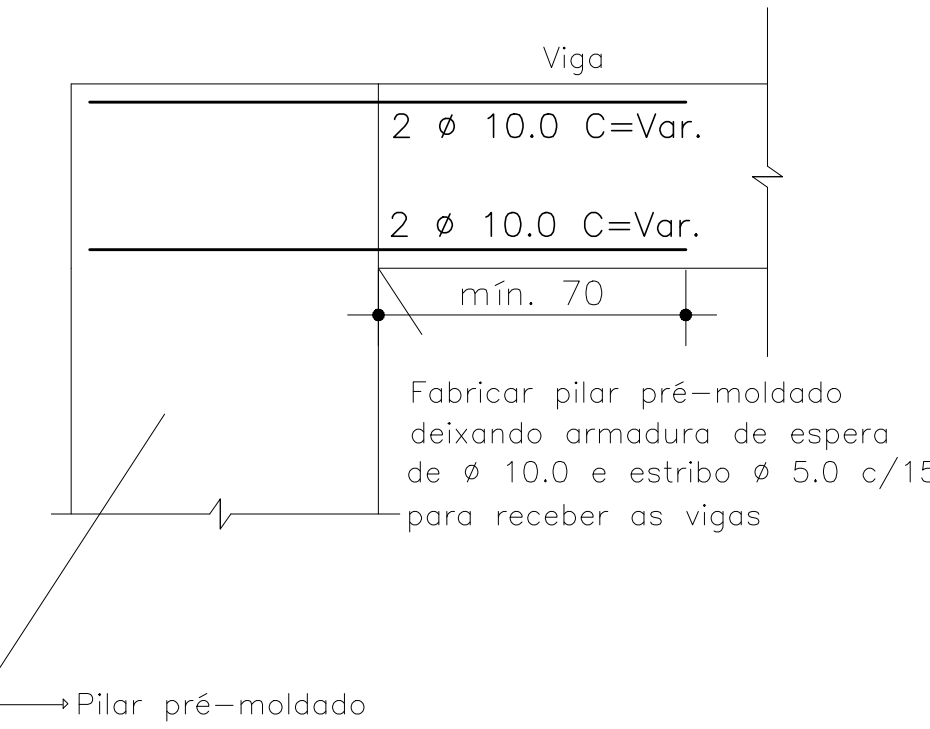
VERGAS NOS VÃOS DE JANELAS E PORTAS (10/20)



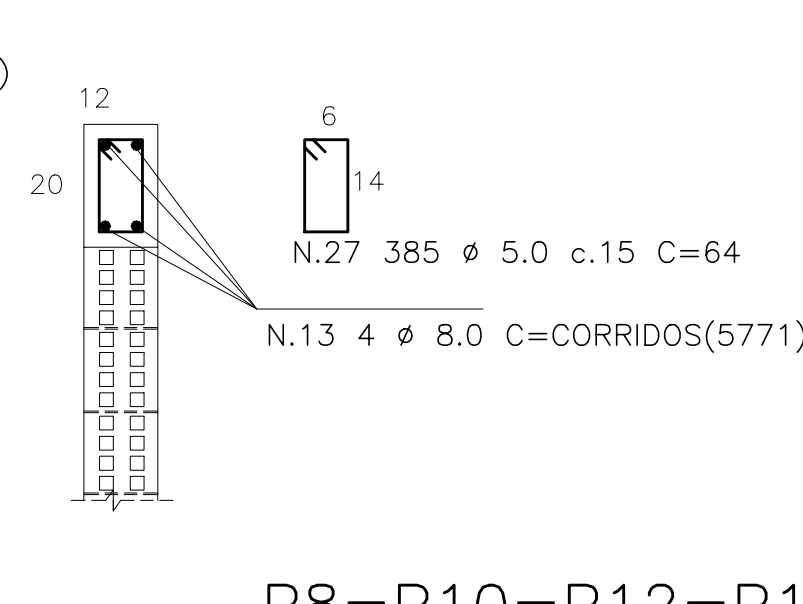
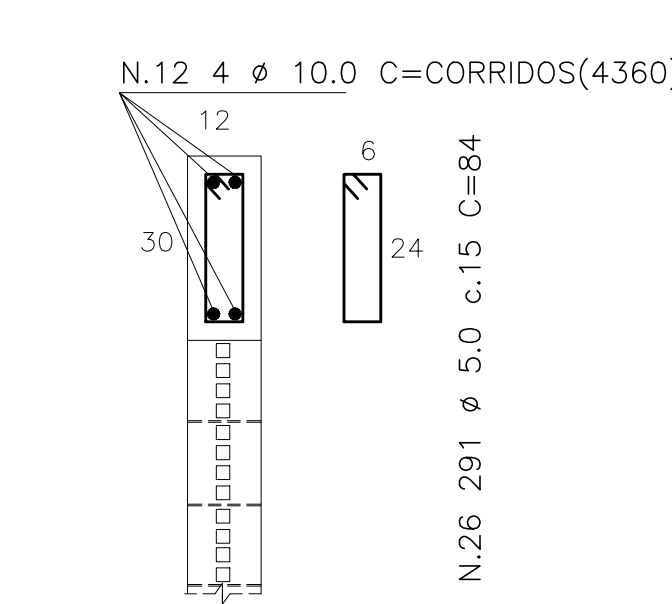
CONTRAVERGAS NOS VÃOS DE JANELAS (10/10)



DETALHE DA ARMADURA DE ESPERA



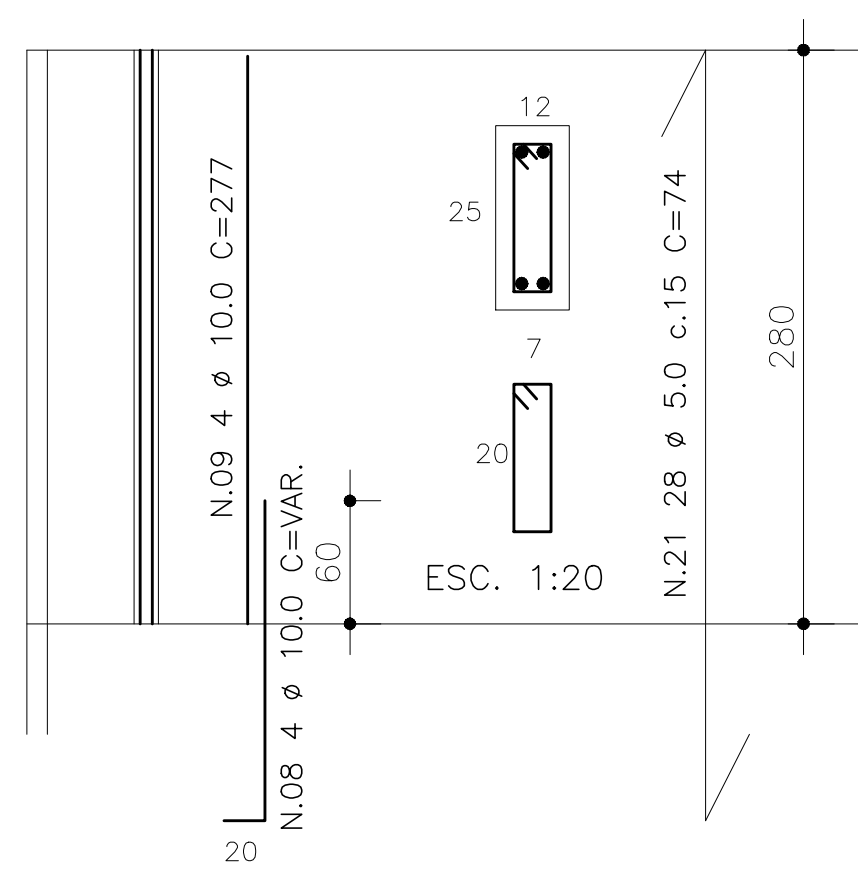
CINTAS SOBRE PAREDES NOVAS CINTAS (12/30) CINTAS (12/20)



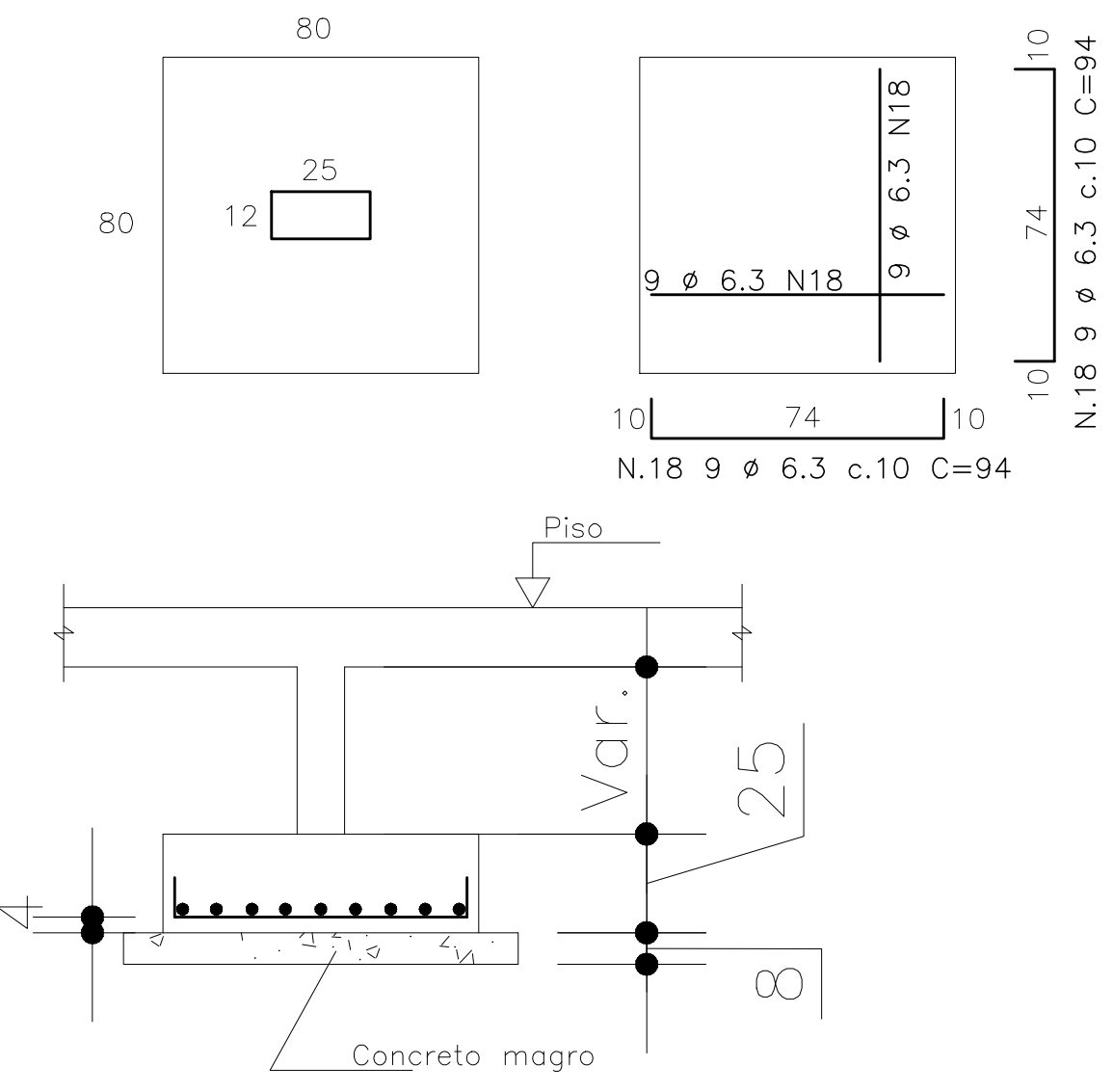
P8=P10=P12=P13=P14=
P15=P16=P17=P18=P19=
P20=P21=P23=P25
25/20 (14x)

PILARES

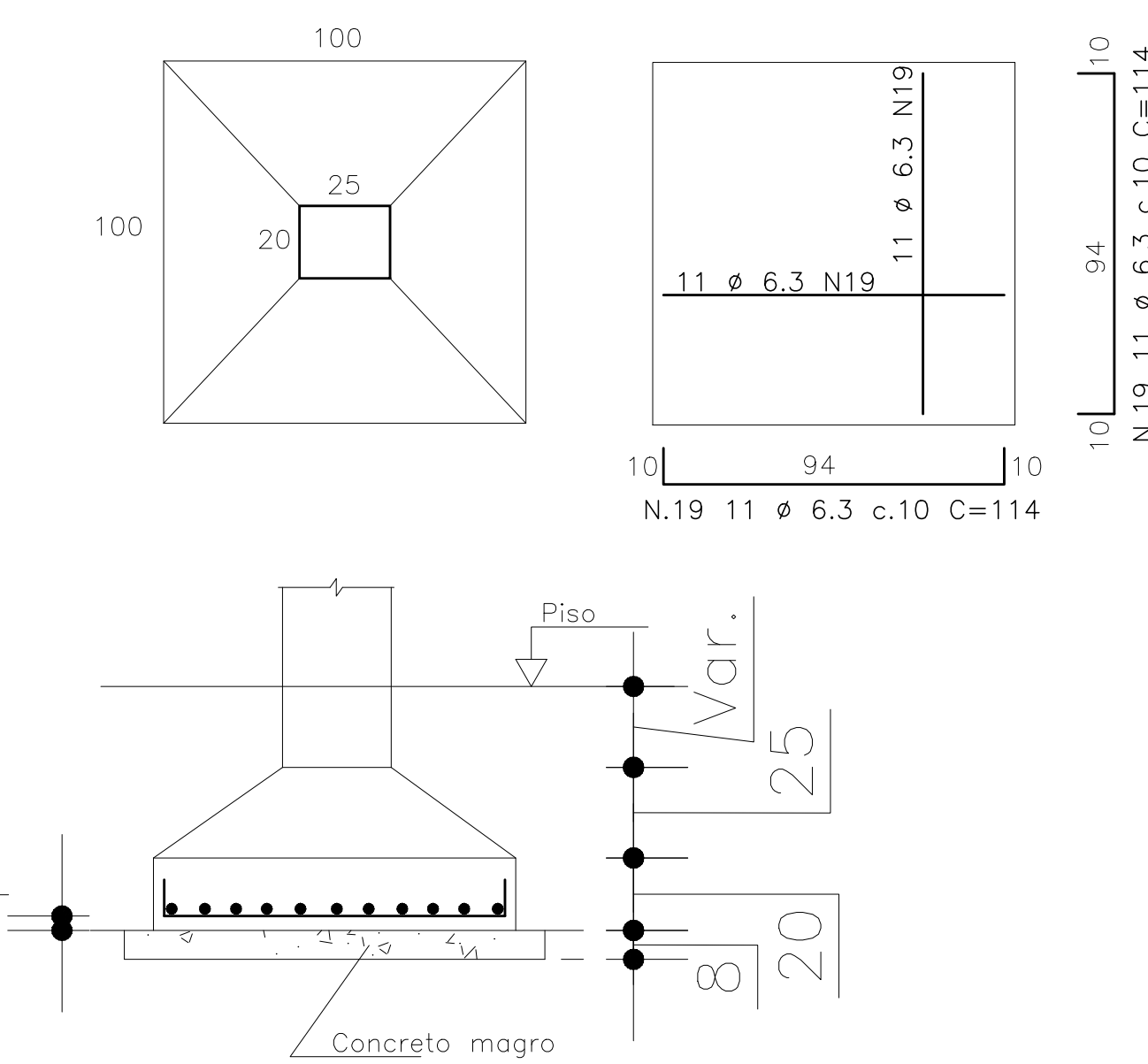
P1=P2=P3=P4=P5=P6=
P7=P26=P27=P28=P29=
P30=P31=P32
25/12 (14x)



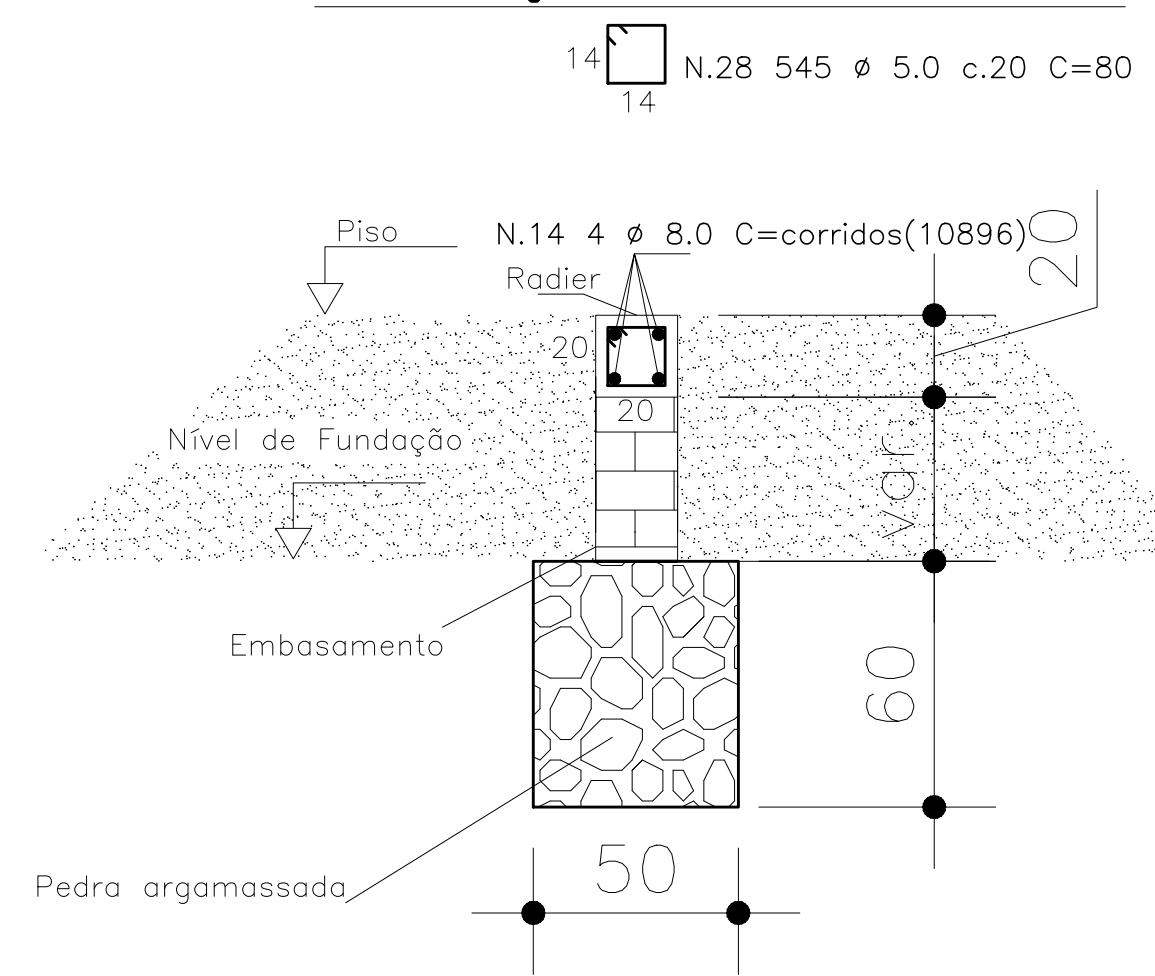
SP1=SP2=SP3=SP4=SP5=SP6=SP7
80/80 (14x)



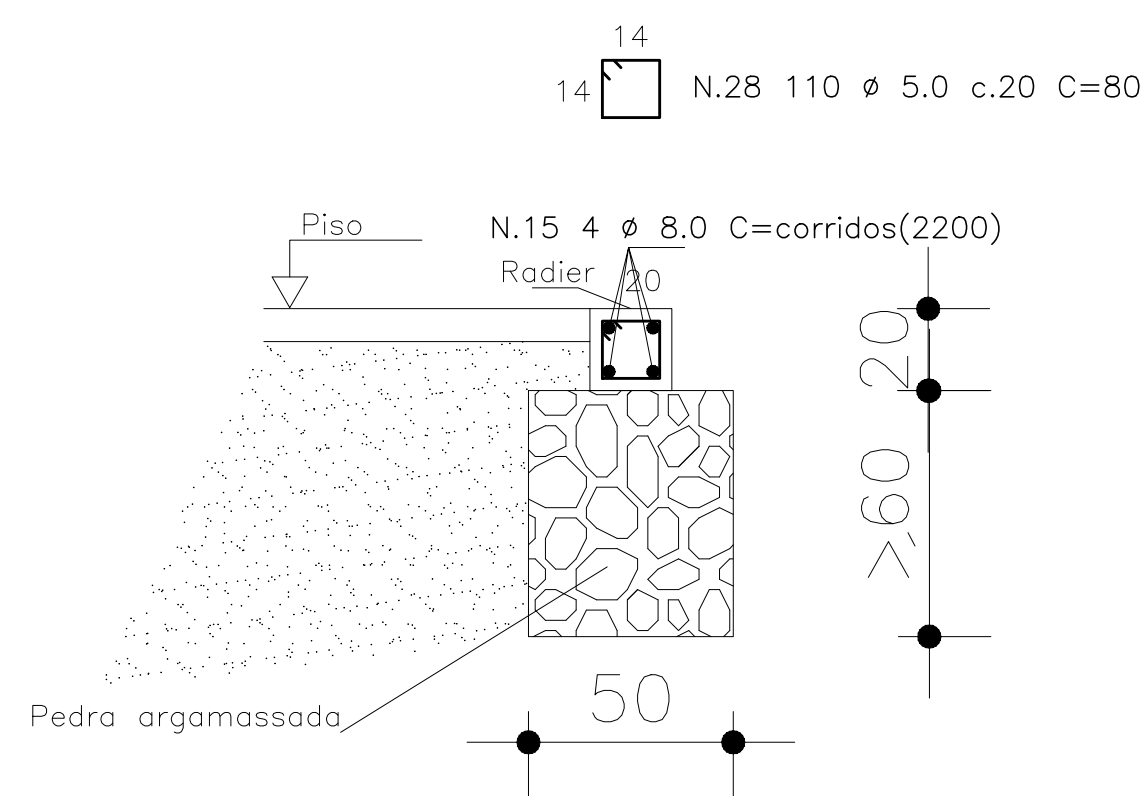
SP8=SP9=SP10=SP11=SP12=SP13=
SP14=SP15=SP16=SP17=SP18=SP19=
SP20=SP21=SP22=SP23=SP24=SP25
100/100 (18x)



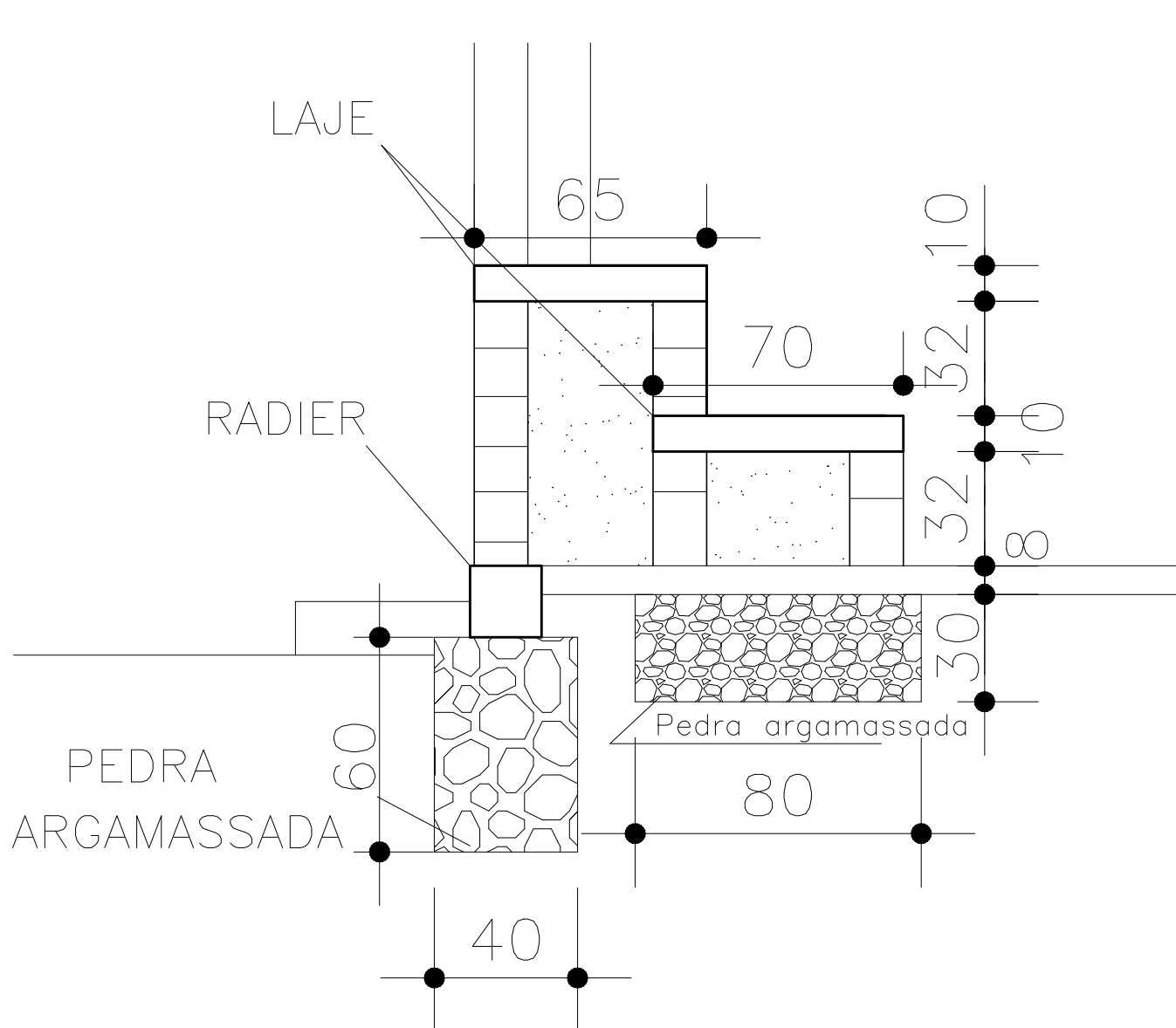
FUNDAÇÃO DAS PAREDES



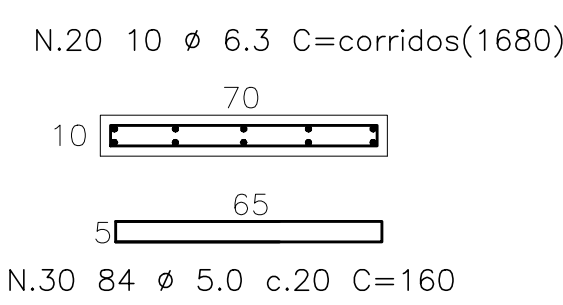
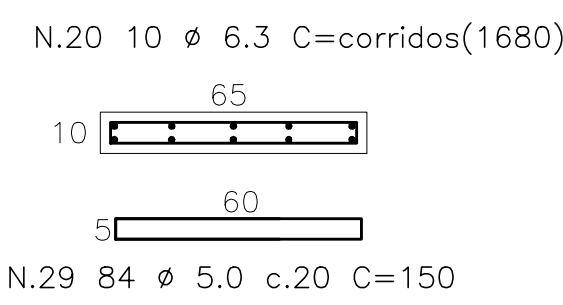
FUNDAÇÃO DAS PAREDES LATERAIS SOBRE ARQUIBANCADA



DETALHE EM CORTE DAS ARQUIBANCADAS



ARMAÇÃO DAS LAJES ARQUIBANCADAS



LISTA DE FERROS				
N	CA50 Ø	CA60 Ø	QUANT.	COMPRIMENTOS(cm)
				UNIT. TOTAL
1	12.5		108	VAR. 21600
2	12.5		108	430 46440
3	12.5		84	187 15708
4	12.5		24	250 6000
5	12.5		24	177 4248
6	12.5		24	520 12480
7	12.5		12	600 7200
8	10.0		56	VAR. 11200
9	10.0		56	277 15512
10	10.0		24	380 9120
11	10.0		12	800 9600
12	10.0		4	CDRR. 17440
13	8.0		4	CDRR. 23084
14	8.0		4	CDRR. 43584
15	8.0		4	CDRR. 8800
16	6.3		4	CDRR. 10320
17	6.3		4	CDRR. 6720
18	6.3		252	94 23688
19	6.3		396	114 45144
20	6.3		20	CDRR. 33600
21		5.0	392	74 29008
22		5.0	912	90 82080
23		5.0	524	100 52400
24		5.0	129	60 7740
25		5.0	84	40 3360
26		5.0	291	84 24444
27		5.0	385	64 24640
28		5.0	655	80 52400
29		5.0	84	150 12600
30		5.0	84	160 13440

RESUMO AÇO CA60			
Ø	kg/m	COMPR. (m)	PESO (kg)
5	0.157	3021.12	522
PESO TOTAL			522

RESUMO AÇO CA50			
Ø	kg/m	COMPR. (m)	PESO (kg)
6.3	0.248	1194.72	326
8.0	0.393	754.68	327
10.0	0.624	629.72	431
12.5	1.000	1136.76	1251
PESO TOTAL			2335

NOTA:

-CONFERIR COTAS "N. LOCO"
-A EXECUÇÃO DA ESTRUTURA DEVERÁ SEGUIR AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS DA ABNT, A NBR 6118.
-ADOTAR CONTROLE RIGOROSO DE CONCRETO.
-PROJETO CONFORME A NBR6118/2003.
-CARGAS PARA CÁLCULO CONFORME A NBR6120/1980.
-Fck > 25MPa
-COBRIMENTOS: 2.5, 3.0 e 4.0cm.



PROJETO:

ESTRUTURAL

fck = 25 MPa; fyd = 500MPa e 600MPa
Taxa de trabalho do solo = 3,0Kg/cm²
Capacidade de carga p/ laje = 500Kg/m²

ENDEREÇO DA OBRA:

AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA, BAIRRO CENTRO NA CIDADE DE MATUREIA PB.

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA PB

VISTOS:

Secretário SEINFRA

Proprietário

Responsável Técnico

ESCALAS:

Indicadas

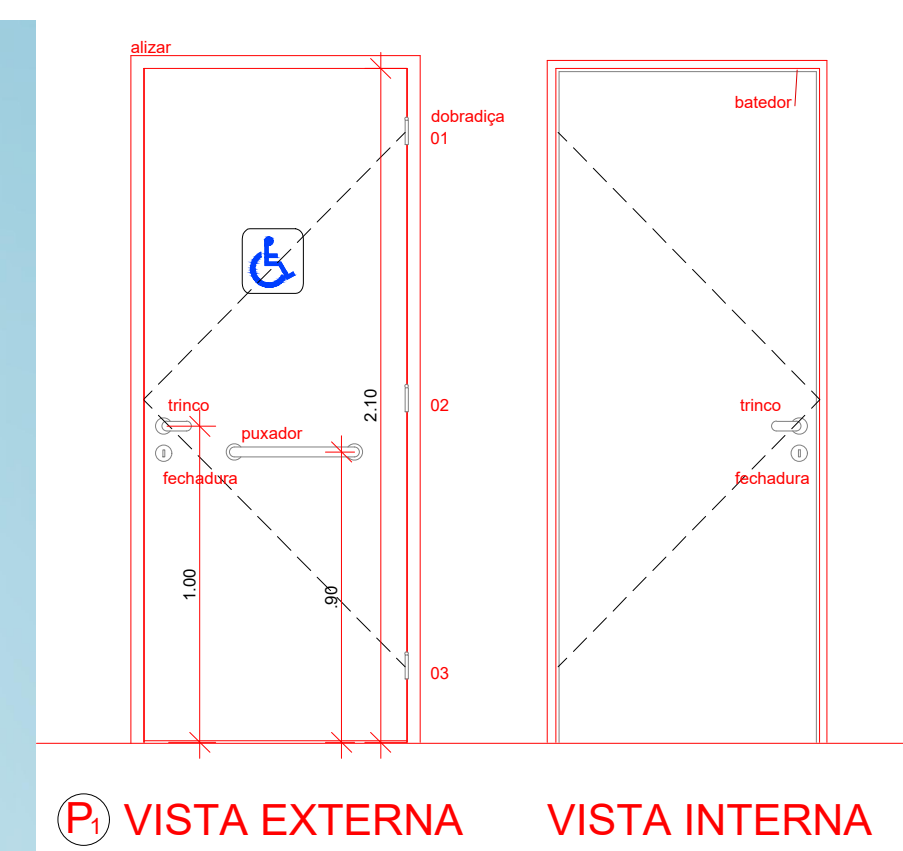
ÁREAS:

PRANCHA 03/03

VIGAS
PILARES
SAPATAS

DATA:

OUTUBRO/2025







FACHADA FRONTAL
ESCALA - 1/100




















CORTE - BB
ESCALA - 1/100



PISO	 CERÂMICA PISO 04 ANTEDECORANTE COR BRANCA - DIMENSÃO MINIMA 30x30cm REJUNTE EPOX CINZA CLARO
PARADE	 CERÂMICA DE PISO AO TETO PEI 04 COR BRANCA DIM.MINIMA 30x30cm REJUNTE EPOX CINZA CLARO
PAREDE	 PAREDE COM REBOCO, SELADA E EMASSADA - ACABAMENTO EM TINTA ACRÍLICA 3 DEMÃOS NA COR BRANCA - ACABAMENTO SEMIBRILHO.
TETO	 FORRO DE GESSO LISO - ACAB. TINTA ACRÍLICA BRANCO NEVE

ESPECIFICAÇÕES	QUANT.
----------------	--------

	CUBA REDONDA DE EMBUIR, LINHA CARRARA TIPO L41, DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	04
	TORNEIRA DE BANCADA EM METAL CROMADO, BICA BAIXA – LORENZETTI LINHA LORENFRESH LIGHT OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	04
	LAVATÓRIO SUSPENSÃO DE CANTO, LINHA IZY, DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	02
	TORNEIRA DE BANCADA EM METAL CROMADO, BICA BAIXA – LORENZETTI LINHA LORENFRESH LIGHT OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	02
	MICTÓRIO COM SIFÃO INTEGRADO – REF. M.712 – DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	01
	CHUVEIRO DE PAREDE LORENZETTI OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	06
	DIVISÓRIAS EM GRANITO CINZA ANDORINHA, PORTADA DE ALUMÍNIO PINTADA NA COR BRANCA. FECHADURA TIPO LIVRE/OCCUPADO.	18m ² 06(portas)
	BACIA SANITÁRIA COM CAIXA ACOPLADA – LINHA VOGUE – DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	02
	BARRA DE APOIO HORIZONTAL EM AÇO INOXIDÁVEL – REF. 2310 (DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO).	04
	BARRA DE APOIO VERTICAL EM AÇO INOXIDÁVEL – REF. 2310 (DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO).	06
	CADEIRA DE BANHO LINHA CONFORTO NA COR BRANCA – DECA OU EQUIVALENTE TÉCNICO.	02
	BANCO DE CONCRETO COM ACABAMENTO EM GRANITO CINZA ANDORINHA.	3m ²
	BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA, RESPAUDO E TESTEIRA COM 5cm.	3m ²
	PORTA DE MADEIRA EMBUIA SEMIOCA FORMICADA NA COR BRANCA, ALUSAR NA COR NATURAL COM ACABAMENTO EM VERNIZ, FECHADURA CILINDRO EM METAL CROMADO.	04
	PORTA DE ALUMÍNIO COM ACABAMENTO EM ESMALTE SINTÉTICO BRANCO FOSCO, FECHADURA TIPO LIVRE/OCCUPADO.	06
	RAIO DO ALVENARIA SEM ESQUADRIA, PEITORIL=1,80m, ALTURA=0,15m.	06

	<h2 style="margin: 0;">GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA</h2> <h3 style="margin: 0;">PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUREIA-PB</h3>
Projeto: GINÁSIO EM PÓRTICO - PADRÃO COM VESTIÁRIO	
Local: AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA, MATUREIA-PB	
<div style="float: right; font-size: small; margin-top: 10px;"> NÚMERO REGISTRADO Nº 146512-0/2014 Emissão em 12/05/2014 às 14:05:00 OBRIGATORIO A VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO EM: www.cadastros.transparencia.org.br CANCELAMENTO EM: www.transparencia.org.br CANCELAMENTO EM: www.transparencia.org.br </div> <div style="clear: both;"></div> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">NUNES SILVA NUNES/04312079457</p>	
Arquiteto:	Engenheiros:
Resp. CAD: _____	Escalas: 1:100
Prancha: _____	Data: 10/02/2014
Desenhos: <div style="text-align: center; padding: 20px;"> PLANTAS BAIXAS PLANTA DE COBERTA CORTES / FACHADAS </div>	Áreas: MEDIDA TOTAL GINÁSIO=432,86 m²

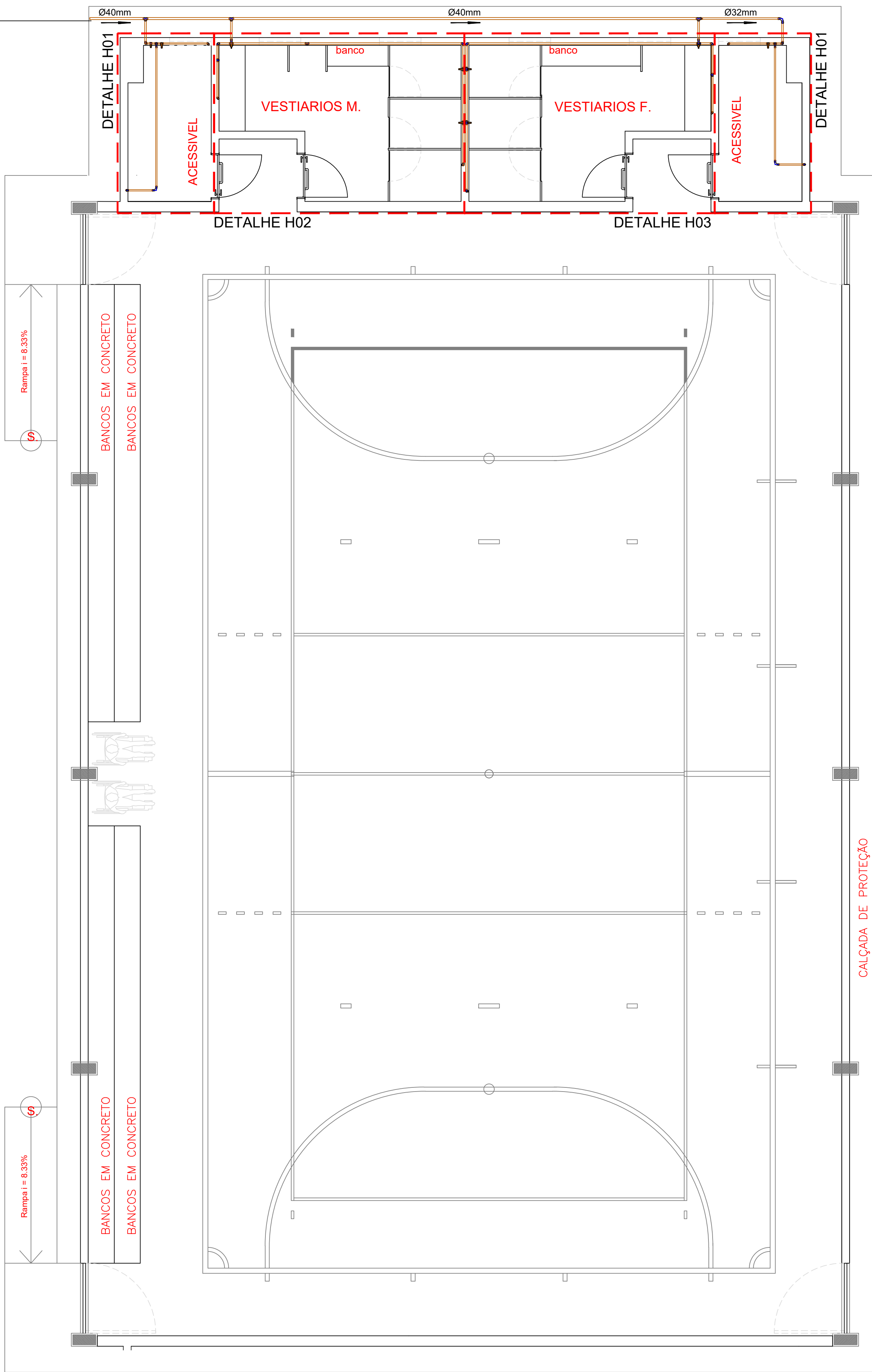


TABELA DE CONEXÕES

01 JOELHO 45° PVC SOL Ø20mm	57 TÊ 90° PVC SOL/ROS C/ RED Ø32x3/4"
02 JOELHO 45° PVC SOL Ø25mm	58 TÊ 90° PVC SOL/BL Ø20x1/2"
03 JOELHO 45° PVC SOL Ø32mm	59 TÊ 90° PVC SOL/BL Ø25x3/4"
04 JOELHO 45° PVC SOL Ø40mm	60 TÊ 90° PVC SOL/BL C/ RED Ø25x1/2"
05 JOELHO 45° PVC SOL Ø50mm	61 TÊ 90° PVC SOL/BL C/ RED Ø32x3/4"
06 JOELHO 45° PVC SOL Ø60mm	62 LUVA RED PVC SOL Ø25x20mm
07 JOELHO 45° PVC SOL Ø75mm	63 LUVA RED PVC SOL Ø32x25mm
08 JOELHO 45° PVC SOL Ø85mm	64 LUVA RED PVC SOL Ø40x32mm
09 JOELHO 90° PVC SOL Ø20mm	65 LUVA RED PVC SOL Ø50x25mm
10 JOELHO 90° PVC SOL Ø25mm	66 LUVA RED PVC SOL Ø60x50mm
11 JOELHO 90° PVC SOL Ø32mm	67 LUVA PVC SOL/ROS Ø20x1/2"
12 JOELHO 90° PVC SOL Ø40mm	68 LUVA PVC SOL/ROS Ø25x3/4"
13 JOELHO 90° PVC SOL Ø50mm	69 LUVA PVC SOL/ROS C/ RED Ø25x1/2"
14 JOELHO 90° PVC SOL Ø60mm	70 LUVA PVC SOL/ROS Ø32x1"
15 JOELHO 90° PVC SOL Ø75mm	71 LUVA PVC SOL/ROS Ø40x1.1/4"
16 JOELHO 90° PVC SOL Ø85mm	72 LUVA PVC SOL/ROS Ø50x1.1/2"
17 JOELHO 90° PVC SOL/ROS Ø20x1/2"	73 LUVA PVC SOL/BL Ø20x1/2"
18 JOELHO 90° PVC SOL/ROS Ø25x3/4"	74 LUVA PVC SOL/BL Ø25x3/4"
19 JOELHO 90° PVC SOL/ROS C/ RED Ø25x1/2"	75 LUVA PVC SOL/BL C/ RED Ø25x1/2"
20 JOELHO 90° PVC SOL/ROS C/ RED Ø32x3/4"	76 LUVA PVC SOL/BL Ø32x1"
21 JOELHO 90° PVC SOL/BL Ø20x1/2"	77 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø25x20mm
22 JOELHO 90° PVC SOL/BL Ø25x3/4"	78 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø32x25mm
23 JOELHO 90° PVC SOL/BL C/ RED Ø25x1/2"	79 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø40x32mm
24 JOELHO 90° PVC SOL/BL C/ RED Ø32x3/4"	80 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø50x40mm
25 JOELHO RED 90° PVC SOL 25x20mm	81 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø60x50mm
26 JOELHO RED 90° PVC SOL 32x25mm	82 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø75x60mm
27 CURVA 90° PVC SOL Ø20mm	83 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø85x75mm
28 CURVA 90° PVC SOL Ø25mm	84 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø32x20mm
29 CURVA 90° PVC SOL Ø32mm	85 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø40x20mm
30 CURVA 90° PVC SOL Ø40mm	86 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø40x25mm
31 CURVA 90° PVC SOL Ø50mm	87 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø50x20mm
32 CURVA 90° PVC SOL Ø60mm	88 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø50x25mm
33 CURVA 90° PVC SOL Ø75mm	89 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø50x32mm
34 CURVA 90° PVC SOL Ø85mm	90 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø60x25mm
35 TÊ 90° PVC SOL Ø20mm	91 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø60x32mm
36 TÊ 90° PVC SOL Ø25mm	92 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø60x40mm
37 TÊ 90° PVC SOL Ø32mm	93 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø60x50mm
38 TÊ 90° PVC SOL Ø40mm	94 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø75x50mm
39 TÊ 90° PVC SOL Ø50mm	95 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø85x50mm
40 TÊ 90° PVC SOL Ø60mm	96 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø110x60mm
41 TÊ 90° PVC SOL Ø75mm	A1 ADAPTADOR PVC SOL/ROS CURTO Ø20x1/2"
42 TÊ 90° PVC SOL Ø85mm	A2 ADAPTADOR PVC SOL/ROS CURTO Ø25x3/4"
43 TÊ RED 90° PVC SOL Ø25x20mm	A3 ADAPTADOR PVC SOL/ROS CURTO Ø32x1"
44 TÊ RED 90° PVC SOL Ø32x25mm	A4 ADAPTADOR PVC SOL/ROS CURTO Ø40x1.1/4"
45 TÊ RED 90° PVC SOL Ø40x25mm	A5 ADAPTADOR PVC SOL/ROS CURTO Ø40x1.1/2"
46 TÊ RED 90° PVC SOL Ø40x32mm	A6 ADAPTADOR PVC SOL/ROS CURTO Ø50x1.1/4"
47 TÊ RED 90° PVC SOL Ø50x20mm	A7 ADAPTADOR PVC SOL/ROS CURTO Ø50x1.1/2"
48 TÊ RED 90° PVC SOL Ø50x25mm	A8 ADAPTADOR PVC SOL/ROS CURTO Ø60x2"
49 TÊ RED 90° PVC SOL Ø50x32mm	A9 ADAPTADOR PVC SOL/ROS CURTO Ø75x2.1/2"
50 TÊ RED 90° PVC SOL Ø50x40mm	A10 ADAPTADOR PVC SOL/ROS CURTO Ø85x3"
51 TÊ RED 90° PVC SOL Ø60x25mm	A11 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø20mm
52 TÊ RED 90° PVC SOL Ø75x50mm	A12 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø25mm
53 TÊ RED 90° PVC SOL Ø85x60mm	A13 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø32mm
54 TÊ 90° PVC SOL/ROS Ø20x1/2"	A14 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø40mm
55 TÊ 90° PVC SOL/ROS Ø25x3/4"	A15 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø50mm
56 TÊ 90° PVC SOL/ROS C/ RED Ø25x1/2"	A16 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø60mm

SIMBOLOGIA

TUBO PVC SOLDÁVEL Ø20mm	LV PONTO P/ LAVATÓRIO
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø25mm	CH PONTO P/ CHUVEIRO
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø32mm	BS PONTO P/ BACIA SANITÁRIA
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø40mm	PIA PONTO P/ PIA DE COZINHA
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø50mm	DC PONTO P/ DUCHA HIGIÊNICA
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø60mm	TJ TORNEIRA DE JARDIM
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø75mm	TQ PONTO P/ TANQUE
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø85mm	RG REGISTRO DE GAVETA
TUBO PVC SOLDÁVEL EM PAREDE	AF COLUMNA DE ÁGUA FRIA
TUBO PVC SOLDÁVEL SOB PISO	AF ÁGUA FRIA
TUBO PVC SOLDÁVEL NO TETO	REC REGALQUE

NOTAS

01

N° DA CONEXÃO PELA LEGENDA

3 x 01

N° DA CONEXÃO PELA LEGENDA QUANTIDADE A MULTIPLICAR

01 + 02

N° DA CONEXÃO PELA LEGENDA

N° DA CONEXÃO PELA LEGENDA

- EXECUTAR SEGUNDO NORMA NBR-5626

- TEMPERATURA MÁX. DE TRABALHO

- LINHA SOLDÁVEL E ROSCÁVEL: 20°C

- PRESSÃO DE SERVIÇO SOLDÁVEL E ROSCÁVEL:

- TUBOS - 7.5kgf/cm² (75 m.c.a)

- CONEXÕES 20 A 50mm - 7.5 Kgf/cm² (75 m.c.a)

- CONEXÕES 60 A 110mm - 10,0 Kgf/cm² (100 m.c.a)

QUANTITATIVOS ÁGUA FRIA - ALIMENTAÇÃO			
PVC Soldável marrom			
Quant.	Und.	Dimensão	Descrição
11.43	m	40mm	Tubo PVC Soldável marrom (NBR 5648/pe CP19)
2.76	m	32mm	Tubo PVC Soldável marrom (NBR 5648/pe CP19)
1	pc	40mmx25mm	Bucha de redução longa
3	pc	32mm	Curva 90
2	pc	32mmx25mm	Joelho de redução
3	pc	40mmx32mm	Tê de redução

Assinado digitalmente por NUNES SILVA
NUNES SILVA
NUNES-04312675457
Data: 2025.10.13 15:02:57 -03'00'

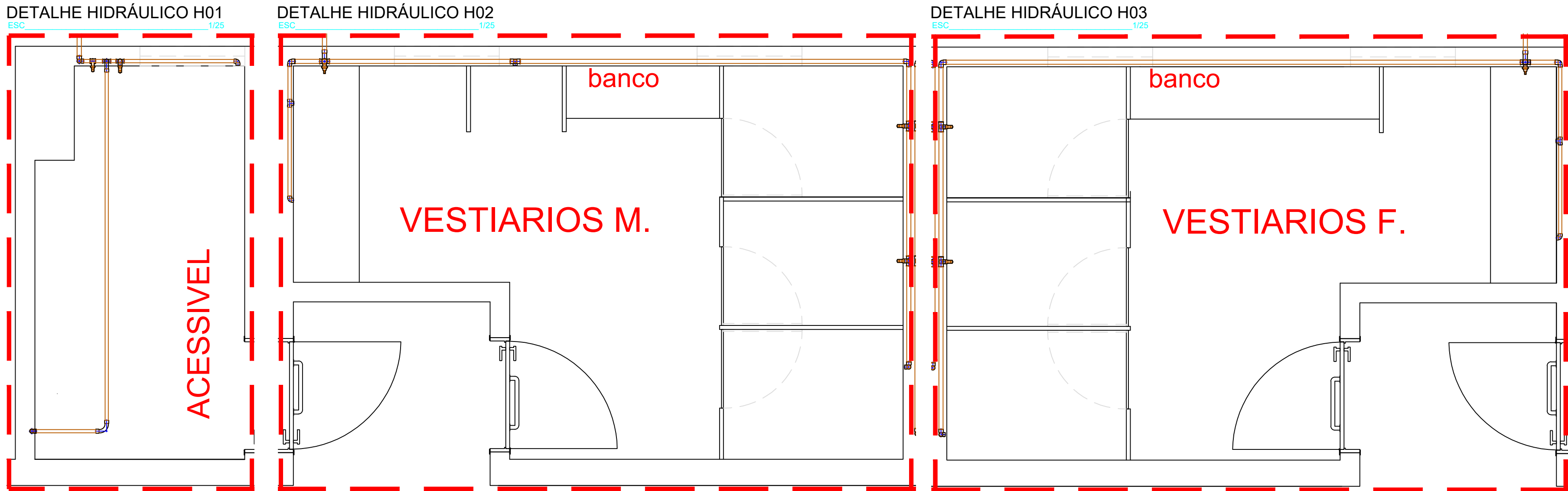
PREFEITURA DE MATURÉIA-PB

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

H 01/02

PROJETO HIDRÁULICO - QUADRA EM PÓRTICO C/ VESTIÁRIO (REDUZIDA)

ESTUDO	DATA	RESPONSÁVEL	PROJETO HIDRÁULICO
DESENHO			
CÓPIA			
ESCALA	DESENHO		
1/50	PLANTA BAIXA GINÁSIO - PROJETO HIDRÁULICO		
S/E	QUANTITATIVOS RESPECTIVOS.		
ARQUITETURA	REVISÃO ARQUITETURA	PROJETO HIDRÁULICO	REVISÃO HIDRÁULICO
	-	OUTUBRO 2025	-



QUANTITATIVOS DETALHE H01 (x 02 und) PVC Soldável marrom				
Quant.	Und.	Dimensão	Descrição	
7.11	m	25mm	Tubo PVC Soldável marrom (NBR 5648/pe CP19)	
2	pc	25mm	Curva 90	
2	pc	25mm	Joelho 90	
4	pc	25mmx1/2"	Joelho 90 com bucha de latão	
2	pc	25mm	Tê	
2	pc	25mmx1/2"	Tê cbucha de latão na bolsa central	

Registros,Valv.,Hid				
Quant.	Und.	Dimensão	Descrição	
1	pc	3/4"	Registro de Gaveta base	
1	pc	3/4"	Registro de Pressão	

QUANTITATIVOS DETALHE H02 (x 01 und) PVC Soldável marrom				
Quant.	Und.	Dimensão	Descrição	
4.53	m	25mm	Tubo PVC Soldável marrom (NBR 5648/pe CP19)	
7.18	m	32mm	Tubo PVC Soldável marrom (NBR 5648/pe CP19)	
1	pc	32mm	Joelho 90	
5	pc	25mmx1/2"	Joelho 90 com bucha de latão	
2	pc	32mmx25mm	Joelho de redução	
1	pc	32mm	Tê	
2	pc	25mmx1/2"	Tê cbucha de latão na bolsa central	
3	pc	32mmx25mm	Tê de redução	

Registros,Valv.,Hid				
Quant.	Und.	Dimensão	Descrição	
1	pc	1"	Registro de Gaveta base	
2	pc	3/4"	Registro de Pressão	

QUANTITATIVOS DETALHE H03 (x 01 und) PVC Soldável marrom				
Quant.	Und.	Dimensão	Descrição	
4.41	m	25mm	Tubo PVC Soldável marrom (NBR 5648/pe CP19)	
7.77	m	32mm	Tubo PVC Soldável marrom (NBR 5648/pe CP19)	
1	pc	32mm	Joelho 90	
4	pc	25mmx1/2"	Joelho 90 com bucha de latão	
2	pc	32mmx25mm	Joelho de redução	
1	pc	32mm	Tê	
2	pc	25mmx1/2"	Tê cbucha de latão na bolsa central	
2	pc	32mmx25mm	Tê de redução	

Registros,Valv.,Hid				
Quant.	Und.	Dimensão	Descrição	
1	pc	1"	Registro de Gaveta base	
2	pc	3/4"	Registro de Pressão	

ISOMÉTRICO DETALHE H01

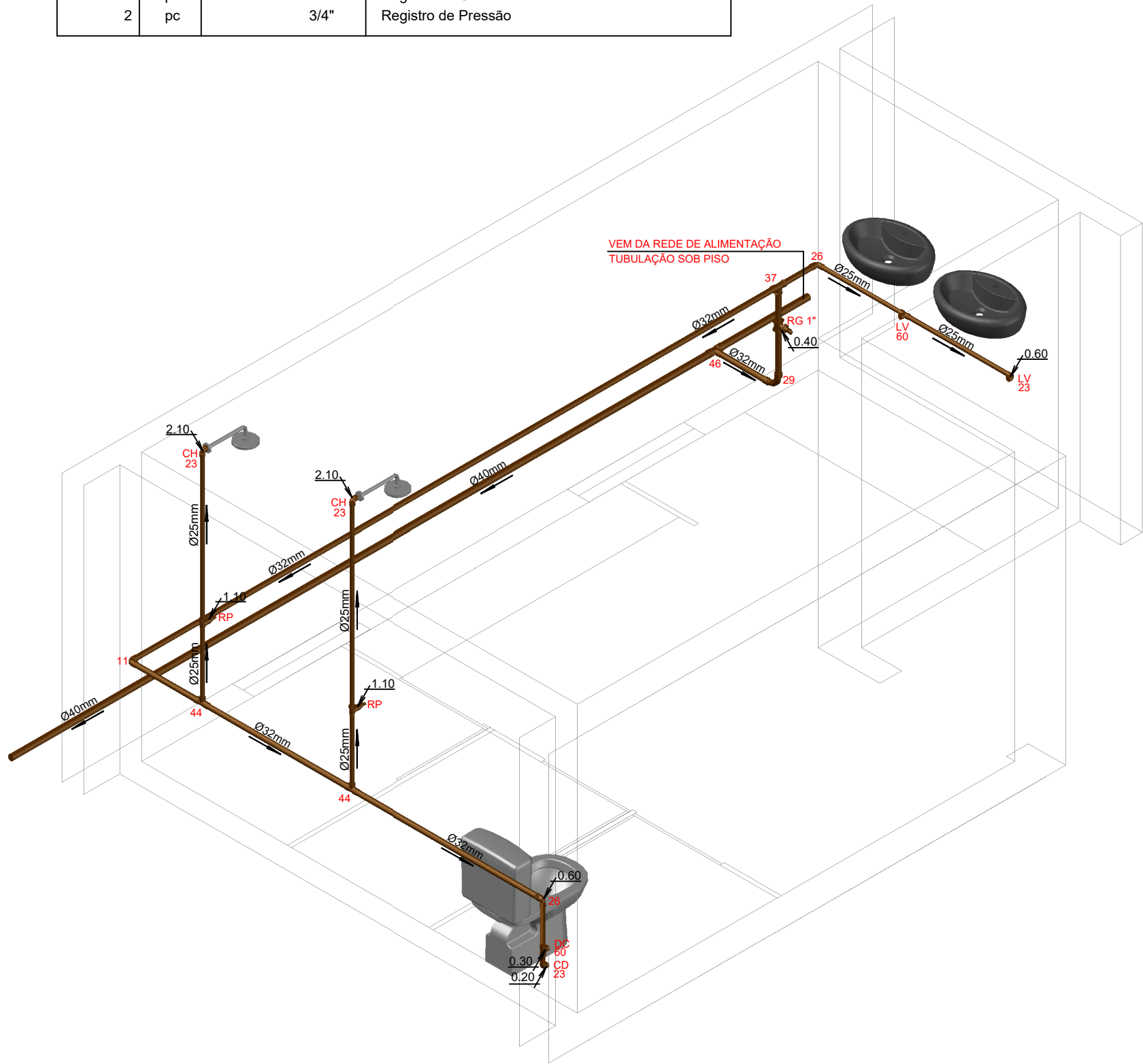
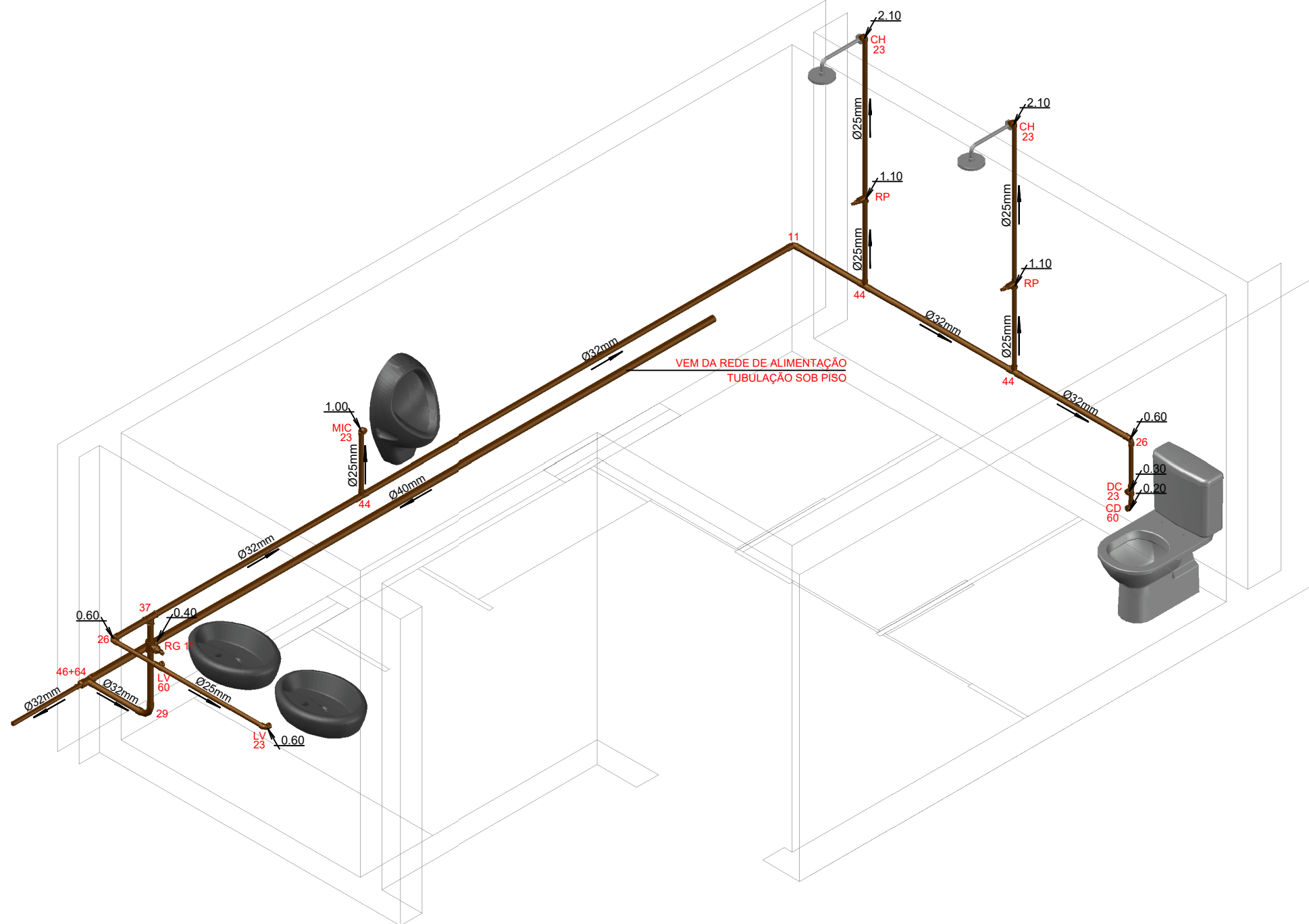
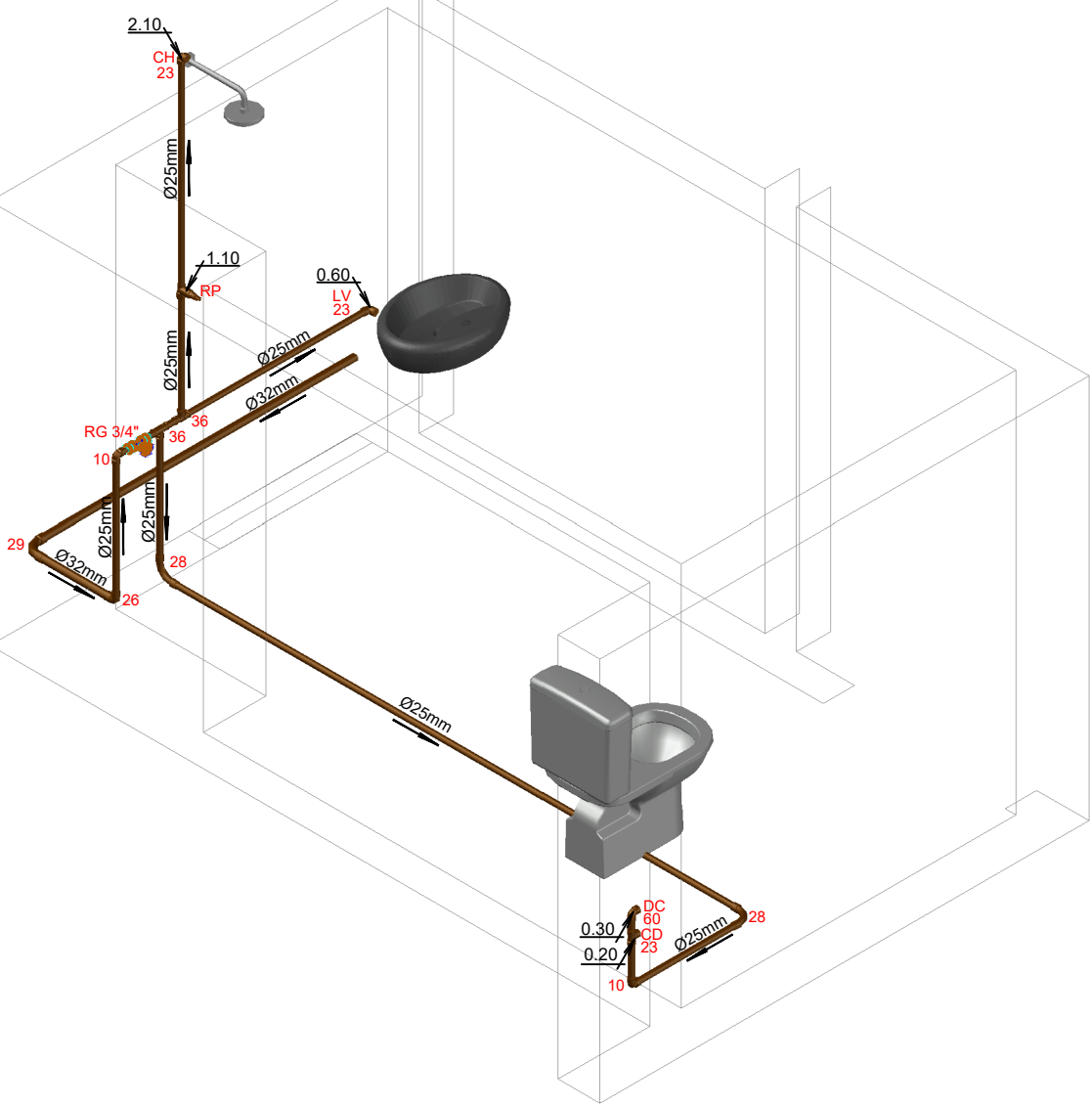


TABELA DE CONEXÕES

01 JOELHO 45° PVC SOL Ø20mm	57 TÊ 90° PVC SOLUROS C/ RED Ø32x3/4"
02 JOELHO 45° PVC SOL Ø25mm	58 TÊ 90° PVC SOLUBL Ø20x1/2"
03 JOELHO 45° PVC SOL Ø32mm	59 TÊ 90° PVC SOLUBL Ø25x3/4"
04 JOELHO 45° PVC SOL Ø40mm	60 TÊ 90° PVC SOLUBL C/ RED Ø25x1/2"
05 JOELHO 45° PVC SOL Ø50mm	61 TÊ 90° PVC SOLUBL C/ RED Ø32x3/4"
06 JOELHO 45° PVC SOL Ø60mm	62 LUVA RED PVC SOL Ø25x20mm
07 JOELHO 45° PVC SOL Ø75mm	63 LUVA RED PVC SOL Ø32x25mm
08 JOELHO 45° PVC SOL Ø85mm	64 LUVA RED PVC SOL Ø40x32mm
09 JOELHO 90° PVC SOL Ø20mm	65 LUVA RED PVC SOL Ø50x25mm
10 JOELHO 90° PVC SOL Ø25mm	66 LUVA RED PVC SOL Ø60x50mm
11 JOELHO 90° PVC SOL Ø32mm	67 LUVA PVC SOLUROS Ø20x1/2"
12 JOELHO 90° PVC SOL Ø40mm	68 LUVA PVC SOLUROS Ø25x3/4"
13 JOELHO 90° PVC SOL Ø50mm	69 LUVA PVC SOLUROS C/ RED Ø25x1/2"
14 JOELHO 90° PVC SOL Ø60mm	70 LUVA PVC SOLUROS Ø32x1"
15 JOELHO 90° PVC SOL Ø75mm	71 LUVA PVC SOLUROS Ø40x1.1/4"
16 JOELHO 90° PVC SOL Ø85mm	72 LUVA PVC SOLUROS Ø50x1.1/2"
17 JOELHO 90° PVC SOLUROS Ø20x1/2"	73 LUVA PVC SOLUBL Ø20x1/2"
18 JOELHO 90° PVC SOLUROS Ø25x3/4"	74 LUVA PVC SOLUBL Ø25x3/4"
19 JOELHO 90° PVC SOLUROS C/ RED Ø25x1/2"	75 LUVA PVC SOLUBL C/ RED Ø25x1/2"
20 JOELHO 90° PVC SOLUROS C/ RED Ø32x3/4"	76 LUVA PVC SOLUBL Ø32x1"
21 JOELHO 90° PVC SOLUBL Ø20x1/2"	77 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø25x20mm
22 JOELHO 90° PVC SOLUBL Ø25x3/4"	78 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø32x25mm
23 JOELHO 90° PVC SOLUBL C/ RED Ø25x1/2"	79 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø40x32mm
24 JOELHO 90° PVC SOLUBL C/ RED Ø32x3/4"	80 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø50x40mm
25 JOELHO RED 90° PVC SOL 25x20mm	81 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø60x50mm
26 BUECHO RED 90° PVC SOL 32x25mm	82 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø75x60mm
27 CURVA 90° PVC SOL Ø20mm	83 BUCHA RED PVC SOL CURTA Ø85x75mm
28 CURVA 90° PVC SOL Ø25mm	84 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø32x20mm
29 CURVA 90° PVC SOL Ø32mm	85 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø40x20mm
30 CURVA 90° PVC SOL Ø40mm	86 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø40x25mm
31 CURVA 90° PVC SOL Ø50mm	87 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø50x20mm
32 CURVA 90° PVC SOL Ø60mm	88 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø50x25mm
33 CURVA 90° PVC SOL Ø75mm	89 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø50x32mm
34 CURVA 90° PVC SOL Ø85mm	90 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø60x25mm
35 TÊ 90° PVC SOL Ø20mm	91 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø60x32mm
36 TÊ 90° PVC SOL Ø25mm	92 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø60x40mm
37 TÊ 90° PVC SOL Ø32mm	93 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø60x50mm
38 TÊ 90° PVC SOL Ø40mm	94 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø75x50mm
39 TÊ 90° PVC SOL Ø50mm	95 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø85x50mm
40 TÊ 90° PVC SOL Ø60mm	96 BUCHA RED PVC SOL LONGA Ø110x60mm
41 TÊ 90° PVC SOL Ø75mm	A1 ADAPTADOR PVC SOLUROS CURTO Ø20x1/2"
42 TÊ 90° PVC SOL Ø85mm	A2 ADAPTADOR PVC SOLUROS CURTO Ø25x3/4"
43 TÊ RED 90° PVC SOL Ø25x20mm	A3 ADAPTADOR PVC SOLUROS CURTO Ø32x1"
44 TÊ RED 90° PVC SOL Ø32x25mm	A4 ADAPTADOR PVC SOLUROS CURTO Ø40x1.1/4"
45 TÊ RED 90° PVC SOL Ø40x25mm	A5 ADAPTADOR PVC SOLUROS CURTO Ø40x1.1/2"
46 TÊ RED 90° PVC SOL Ø40x32mm	A6 ADAPTADOR PVC SOLUROS CURTO Ø50x1.1/4"
47 TÊ RED 90° PVC SOL Ø50x20mm	A7 ADAPTADOR PVC SOLUROS CURTO Ø50x1.1/2"
48 TÊ RED 90° PVC SOL Ø50x25mm	A8 ADAPTADOR PVC SOLUROS CURTO Ø60x2"
49 TÊ RED 90° PVC SOL Ø50x32mm	A9 ADAPTADOR PVC SOLUROS CURTO Ø75x2.1/2"
50 TÊ RED 90° PVC SOL Ø50x40mm	A10 ADAPTADOR PVC SOLUROS CURTO Ø85x3"
51 TÊ RED 90° PVC SOL Ø60x25mm	A11 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø20mm
52 TÊ RED 90° PVC SOL Ø75x50mm	A12 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø25mm
53 TÊ RED 90° PVC SOL Ø85x60mm	A13 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø32mm
54 TÊ 90° PVC SOLUROS Ø20x1/2"	A14 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø40mm
55 TÊ 90° PVC SOLUROS Ø25x3/4"	A15 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø50mm
56 TÊ 90° PVC SOLUROS C/ RED Ø25x1/2"	A16 ADAPTADOR PVC PARA CX D'ÁGUA Ø60mm

SIMBOLOGIA

TUBO PVC SOLDÁVEL Ø20mm	LV	PONTO PI LAVATÓRIO
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø25mm	CH	PONTO PI CHUIVEIRO
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø32mm	BS	PONTO PI BACIA SANITÁRIA
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø40mm	PIA	PONTO PI PIA DE COZINHA
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø50mm	DC	PONTO PI DUCHA HIGIÊNICA
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø60mm	TJ	TORNEIRA DE JARDIM
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø75mm	TQ	PONTO PI TANGUE
TUBO PVC SOLDÁVEL Ø85mm	RG	REGISTRO DE GAVETA
TUBO PVC SOLDÁVEL EM PAREDE	AFC	COLUNA DE ÁGUA FRIA
TUBO PVC SOLDÁVEL SOB PISO	AF	ÁGUA FRIA
TUBO PVC SOLDÁVEL NO TETO	REC	RECALQUE

NOTAS

01	N° DA CONEXÃO PELA LEGENDA	- EXECUTAR SEGUNDO NORMA NBR-5626
3	N° DA CONEXÃO PELA LEGENDA	- TEMPERATURA MÁX. DE TRABALHO
01	N° DA CONEXÃO PELA LEGENDA	- LINHA SOLDÁVEL E ROSCÁVEL 20°C
02	N° DA CONEXÃO PELA LEGENDA	- PRESSÃO DE SERVIÇO SOLDÁVEL E ROSCÁVEL
		- TUBOS - 7.5Kg/cm² (75 m.c.a)
		- CONEXÕES 20 A 50mm - 7.5 Kg/cm² (75 m.c.a)
		- CONEXÕES 60 A 110mm - 10.0 Kg/cm² (100 m.c.a)



PREFEITURA DE MATURÉIA-PE SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

PROJETO HIDRÁULICO - QUADRA EM PÓRTICO C/ VESTIÁRIO (REDUZIDA)

H 02/02

ESTUDO

DESENHO

CÓPIA

ESCALA

1/25

S/E

DATA

RESPONSÁVEL

DESENHO

QUANTITATIVOS RESPECTIVOS.

ARQUITETURA

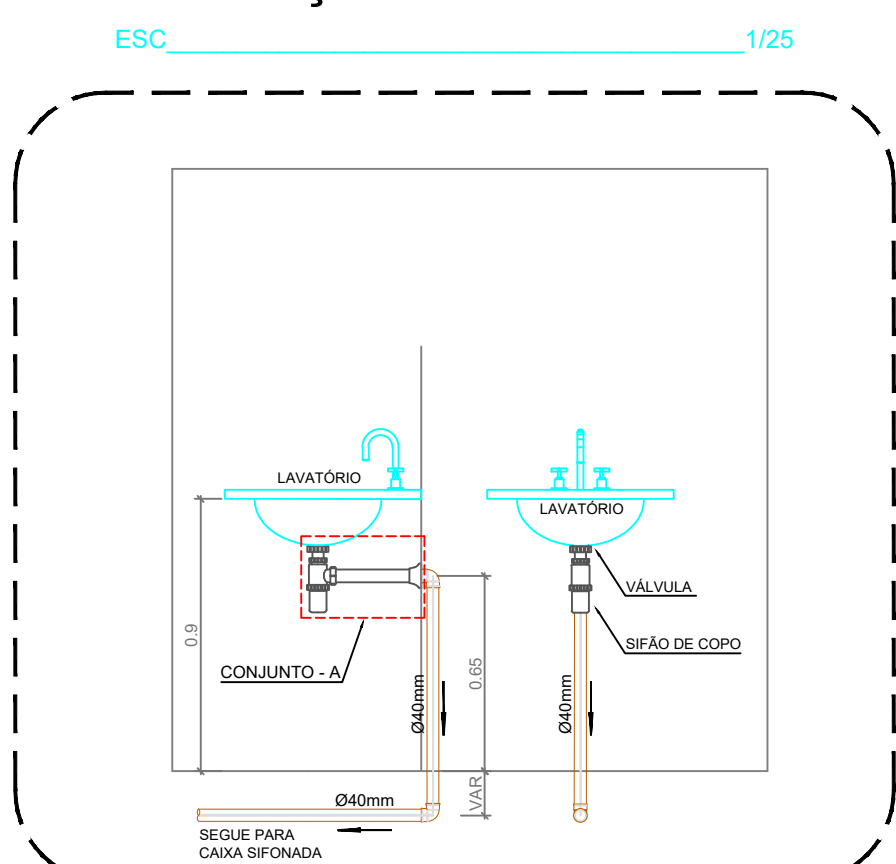
REVISÃO ARQUITETURA

PROJETO HIDRÁULICO

OUTUBRO 2025

REVISÃO HIDRÁULICO

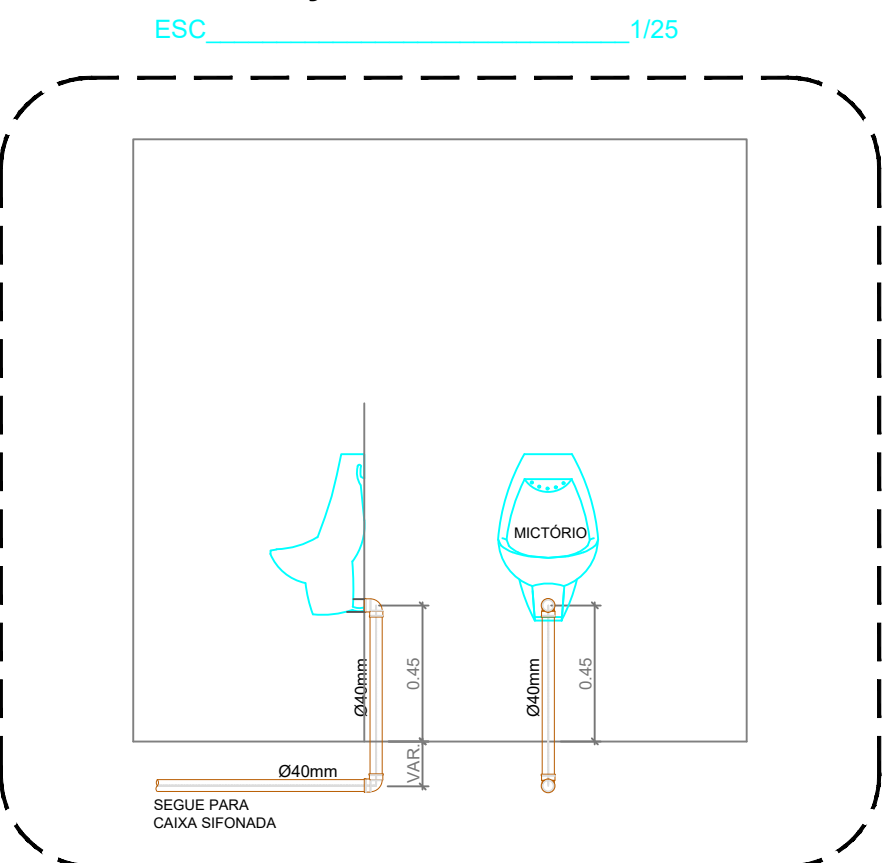
ELEVÇÃO CONJUNTO A



QUADRO DE QUANTITATIVO CONJUNTO A

QTD	UN	DESCRIÇÃO	DIMEN.
01	pc	SIFÃO DE COPO	1"
01	pc	VALVULA CRIMADA PI LAVATORIO	7/8"
01	pc	JOELHO 90° SÉRIE NORMAL	40mm
0,65	m	TUBO DE PVC SÉRIE NORMAL	40mm

ELEVÇÃO CONJUNTO E



OBSERVAÇÃO:

- SIFÃO INTEGRADO NO MICROTÓRIO

QUADRO DE QUANTITATIVO CONJUNTO E

QTD	UN	DESCRIÇÃO	DIMEN.
01	pc	JOELHO 90° PVC ESGOTO	40mm
0,45	m	TUBO DE PVC RIGIDO SOLDÁVEL ESGOTO	40mm
01	pc	SIFÃO INTEGRADO NO COPO DO MICROTÓRIO	VAR.
01	pc	CONECTOR PI MÁQUINA DE LAVAR LOUÇA	VAR.
01	pc	CARRINAGEM PI TUBO ESGOTO	40mm

QUANTITATIVOS DETALHE S01 (x 02 UNID)

Quant.	Und.	Dimensão	Descrição
0,65	m	40mm	Tubo PVC Soldável branco
3,19	m	100mm	Tubo PVC Soldável branco
4,51	m	50mm	Tubo PVC Soldável branco
1	pc	100x100x50mm	Caixa Sifonada
1	pc	100mm	Joelho 45
1	pc	40mm	Joelho 45 secundário
1	pc	100mm	Joelho 90
1	pc	50mm	Joelho 90 secundário
1	pc	40mm	Luva
2	pc	50mm	Luva
1	und		Conjunto A

QUANTITATIVOS DETALHE S02 (x 01 UNID)

Quant.	Und.	Dimensão	Descrição
3,25	m	100mm	Tubo PVC Soldável branco
2,54	m	40mm	Tubo PVC Soldável branco
9,38	m	50mm	Tubo PVC Soldável branco
5	pc	100x100x50mm	Caixa Sifonada
1	pc	100mm	Joelho 45
3	pc	50mm	Joelho 45 secundário
1	pc	100mm	Joelho 90
3	pc	40mm	Joelho 90 secundário
5	pc	50mm	Luva
2	pc	100mm	Luva
2	pc	50mmx40mm	Redução
2	und		Conjunto A
1	und		Conjunto E

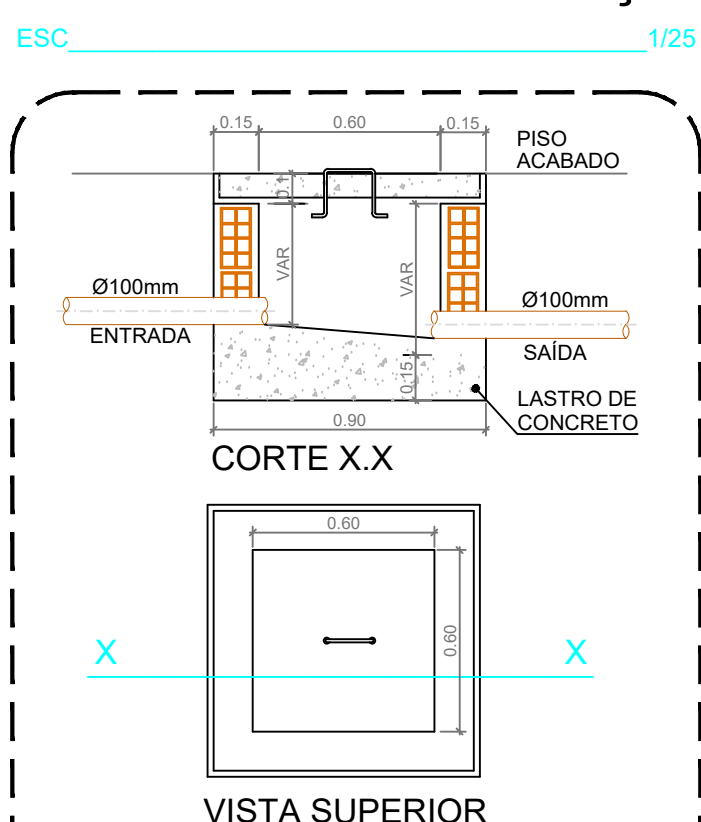
QUANTITATIVOS DETALHE S03 (x 01 UNID)

Quant.	Und.	Dimensão	Descrição
4,11	m	50mm	Tubo PVC Soldável branco
3,26	m	100mm	Tubo PVC Soldável branco
2,97	m	40mm	Tubo PVC Soldável branco
4	pc	100x100x50mm	Caixa Sifonada
2	pc	50mm	Joelho 45
1	pc	40mm	Joelho 45 secundário
1	pc	50mm	Joelho 90
1	pc	100mm	Joelho 90
2	pc	40mm	Joelho 90 secundário
3	pc	50mm	Luva
1	pc	100mm	Luva
2	pc	50mmx40mm	Redução
2	und		Conjunto A

QUANTITATIVOS SANITÁRIOS IMPLANTAÇÃO

Quant.	Und.	Dimensão	Descrição
1,35	m	150mm	Tubo PVC-R Soldável
10,90	m	100mm	Tubo PVC-R Soldável
3	und	600x600mm	Caixa de inspeção

DET. CAIXA DE INSPEÇÃO

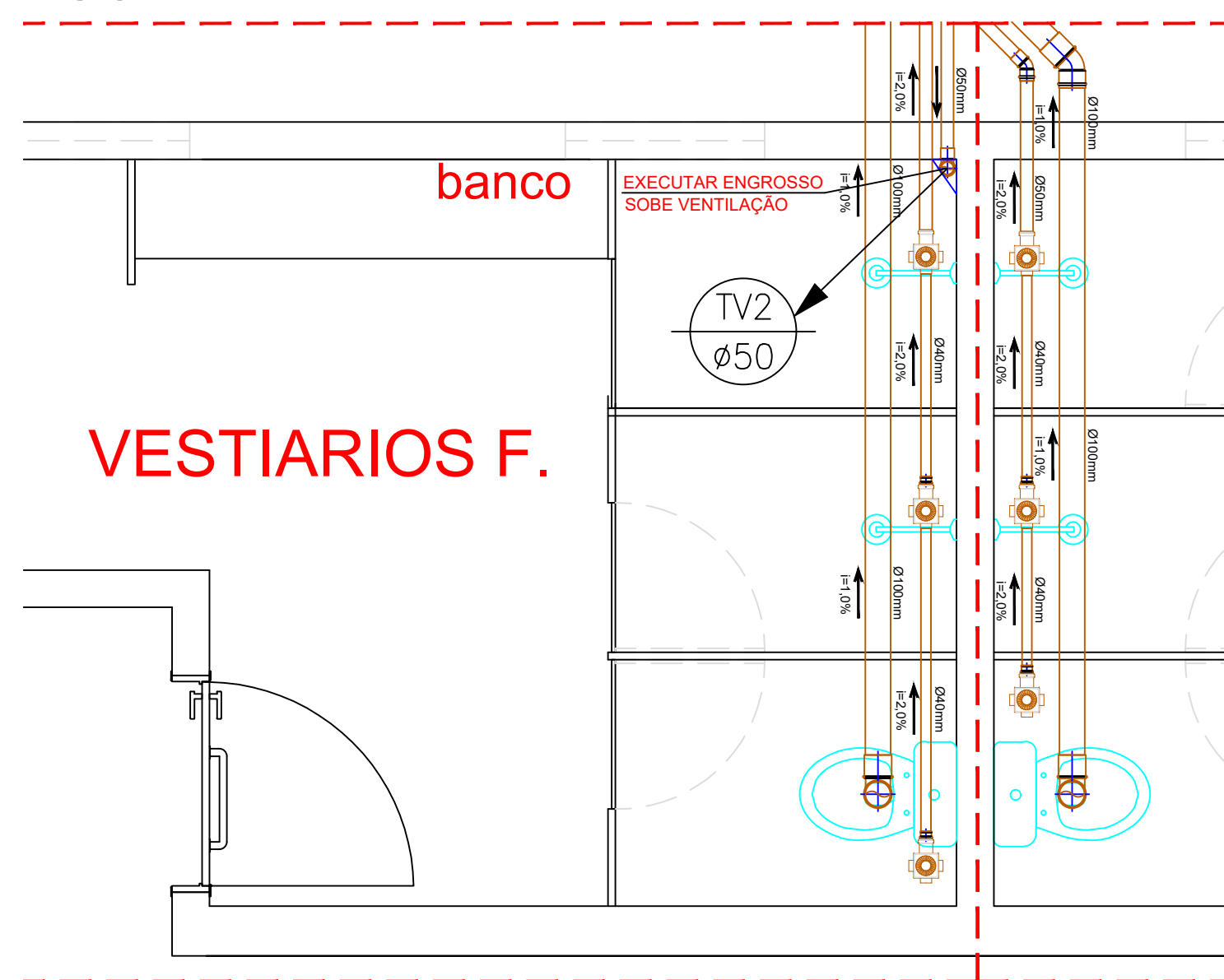


OBSERVAÇÕES:

- AS PAREDES SERÃO O TIPO TUBO TIPO CERÂMICO, ASSENTADOS COM ARGAMASSA.
- AS PAREDES TERÃO CHAPISCO EXTERNO E INTERNO NO TRACÇO 1:2:8 DE CIMENTO/AREIA.
- A REGULARIZAÇÃO DAS PAREDES (EMBOCO) SERÁ NO TRACÇO 1:2:8 DE CIMENTO/AREIA MÉDIA.
- O REBOCO DAS PAREDES SERÁ COM AREIA FINA NO TRACÇO 1:2:9 DE CIMENTO/AREIA FINA.
- A TAMPA SERÁ DE CONCRETO ARMADO COM ALÇA METÁLICA RETRAÍVEL.

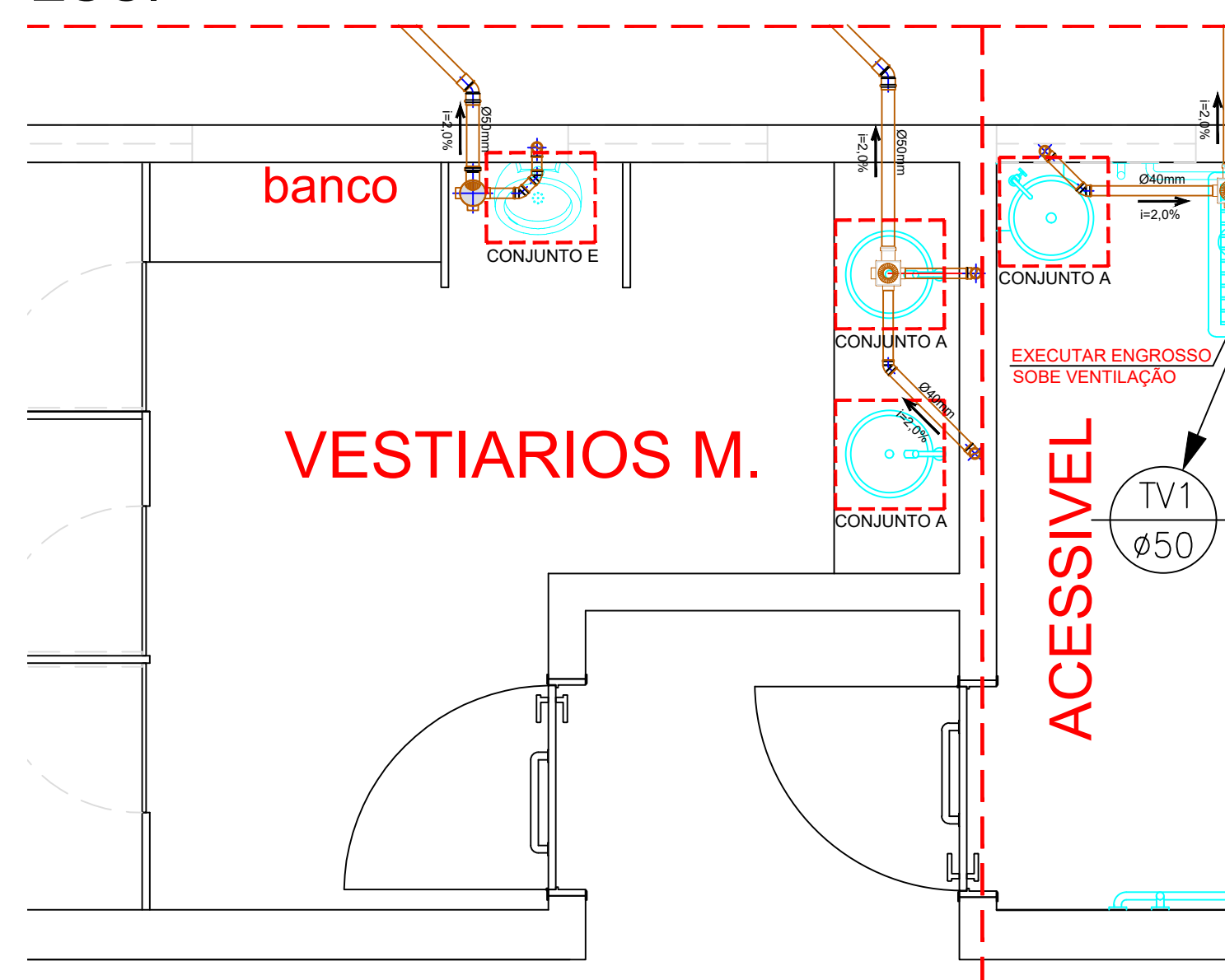
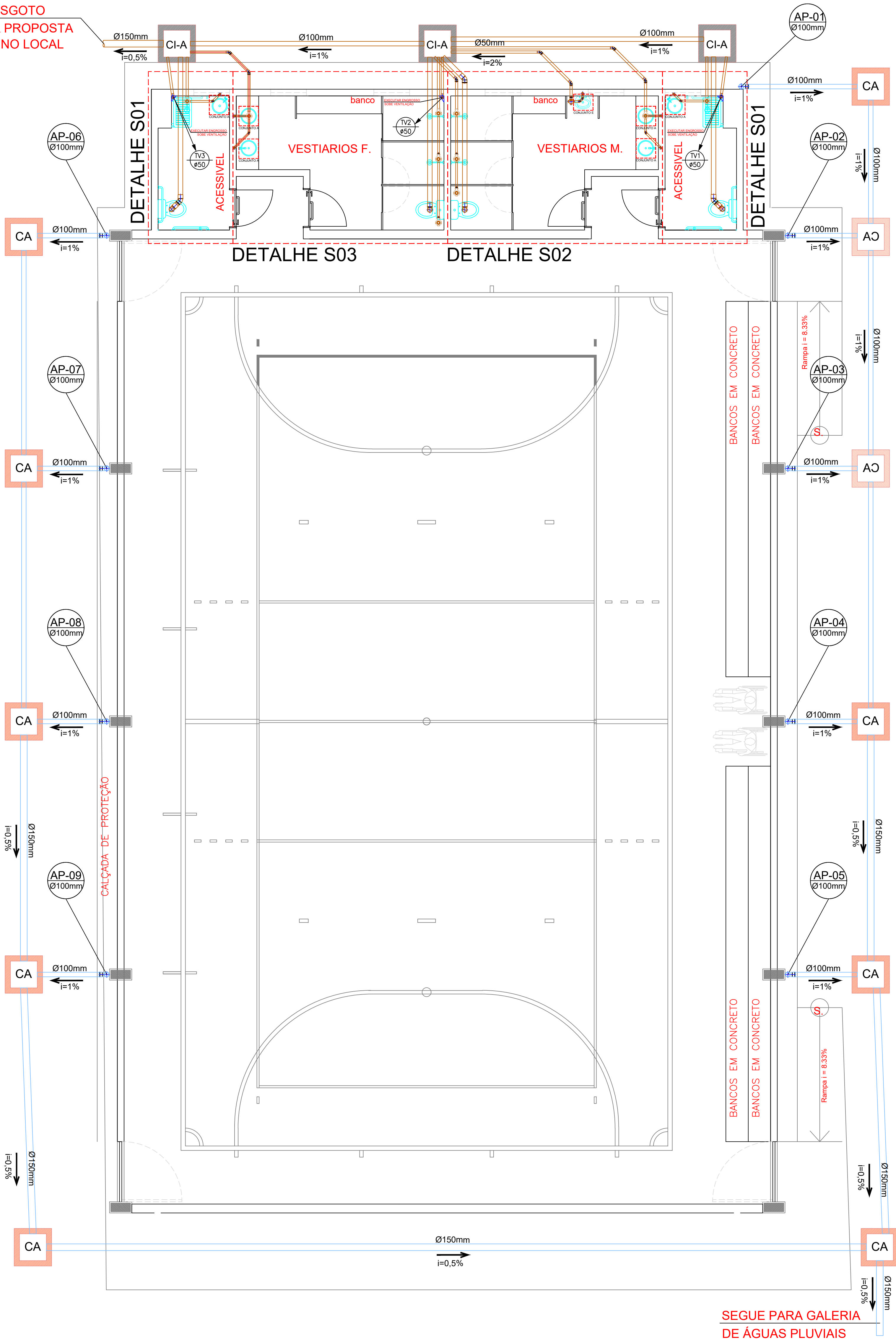
DETALHE-S02

ESC. 1/25



DETALHE-S03

ESC. 1/25

SEGUIR PARA REDE DE ESGOTO
OU SOLUÇÃO SANITÁRIA PROPOSTA
VERIFICAR VIABILIDADE NO LOCALSEGUIR PARA GALERIA
DE ÁGUAS PLUVIAIS

PLANTA BAIXA PROJETO SANITÁRIO

ESCALA - 1/50

LEGENDA GERAL

AP	TUBO DE ÁGUAS PLUVIAIS
AR	TUBO DE DRENAGEM DO AR-CONDICIONADO
TQ	TUBO DE QUEDA
TG	TUBO DE GORDURA
TT	TUBO DE TANQUE E MÁQUINA DE LAVAR ROUPA
VS	TUBO DE VENTILAÇÃO SECUNDÁRIA
VP	TUBO DE VENTILAÇÃO PRIMÁRIA
CI	CAIXA DE INSPEÇÃO - VER DETALHE
CA	CAIXA DE ÁREA - VER DETALHE
CS	CAIXA SIFONADA - VER DETALHE
CD	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO - VER DETALHE
CG	CAIXA DE GORDURA - VER DETALHE
	PRUMADA DE VENTILAÇÃO E/OU RAMAL DE VENTILAÇÃO
	RAMAL DE ESGOTO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO
	COLETOR DE ÁGUAS PLUVIAIS
	TUBULAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS SOB TETO
	TUBULAÇÃO DE ESGOTO SOB TETO
	DRENO DO AR-CONDICIONADO
	TERMINAL DE VENTILAÇÃO
	GRELHA FLEXÍVEL AQUAPLUV 88/100mm
	DIVISOR DE ÁGUAS

OBSERVAÇÕES:

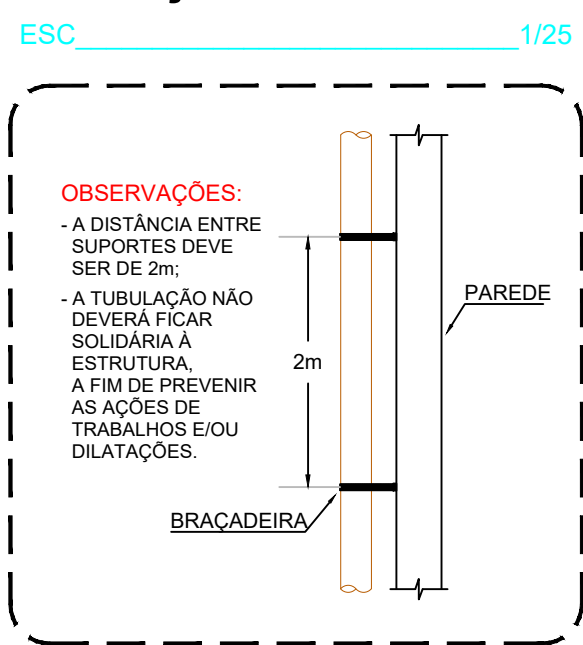
- USAR SOLUÇÃO LIMPADORA
- USAR ADESIVO PVC
- USAR LIXA ESPECIAL PARA PVC
- EXECUTAR SEGUNDO NORMAS NBR-8160, NBR-7229, NBR-13869 e NBR-10844
- TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO LINHA SÉRIE NORMAL DA TIGRE: 45 °C EM REGIME NÃO CONTÍNUO
- TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO LINHA SÉRIE REFORÇADA DA TIGRE: 75 °C EM REGIME NÃO CONTÍNUO
- O TERMINAL DE VENTILAÇÃO DEVE ULTRAPASSAR O TELHADO EM NO MÍNIMO 30cm
- NOS PÉS DE COLUNAS DE ESGOTO, TANQUE E GORDURA, DEVERÃO SER UTILIZADOS CONEXÕES DA SÉRIE REFORÇADA.

PREFEITURA DE MATURÉIA-PB
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

PROJETO SANITÁRIO - QUADRA EM PÓRTICO O VESTIÁRIO (REDUZIDA)

DATA	RESPONSÁVEL	PROJETO SANITÁRIO
S 01/02		
ESTUDO		
DESENHO		
COPIA		
ESCALA	DESENHO	PLANTA BAIXA GERAL - PROJETO SANITÁRIO
1/50		DETALHES SANITÁRIOS S01 A S03
1/25		QUANTITATIVOS RESPECTIVOS
S/E		DETALHES DIVERSOS
ARQUITETURA	REVISÃO ARQUITETURA	PROJETO SANITÁRIO
		OUTUBRO 2005
		REVISÃO SANITÁRIO

FIXAÇÃO VERTICAL



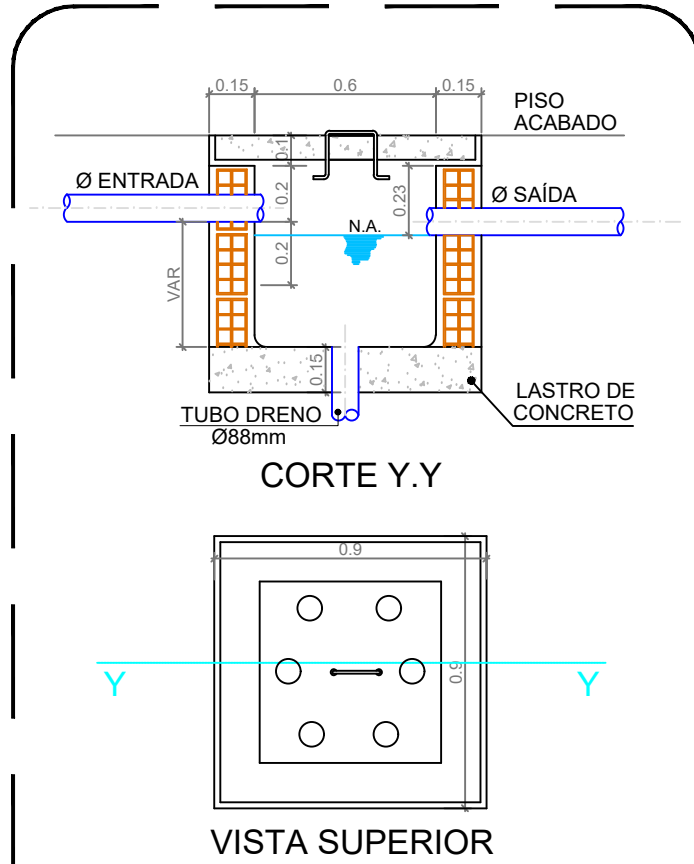
DET. DA VENTILAÇÃO

ESC 1/25



DET. CAIXA DE AREIA

ESC 1/25



OBSERVAÇÕES:

- AS PAREDES SERÃO O TIPO CERÂMICO, ASSENTADOS COM ARGAMASSA
- AS PAREDES TERÃO CHAPISCO EXTERNO E INTERNO NO TRAÇO 1:3 DE CIMENTO/AREIA
- A REGULARIZAÇÃO DAS PAREDES (EMBOÇO) SERÁ NO TRAÇO 1:3 DE CIMENTO/AREIA MÉDIA
- O REBOCO DAS PAREDES SERÁ COM AREIA FINA NO TRAÇO 1:3 DE CIMENTO/AREIA FINA
- A TAMPA SERÁ DE CONCRETO ARMADO COM ALÇA METÁLICA RETRÁTIL

QUANTITATIVOS DREN. COBERTA

PVC Águas Pluviais

Quant.	Und.	Dimensão	Descrição
4,45	m	100mm	Tubo PVC Águas Pluviais
20	pc	100mm	Joelho 45
10	pc	100mm	Luva
10	pc	100mm	Grelha Hemisférica - tipo abacaxi
2	pc	170mmx100mm	Cabeceira Direita
2	pc	170mmx100mm	Cabeceira Esquerda
10	pc	170mmx100mm	Bocal em PVC 170 X DN 100
75,80	m	170mmx100mm	Canho em PVC 170 X DN 100

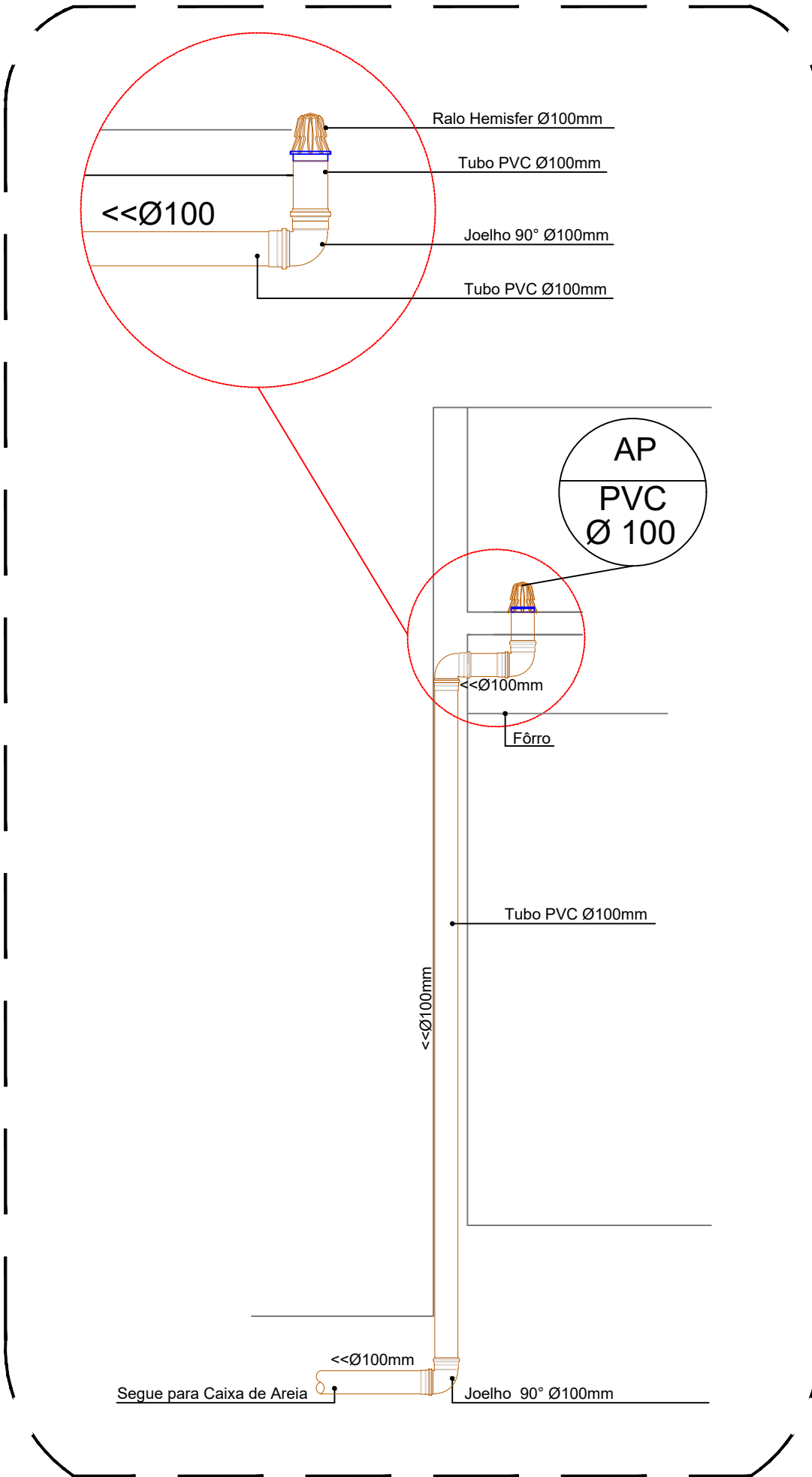
QUANTITATIVOS DREN. IMPLANTACÃO

PVC Águas Pluviais

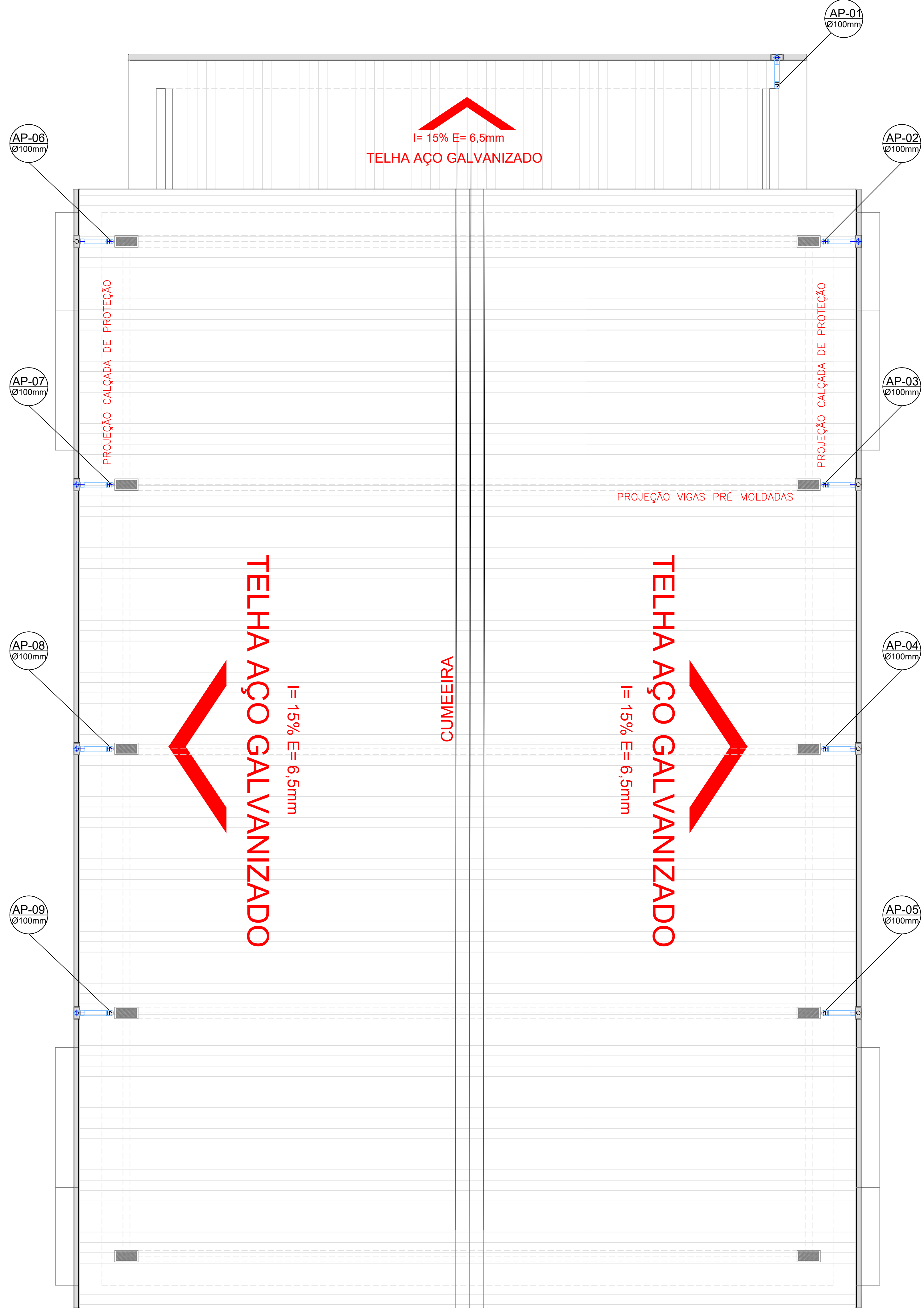
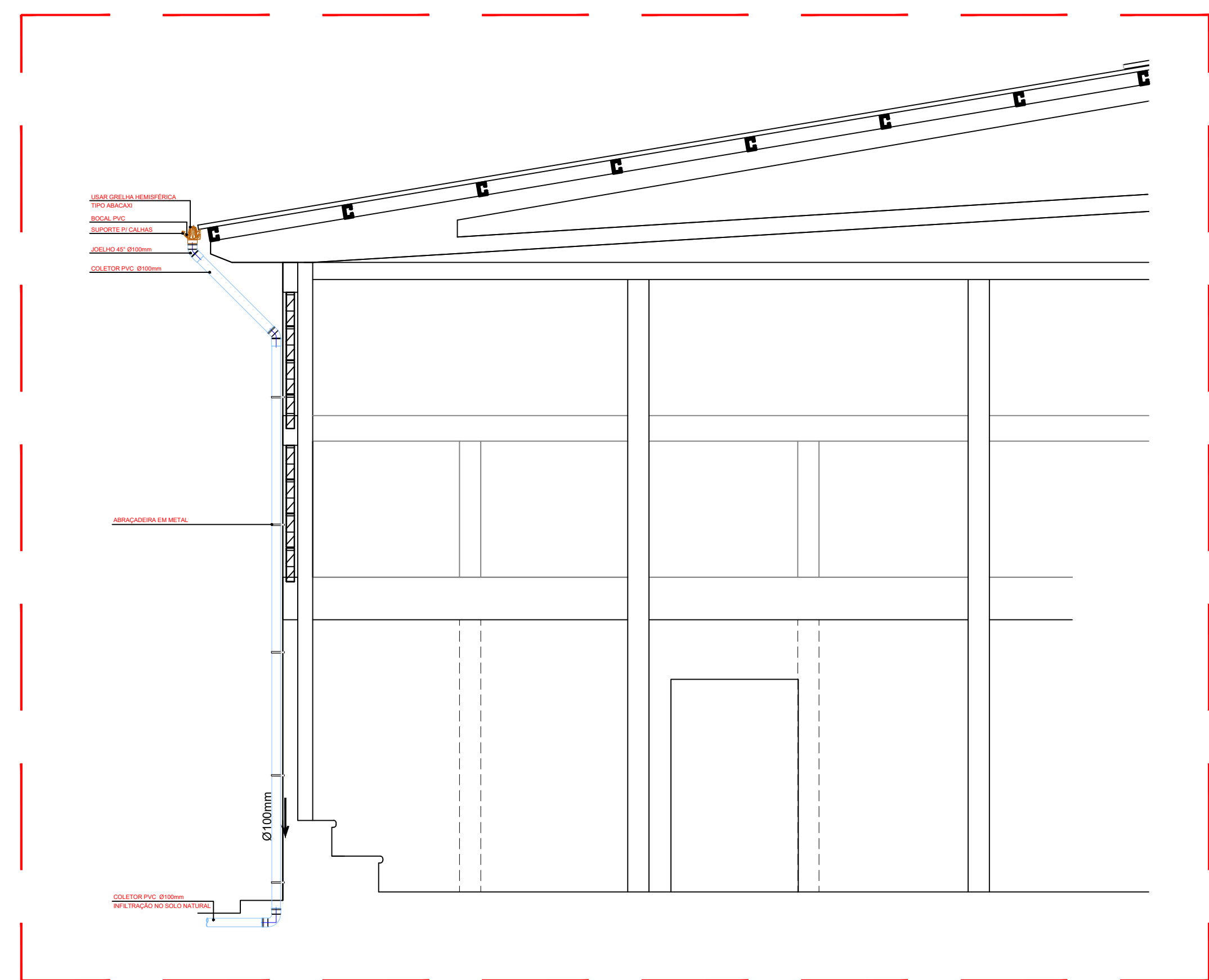
Quant.	Und.	Dimensão	Descrição
47,05	m	150mm	Tubo PVC Águas Pluviais
108,02	m	100mm	Tubo PVC Águas Pluviais
10	pc	100mm	Curva para 90° de coluna
1	pc	100mm	Joelho 45
1	pc	100mm	Luva
11	und.	600x600mm	Caixa Pluvial

PRUMADA DE ÁGUAS PLUVIAIS

ESC 1/50



DETALHE DA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS - GINÁSIO



PLANTA BAIXA COBERTA - DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

ESCALA - 1/50

LEGENDA GERAL

AP	TUBO DE ÁGUAS PLUVIAIS
AR	TUBO DE DRENAGEM DO AR-CONDICIONADO
TO	TUBO DE QUEIDA
TG	TUBO DE GORDURA
TT	TUBO DE TANQUE E MÁQUINA DE LAVAR ROUPA
VS	TUBO DE VENTILAÇÃO SECUNDÁRIA
VP	TUBO DE VENTILAÇÃO PRIMÁRIA
CI	CAIXA DE INSPEÇÃO - VER DETALHE
CA	CAIXA DE AREIA - VER DETALHE
CS	CAIXA SIFONADA - VER DETALHE
CO	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO - VER DETALHE
CG	CAIXA DE GORDURA - VER DETALHE
	PRUMADA DE VENTILAÇÃO E/OU RAMAL DE VENTILAÇÃO
	RAMAL DE ESGOTO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO
	COLETOR DE ÁGUAS PLUVIAIS
	TUBULAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS SOB TETO
	TUBULAÇÃO DE ESGOTO SOB TETO
	DRENO DO AR-CONDICIONADO
	TERMINAL DE VENTILAÇÃO
	GRELHA FLEXÍVEL AQUAPLUV 88/100mm
	DIVISOR DE ÁGUAS

OBSERVAÇÕES:

- USAR SOLUÇÃO LIMPADORA
- USAR ADESIVO PVC
- USAR LIXA ESPECIAL PARA PVC
- EXECUTAR SEGUNDO NORMAS NBR-8160, NBR-7229, NB-13969 e NBR-10844
- TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO LINHA SÉRIE NORMAL DA TIGRE: 45 °C EM REGIME NÃO CONTÍNUO
- TEMPERATURA MÁXIMA DE TRABALHO LINHA SÉRIE REFORÇADA DA TIGRE: 75 °C EM REGIME NÃO CONTÍNUO
- O TERMINAL DE VENTILAÇÃO DEVE ULTRAPASSAR O TELHADO EM NO MÍNIMO 30cm
- NOS PÉS DE COLUNAS DE ESGOTO, TANQUE E GORDURA, DEVERÃO SER UTILIZADOS CONEXÕES DA SÉRIE REFORÇADA.

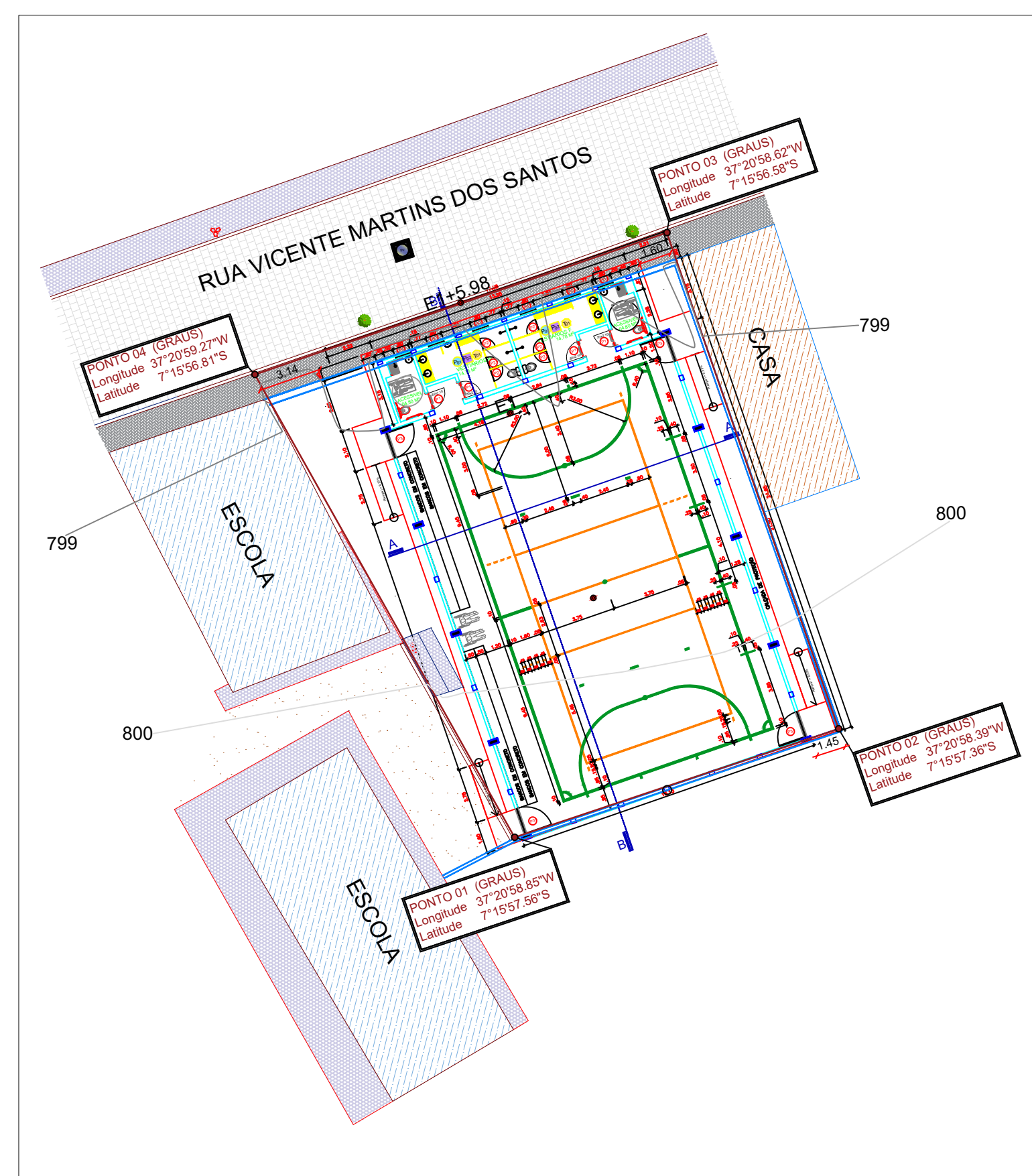
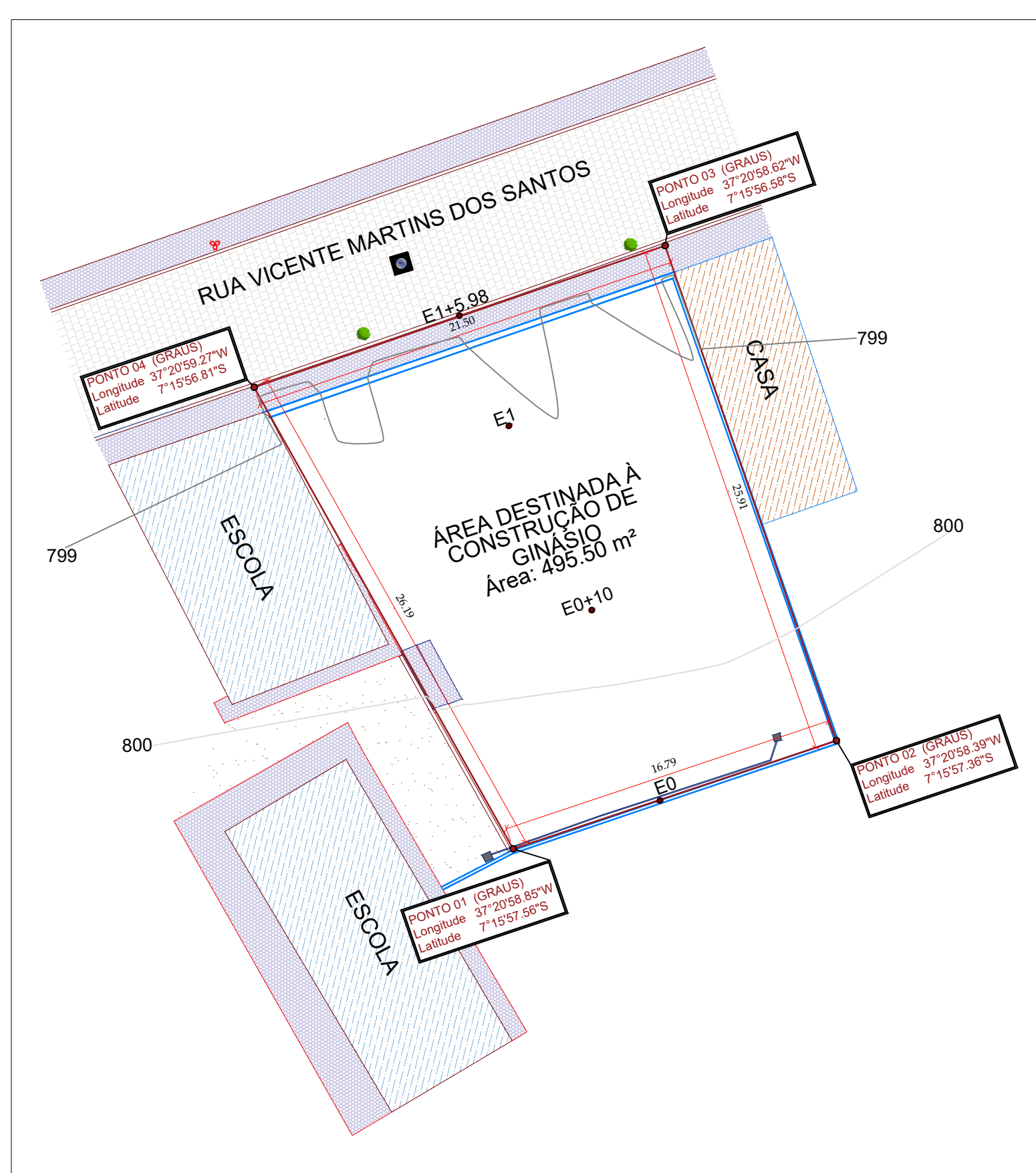


PREFEITURA DE MATUREIA-PB
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

PROJETO SANITÁRIO - QUADRA EM PÓRTICO C/ VESTIÁRIO (REDUZIDA)

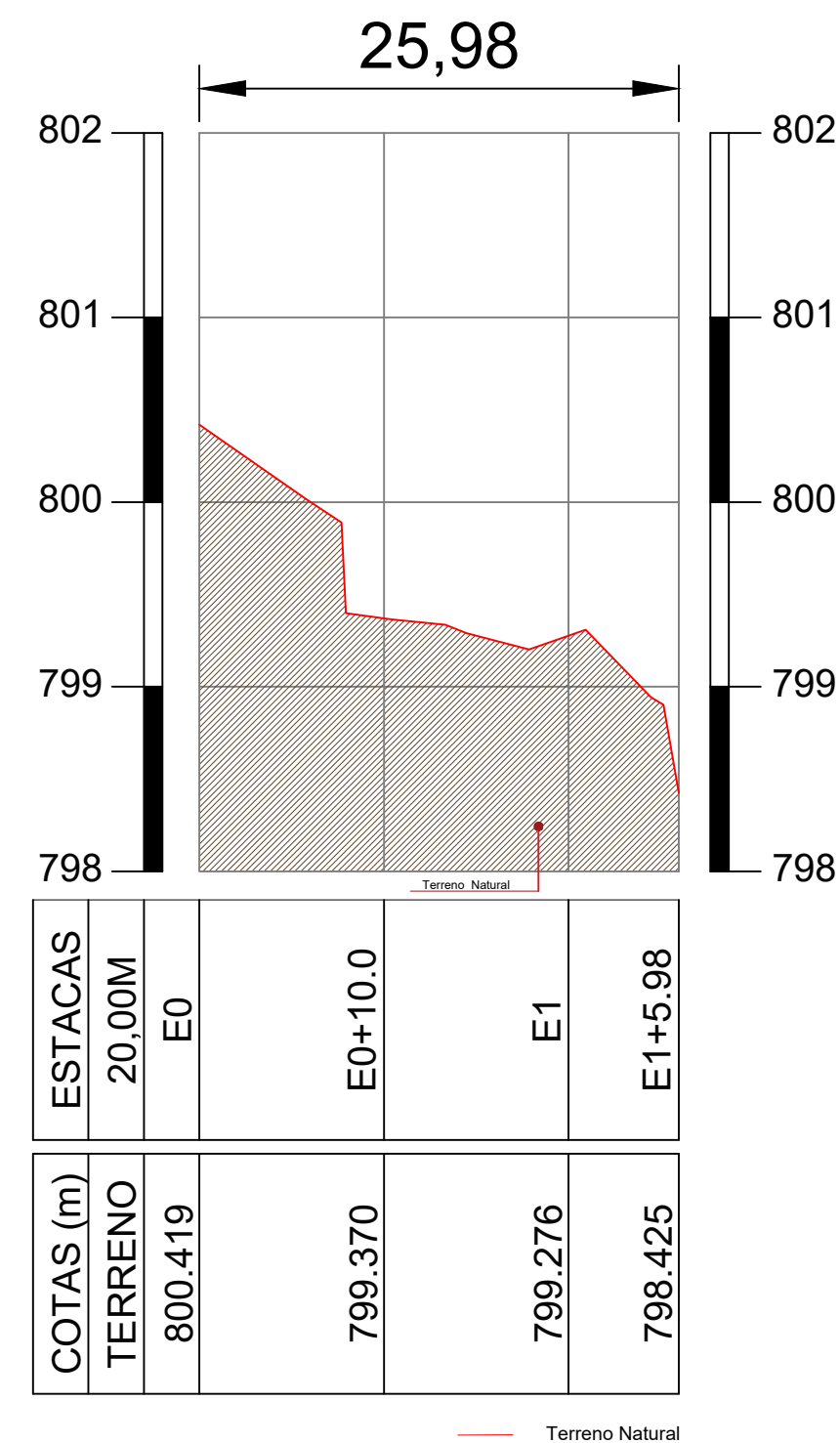
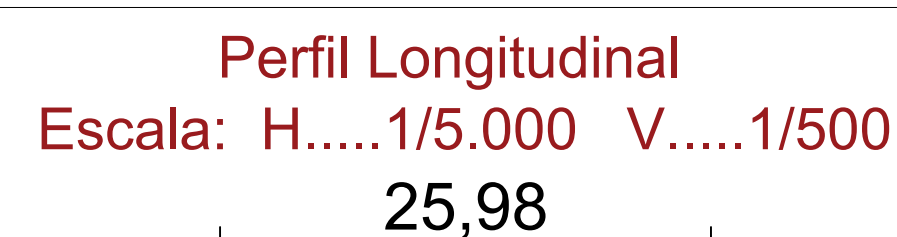
S 02/02



ESTUDO	DATA	RESPONSÁVEL	PROJETO SANITÁRIO
DESENHO			
CÓPIA			
ESCALA	DESENHO		
1/50	PLANTA DE COBERTA - DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS		
S/E	QUANTITATIVOS RESPECTIVOS		
INDICAÇÕES	DETALHES DIVERSOS		
ARQUITETURA	REVISÃO ARQUITETURA	PROJETO SANITÁRIO	REVISÃO SANITÁRIO
		OUTUBRO 2025	

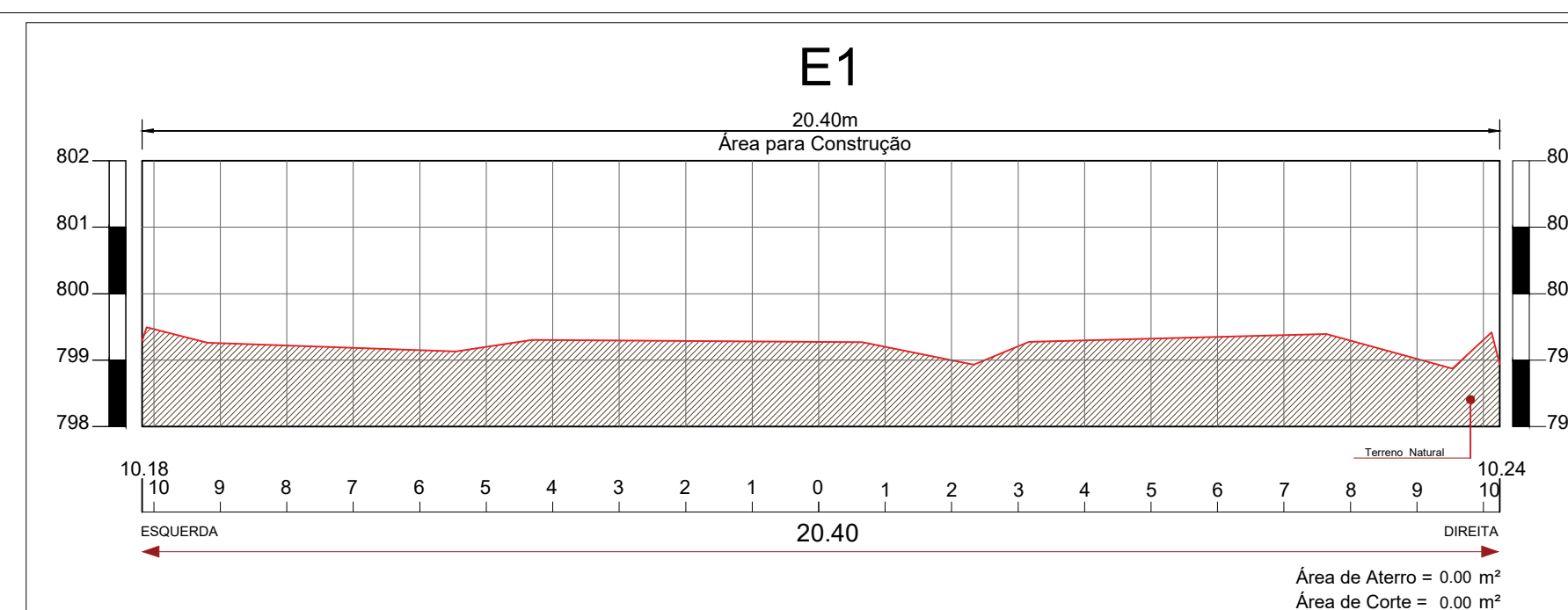
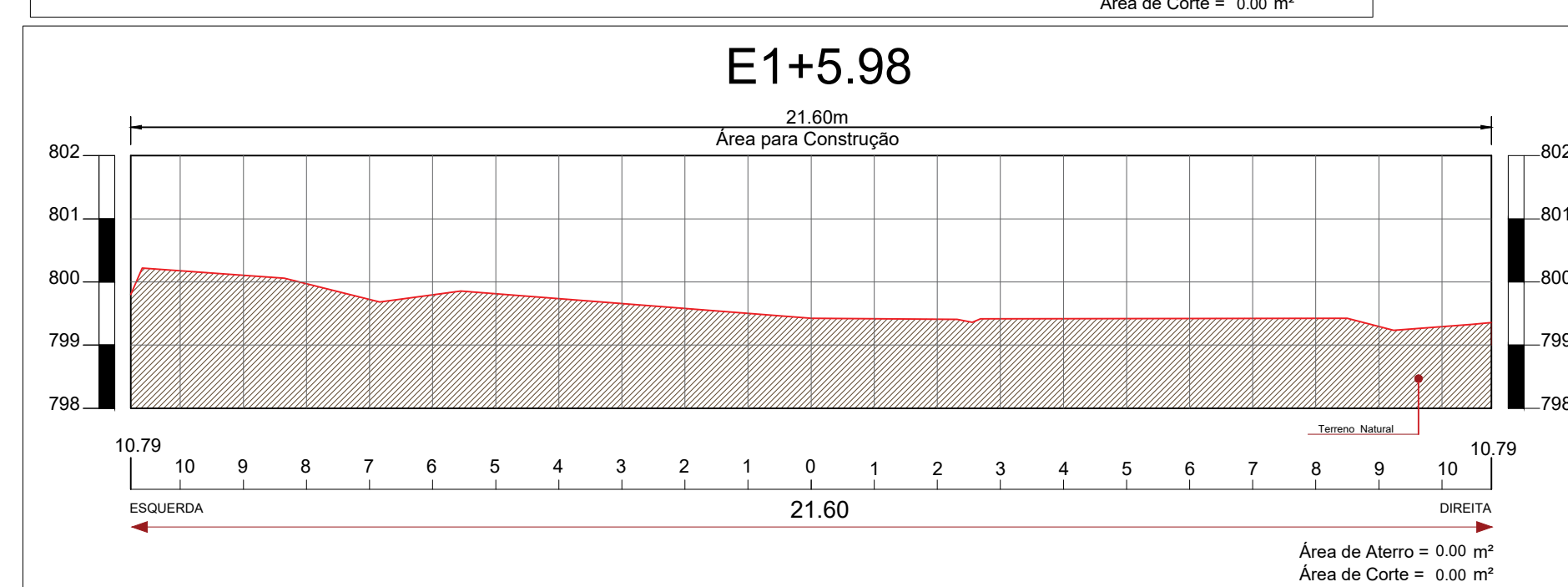
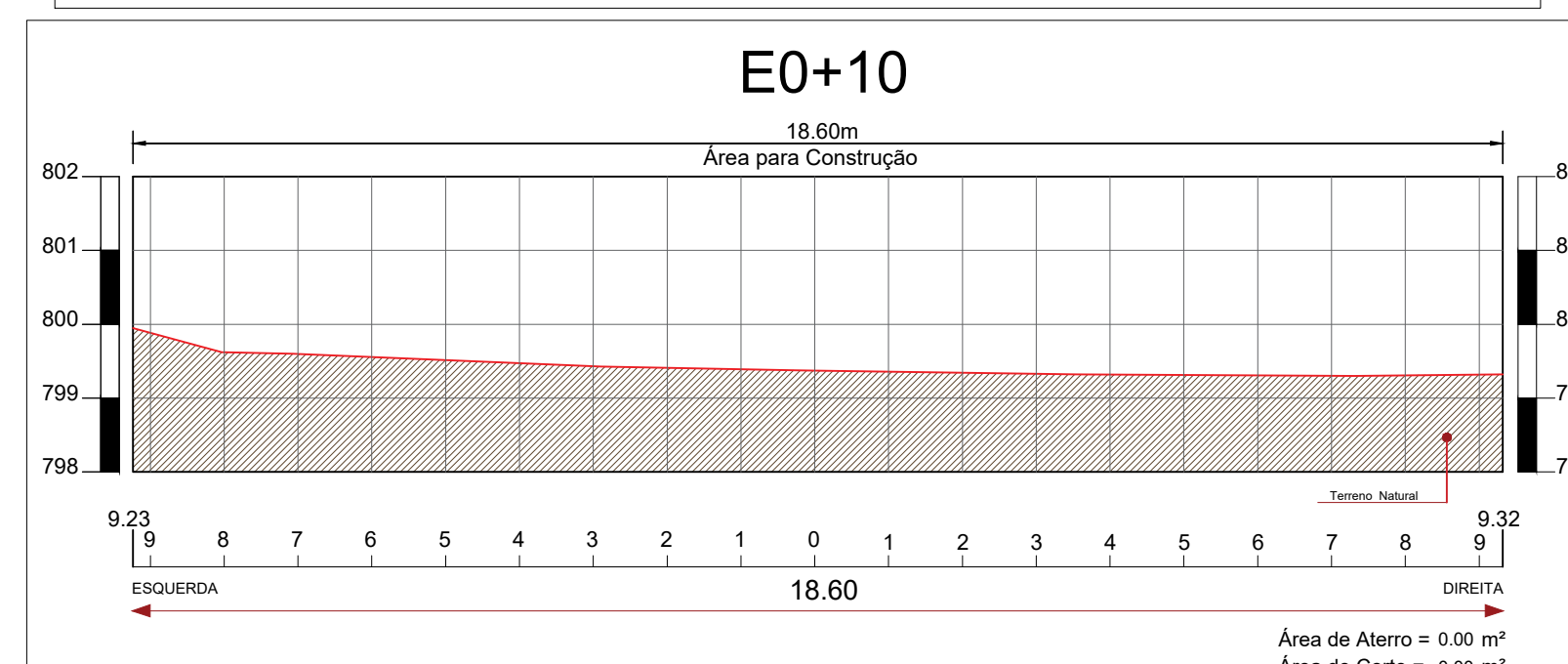
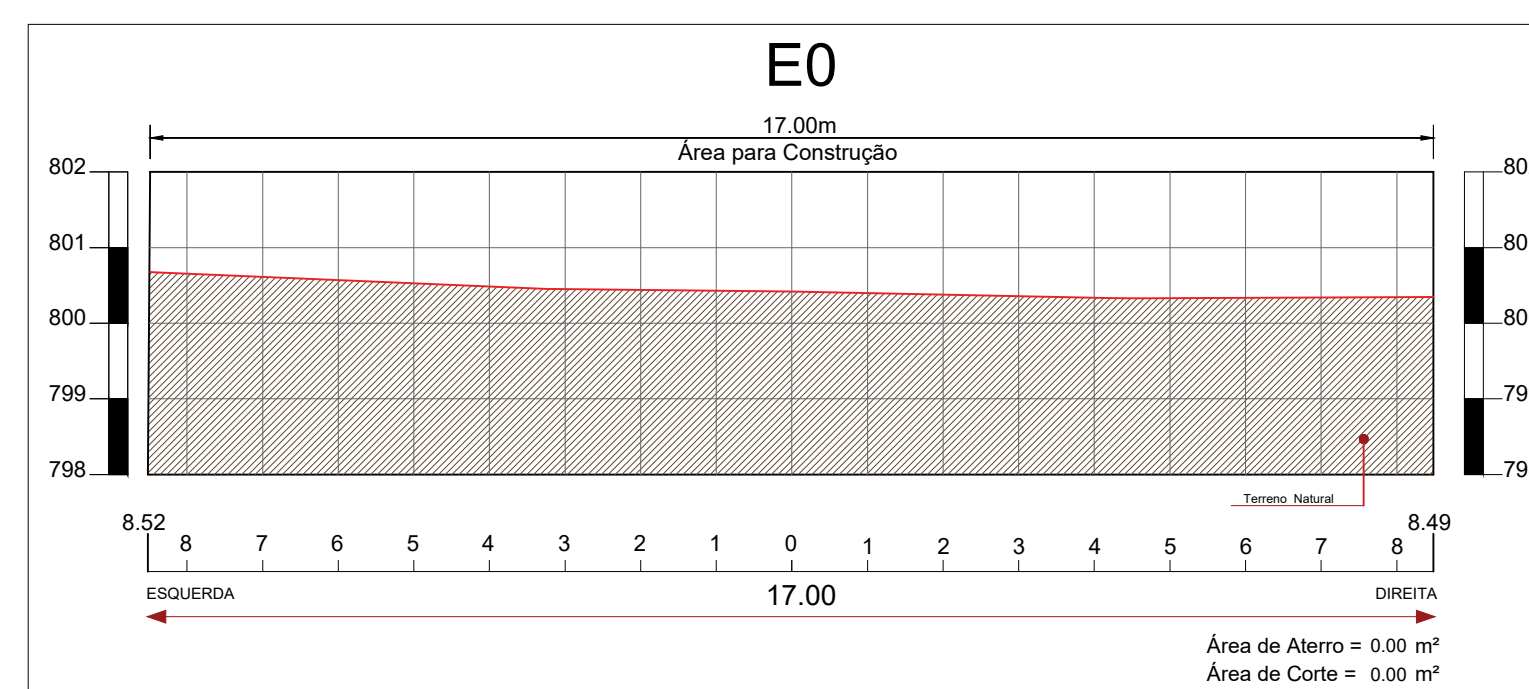


LEGENDA - PLANTA BAIXA:

	LINHA DE EIXO DO PERFIL LONGITUDINAL
	PAVIMENTAÇÃO PARALELELOEPÍCICO EXISTENTE
	TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE GRÁFIO
	CALÇADA EXISTENTE
	CASA EXISTENTE
	SANITA EXISTENTE
	CANO EXISTENTE
	DELIBATAÇÃO DO ESPAÇO DISPONÍVEL P/ CONSTRUÇÃO
	CASA DE PASSAGEM
	POÇO DE VISITA
	ÁRVORE EXISTENTE
	POSTE ELÉTRICO EXISTENTE
	CURVAS DE NÍVEL MESTRAS
	CURVAS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIAS




LEGENDA - PERFIL LONGITUDINAL:	
	LINHA DE EIXO DO PERFIL LONGITUDINAL
	TERRENO NATURAL



Terreno destinado à construção de ginásio:	
Área total disponível para construção:	495.50 m²
Perímetro total disponível para construção:	90.50 m

SEÇÕES TRANSVERSAIS

LEGENDA - SEÇÕES TRANSVERSAIS	
	LINHA DE EIXO DO PERFIL LONGITUDINAL
	TERRENO NATURAL

TOPOGRAFIA

PROJETO:	CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO		
CONTRATO:	-		
ENDEREÇO:	AV. JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA		
PROPRIETÁRIO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATURÉIA - PB		
RESPÁVEL	ASSINATURA	REVISÃO	DATA
PROPRIETÁRIO			OCTUBRO DE 2025
ENGENHEIRO	NUNES SILVA NUNES-04312675457 <small> Engenharia Responsável por: 04312675457 (NUNES SILVA) Registro em: 04/07/2018 Categoria: 01 - CIVIL Classe: 01 - PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS Subclasse: 01 - PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRAS Endereço: Rua da Liberdade, 100 - Centro - Maturéia - PB CEP: 57.000-000 Fone: (33) 3333-XXXX E-mail: nunes@nunes.com.br CREA: 04312675457-0 </small>		
PRANCHA	DESENHO	ESCALA	
01 /01	INDICADOS	INDICADOS	